

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

ALMEIDA, Rômulo. Romulo Almeida (depoimento; 1988).
Rio de Janeiro, CPDOC/FGV
- SERCOM/Petrobrás, 1988.
199 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Rômulo Almeida
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

Esta entrevista foi reavigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. E obrigatório o crédito às instituições mencionadas

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos, Maria Celina Soares
D'Araújo e Maria Ana Quaglino

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ramos,
Maria Celina Soares D'Araújo e Maria Ana
Quaglino

conferência da transcrição: Plínio de Abreu Ramos

sumário: Maria Ana Quaglino e Karla Adriana de Aquino

texto: Dora Rocha Flaksman

leitura final: Maria Ana Quaglino

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: abril a julho de 1988

duração: 7 hs

fitas cassete: 08

páginas datilografadas: 199

SUMÁRIO

1ª Entrevista: O apoio como estudante à Revolução de 30; razões da migração para o Rio de Janeiro com outros intelectuais baianos nos anos 30; a decadência da Bahia e seus efeitos sobre a atividade política no estado; um exemplo recente: o descrédito de Antônio Carlos Magalhães quanto à viabilidade do pólo de Camaçari; Luís Viana e a vinda da missão do Banco Internamericano de Desenvolvimento (BID) para estudar as perspectivas do Recôncavo Baiano; a oposição do entrevistado à eleição indireta do governador Luís Viana em 1966; os primeiros estudos sobre o Recôncavo nos anos 50 com a Comissão de Planejamento Econômico (CPE); a emenda de Nestor Duarte e Luís Viana ao projeto da Petrobrás no tocante a royalties e indenização; as vantagens do projeto da Petrobrás segundo a concepção da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas: a Petrobrás como holding, com controle acionário das subsidiárias ligadas à produção, exploração, refino e transporte do petróleo; as desvantagens do modelo de empresa adotado no projeto final da Petrobrás; o impedimento à participação direta do capital estrangeiro na indústria do petróleo; razões para a participação do capital privado nacional no projeto da Assessoria; a representação dos acionistas privados nos órgãos de direção da empresa; a orientação dada pelo presidente Vargas à Assessoria para a elaboração do projeto da Petrobrás; crítica ao modelo de empresa adotado na Lei 2.004, que criou a Petrobrás; os membros da Assessoria na elaboração do projeto do Executivo; razões para a exclusão da palavra "monopólio" do projeto original: a maioria conservadora no Congresso e os acordos com a Bolívia e o Peru para a exploração do petróleo; a atuação Nunes nas negociações com a Bolívia; a iniciativa de criação da Petrobrás Overseas: um desdobramento previsto; a oposição de Artur Bernardes e outros nacionalistas radicais ao projeto da Assessoria; o papel de Mário Bittencourt Sampaio na constituição da indústria de petróleo no Brasil; razões de Getúlio Vargas para a escolha de Juracy Magalhães para presidente da Petrobrás; a reação de Vargas e da Assessoria diante da oposição ao projeto formulado por esta última; a posição dos comunistas com relação ao problema do petróleo; perfil político dos integrantes do movimento "O petróleo é nosso"; conversa do entrevistado com Aliomar Baleeiro no período de elaboração do projeto da Assessoria; a mudança radical de orientação da UDN na questão do petróleo; a tática de Getúlio diante da oposição do Congresso ao projeto do Executivo: as instruções ao entrevistado e a Jesus Soares Pereira no período de tramitação do projeto no Congresso e a posição de Vargas com relação à emenda Euzébio Rocha; razões do entrevistado para a exclusão da indústria petroquímica do monopólio estatal; a inexistência de estudos relativos ao desenvolvimento da indústria petroquímica e de

equipamentos e o desinteresse do setor privado em investir nelas; a criação da Petroquisa; problemas decorrentes da dinâmica do crescimento econômico brasileiro; concentração de capital e de poder político; diferenças entre os projetos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek para a promoção do desenvolvimento econômico brasileiro; as atuais diretrizes políticas do BNDES: apoio à pequena e média empresa, o Finsocial e a integração competitiva; tendências negativas na estratégia de integração competitiva; o porquê das dificuldades para aprovar o projeto-de-lei da Eletrobrás; as origens do projeto Eletrobrás na Assessoria; a estratégia da divisão em quatro projetos no caso da eletricidade; a posição das companhias estaduais de energia elétrica diante do projeto da Eletrobrás; a questão da participação do Estado nas áreas de transmissão e distribuição de energia elétrica; o esquema de nacionalização progressiva da Light; as dificuldades no encaminhamento do projeto da Eletrobrás no Congresso: o o lobby da Light e da Bond and Share e a crença de que a Light desenvolveu São Paulo; razões para a falta de mobilização social no caso da Eletrobrás em contraste com o ocorrido em relação ao monopólio estatal do petróleo; a Semana de Energia Elétrica em São Paulo: o apoio do grupo industrialista nacionalista à Light, a participação do Clube de Engenharia de São Paulo e da Federação das Indústrias de São Paulo, a atuação de Otávio Marcondes Ferraz; razões para o apoio dos industrialistas à Light; o relacionamento entre o Estado e as empresas concessionárias de energia elétrica no início dos anos 50: a questão do racionamento e da valorização do patrimônio das concessionárias; a Eletrobrás como solução desses problemas; a iniciativa de incluir a indústria de equipamentos no texto original do projeto Eletrobrás; o veto de Jânio Quadros na questão dos equipamentos; o contato do entrevistado com Jânio Quadros: recusa ao convite para cargo de confiança do presidente e suas razões; reflexão do entrevistado sobre suas próprias características como político e tecnocrata e sobre o tecnocrata em geral; o compromisso nacionalista no meio militar: o papel dos tecnocratas de direita, o grau de penetração do nacionalismo no meio e as teorias de Hélio Jaguaribe; a ameaça de desestatização da Eletrobrás e da Petrobrás; razões do entrevistado para ser contra a privatização destas empresas; a deformação do papel do Estado durante o regime militar; a ideologia privatista: privatizar os lucros socializar as perdas; a presença marcante e necessária do Estado na economia brasileira; onde e como o Estado deve atuar; razões que conduziram as empresas de siderurgia e eletricidade do Estado ao endividamento progressivo; o déficit da Petrobrás; a ineficiência do Estado: uma consequência dos interesses e da mentalidade dominante na sociedade brasileira de ho-

je; distinção entre a posição do entrevistado e dos privatistas sobre as causas da ineficiência do Estado; a necessidade de criação de condições políticas para tornar o Estado eficiente e as diretrizes a serem seguidas neste sentido; o papel decisivo de uma política social neste processo; onde o Estado é indispensável; o sentido da proposta do entrevistado apresentada ao CNPIC pelo ministro Marcondes Ferraz; o interesse de Getúlio Vargas na proposta do CNPIC; o significado da criação da Comissão de Planejamento Econômico do Ministério da Fazenda e a pouca representatividade do Conselho de Promoção do Desenvolvimento, sucessor do Conselho Federal de Comércio Exterior; a organização pelo entrevistado do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria: estrutura, objetivos e pessoal alocado; a compatibilidade entre os interesses públicos e privados na concepção do entrevistado e de Roberto Simonsen; os estudos sobre as condições econômicas e sociais do Brasil para a Constituinte de 46: o aproveitamento da estrutura do extinto Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB) pela Comissão de Investigação Econômica e Social; a presença dos melhores tecnocratas nestes estudos; a reorientação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), sob a liderança de Mário Bittencourt Sampaio: o Plano Salte; a passagem do entrevistado pela diretoria da Fundação da Casa Popular (1946): o convite de Armando Godoy, a permanência de sua equipe ao sair, os outros diretores, os objetivos da instituição e as dificuldades encontradas; na coordenação do grupo de habitação da Comissão do Bem-Estar Social do segundo governo Vargas; a relevância desta comissão; as circunstâncias distintas dos convites para o conselho consultivo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e para a Comissão do Bem-Estar Social; a composição da Comissão de Reforma Administrativa de 1953; o aproveitamento de algumas propostas apresentadas pela comissão..... 87

2ª Entrevista: A carreira de técnico e administrador de Landulfo Alves até 1938; a nomeação para a interventoria da Bahia; balanço da administração do interventor; a saída da interventoria em 1942; a volta de Landulfo Alves à política: um dos fundadores do PTB; Landulfo Alves queremista; a vinculação do entrevistado com a UDN na campanha de 1945; a decepção com a UDN neste período; tecnocrata com aspirações políticas até 1950; a filiação ao PTB: as repercussões sobre sua carreira técnica e a restrição ao queremismo; a estratégia equivocada de Landulfo Alves no apoio a três candidaturas a deputado federal pelo PTB em 1950; os três candidatos derrotados: o entrevistado, Joaquim Medeiros e Delsuc Moscoso; o poder de penetração do PTB, da UDN e do PSD na Bahia em 1950; a fragilidade da estrutura interna do

PTB baiano na época; a liderança política de Joel Presídio: seu perfil; as manobras de Alaim Melo e Clemens Sampaio para controlar o PTB baiano; perfil dos dois políticos; a distribuição dos votos recebidos pelo entrevistado em 1950; o porquê desta votação; razões para o sucesso de sua candidatura na campanha de 1954; o entrevistado no apoio à candidatura de Antônio Balbino a governador da Bahia em 1954; o episódio do convite para ser candidato à sucessão do governador Antônio Balbino; as candidaturas à vice-governança do Estado por insistência de Juracy Magalhães e a deputado federal pelo PTB em 1958: causas da dupla derrota; perfil político de Danton Coelho, da direção nacional do PTB; o convite de Juscelino Kubitschek ao entrevistado para o cargo de ministro do Trabalho em 1958, com apoio de João Goulart: os motivos da recusa; o controle do Ministério do Trabalho por João Goulart: a política do empreguismo; as exceções dentro desta realidade; o apoio do sindicato dos ferroviários à política de redução de pessoal executada pelo entrevistado na Rede Ferroviária; a política de alianças conjunturais de João Goulart; João Goulart beneficia do pela aura de comunista criada por Assis Chateaubriand e Roberto Marinho; na presidência do BNB, rejeita nomeação indicada por João Goulart: origem do ressentimento deste último; os limites da habilidade política de João Goulart; o apoio do entrevistado ao presidente Goulart em 1961..... 110

3ª Entrevista: Os participantes do estudo sobre as condições do estado da Bahia, realizado para o governador eleito Antônio Balbino; a criação da CPE: sua estrutura, a contratação da SPL Consultoria e o recrutamento de pessoal técnico; a multidisciplinaridade do pessoal da CPE; o IEFB antes e depois de sua incorporação à Universidade; o surgimento do curso de economia na Bahia nos anos 30; a implantação do Fundagro em 1957; o clientelismo, um obstáculo à política desenvolvida pelo entrevistado na Secretaria de Fazenda e na CPE; a saída do secretariado de Antônio Balbino e a assistência à CPE; o rompimento com Juracy Magalhães por pressões políticas da UDN e a desagregação do sistema estadual de planejamento; o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb): um catálogo de idéias; os projetos do plano concretizados pelo governo e pelo setor privado; a criação da Empreendimentos da Bahia S.A.; o impacto da Petrobrás e da usina de Paulo Afonso sobre a região da Bahia; as características e as realizações do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco; a contribuição de Manuel Pinto de Aguiar na implantação da Companhia Petroquímica da Bahia (Copeb); o papel da CPE e da Sudene no projeto da Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba); a política da Petrobrás com relação à diversificação de suas atividades; os recursos e o acervo da Coelba; o papel da Bond and Share na Bahia; per-

fil de Manuel Pinto de Aguiar; a renúncia ao mandato de deputado para ocupar a diretoria da RFFSA em 1958, a convite do ministro Lúcio Meira; o contato com Lúcio Meira na época da Assessoria Econômica; o convite para diretor da Companhia de Petróleo Ipiranga em 1960; diretor financeiro da Companhia Ferro e Aço de Vitória (1960) por designação de Lúcio Meira, então presidente do BNDE; os grupos envolvidos neste empreendimento siderúrgico; os membros da diretoria da empresa; a constituição da Terminal Ilhéus S.A., um antigo projeto da CPE; os técnicos da missão BID encarregada de estudar as possibilidades de desenvolvimento do Recôncavo Baiano em 1966; a nova geração de administradores formados pela CPE e pelo IEFB; a passagem de José Pelúcio pela CPE nos anos 50; os técnicos do BNDES e da Petrobrás envolvidos no estudo da Clan para o governo da Bahia em 1967; a oposição ao projeto da petroquímica na Bahia; o grupo Soares Sampaio; a participação minoritária do Estado no projeto da Petroquímica União; a criação da Petroquisa; a participação da Petrobrás em atividades derivadas segundo o projeto da Assessoria; o fim da proibição à participação minoritária da Petrobrás e a criação da Petroquisa; apoio decisivo da Petroquisa aos grupos nacionais, uma realidade ainda hoje; origem e objetivos da Clan; a eleição indireta de Luís Viana Filho e a manifestação contrária do entrevistado; o bom relacionamento pessoal entre o entrevistado Luís Viana Filho; o apoio de Luís Viana Filho à idéia do pólo; a influência do BID; a nomeação para representante da Sudene em 1967; a tentativa de organizar um programa para indústrias de base no Nordeste: o apoio do ministro do Interior, Albuquerque Lima, e a oposição na Sudene; o apoio do governo da Bahia à idéia; a necessidade de restringir o programa à área petroquímica; as providências neste sentido: a criação da Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo (Comder); a vitória da Clan na concorrência aberta pela Comder; o caso da localização do Banco do Nordeste; a importância da Sudene como órgão de fomento e seu semi-esvaziamento a partir de 1964; o Estado na reversão da tendência à concentração de investimentos nas áreas desenvolvidas; os primórdios da Sudene: o relatório do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); a fecundidade da Sudene até 1964; o subsequente esvaziamento do órgão; os quadros egressos da Sudene..... 147

4ª Entrevista: A contribuição inicial da Clan: o grupo da Empreendimentos da Bahia, a participação de empresários locais e o grupo de técnicos reunido pelo entrevistado; a experiência da CPE na concepção da Empreendimentos da Bahia; o afastamento dos dois primeiros grupos mencionados; os projetos da Clan; suas características: consultoria econômica e empresa de promoção e parti-

cipação; o trabalho da Clan em projetos de indústrias específicas para o pólo de Camaçari e sua iniciativa no projeto da Petroquímica do Nordeste (Petronosa); os colaboradores e técnicos envolvidos no projeto; a trajetória técnica e empresarial de Sebastião Simões, antigo quadro da Clan; a Clan como "banco de investimentos": as fontes de recursos e o pioneirismo na idéia; comparação entre a Clan e outras empresas de consultoria e de promoção; o papel da Clan nos projetos do pólo petroquímico de Camaçari: o caso da central de matérias-primas, a participação no capital da Politen e da Detergentes do Nordeste (Deten) e a promoção de associações de capital e tecnologia no pólo; o caso da associação entre a Mitsubishi e o Banco Econômico; razões para a desistência da Camargo Correia do projeto da Petronosa; a atuação do entrevistado como representante do Ministério da Indústria e Comércio na Sudene a convite do ministro Macedo Soares; a relação pregressa do entrevistado com o ministro; a atuação de Macedo Soares como administrador; a situação precária da Sudene em 1967; interpretação do entrevistado sobre as causas do esvaziamento da Sudene após o movimento de 1964; tentativa de reabilitação do órgão na gestão do general Euler Bentes Monteiro; a força da Sudene durante o governo João Goulart; as causas de seu enfraquecimento a partir de 1964; um equívoco na proposta da Sudene: a substituição de importações em nível regional; razões para o insucesso de projetos no Nordeste; balanço comparado dos sucessos e fracassos de projetos no Nordeste e no Sul do país; a estratégia para solucionar os problemas do Nordeste: descentralizar o processo de acumulação capitalista através da ação pioneira do Estado; crítica à estratégia de integração competitiva e à política industrial brasileira; a necessidade da reforma agrária ao lado da agricultura capitalista no Nordeste; a filosofia de descentralização no segundo governo Vargas: o exemplo do GTDN; a precariedade das estradas do Nordeste; razões para a manutenção do clima de tensão social no Nordeste: a insuficiência de investimentos, a descontinuidade de política, a falta de recursos e sua distribuição irregular pelo Fundos de Investimentos do Nordeste (Finor), ausência de infra-estrutura; a marginalização do Nordeste na vida nacional; o interesse dos grupos oligárquicos tradicionais na manutenção das desigualdades regionais; a falta de apoio das oligarquias aos projetos de transformação estrutural do Nordeste: o exemplo da criação do BNB; o caráter predominantemente regional e clientelístico das reivindicações das oligarquias nordestinas; tendências políticas e econômicas das sociedades democráticas modernas; contra as propostas de independência política e isolamento econômico para o Nordeste; o interesse do grupo Celso da Rocha Miranda em investir no pólo baiano; o pioneirismo do grupo Clemente Mariani na

área; a estratégia de expansão desse grupo na petroquímica; a oposição ao projeto do pólo baiano pelo grupo da Petroquímica União; as táticas utilizadas pelo grupo de Capuava; conversão de Antônio Carlos Magalhães à proposta do pólo na Bahia; o papel transformador do pólo; razões da diminuição do impacto do pólo sobre a região; o mercado consumidor dos produtos gerados em Camaçari; o impacto do empreendimento sobre a oferta de mão-de-obra e sobre o ICM; o apoio do ministro Reis Veloso; a contribuição do general Levy Cardoso como presidente da Petrobrás; o apoio do general Ernesto Geisel, como presidente da Petrobrás; a constituição de uma Comissão Mista Estado da Bahia - Petrobrás; as negociações para a obtenção do apoio dos militares da linha dura; a mudança de posição do ministro Pratini de Moraes; o trabalho encomendado ao Instituto Francês do Petróleo; a conversão de Artur Candal à idéia do pólo; a discussão no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI); a experiência do general Geisel na área do petróleo; a Resolução 213/71 do CDI: a questão da predominância de certos produtos nos pólos da Bahia e de São Paulo; a inércia do governo da Bahia diante das perspectivas de desenvolvimento trazidas pelo pólo; o declínio da preocupação com o social desde o governo Juscelino Kubitschek; a questão da implantação do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul: as premissas adotadas e a má localização; o projeto do pólo petroquímico do Rio de Janeiro: os argumentos contra e a favor, a opinião do entrevistado e as dificuldades enfrentadas; argumentos contra o desarmamento do Estado proposto pelos defensores da privatização da economia brasileira..... 199

1ª Entrevista: 13.04.1988

M.Q. - Dr. Rômulo de Almeida...

R.A. - Você retifique, que eu não uso o "de".

M.Q. - Não? Rômulo Almeida. [risos]

R.A. - Não uso, sabe por quê? Meu nome era Rômulo Barreto de Almeida. Mas no primeiro ano de ginásio o professor disse que esse negócio de "de" era coisa de aristocracia. Então, como eu era democrata, já era revoltoso, tirei o "de" do meu nome.

M.A. - Dr. Rômulo, antes de falarmos de assuntos de economia, há um ponto da sua vida intelectual que gostaríamos de tocar com o senhor. No fim dos anos 30, o senhor saiu da Bahia, não é? O senhor vai para o Acre, depois vem para o Rio, e gradativamente o senhor...

R.A. - Não. Durante o fim dos anos 30, não. Em 1933, eu fiz uma viagem a São Paulo. Mas isso foi uma viagem de estudantes que estiveram apoiando a Revolução de 32. Agora, em 34, logo no começo de 34, em meados de 34, eu me mudei para o Rio. Com a tentativa de fazer um curso de pós-graduação, qualquer coisa dessa, que falhou. Depois entrei na Universidade do Distrito Federal, mas não consegui concluir o curso de ciências sociais porque... Problema de emprego. Então - eu estou retificando logo isso - daqui eu fui para o Acre, em 1940.

P.R. - Em 32 o senhor ficou do lado da Revolução de São Paulo, então.

R.A. - Foi. Embora, como digo no livro,* dizendo que

* Trata-se do livro Rômulo: voltado para o futuro (Fortaleza, BNB, 1986).

a gente precisava fazer a nossa revolução. Era por causa da democratização.

M.A. - O que gostaríamos de esclarecer é o seguinte: junto com o senhor, que é um intelectual preeminente na Bahia nesse período - pelas coisas que a gente sabe, o senhor é uma pessoa muito estudiosa, muito curiosa -, junto com o senhor, uma porção de...

R.A. - Curiosa está certo. Estudiosa, não. Duvido.

M.A. - Junto com o senhor, uma porção de outros intelectuais baianos saem da Bahia, emigram. O Abdias Nascimento, o Guerreiro Ramos...

R.A. - Abdias é paulista. Guerreiro Ramos, sim.

M.A. - É. Então, tiramos o Abdias. Guerreiro Ramos, Áida no do Couto Ferraz - é baiano também, não é?

R.A. - É.

M.A. - Edson Carneiro, Afrânio Coutinho, Manuel Brito de Aguiar...

P.R. - Pinto de Aguiar.

R.A. - Não. Manuel Pinto de Aguiar não veio. Só veio muito depois. E veio para exercer função na Petrobrás.

M.A. - Ah, foi? O Manuel Pinto de Aguiar?

R.A. - Ele não veio como migrante, como nós.

M.A. - Ah, o senhor se considera um migrante. Por que essa migração de intelectuais da Bahia nesse período?

R.A. - A razão é a seguinte: desemprego na província. Falta de oportunidades intelectuais também. Mas sobretudo desemprego. No meu caso, por exemplo, eu era adversário do governo estadual, era de uma família muito pobre, não

tinha a menor chance de ter emprego, seja no setor privado seja no setor público. Então, vim para o Rio. Já tinha concluído o curso de direito e vim para o Rio pedir um emprego de datilógrafo. E assim mesmo passei desempregado muito tempo. Fui sustentado aqui por um tio, que era um industriário, morava na Penha e me deu amparo. O Áidano e o Edson, grande parte, também a mesma coisa. O problema era de oportunidade de emprego na província.

P.R. — Isso foi em 1934?

R.A. — Em 34.

P.R. — Mas quer dizer que o senhor terminou o curso de direito aqui no Rio, então.

R.A. — Não. Terminei lá.

M.A. — O senhor não acha que essa geração de baianos, dos velhos baianos, tinha uma expectativa intelectual, cultural, de sair de Salvador, procurar outros centros cosmopolitas, outras...?

R.A. — É isso aí. Exatamente. Era o Rio, o fascínio do Rio, das oportunidades que o Rio oferecia.

M.A. — Porque essa turma era muito boa, intelectualmente muito boa. É uma geração...

R.A. — É. Boa, sim.

M.A. — Quer dizer, por que é que não dá certo lá na Bahia? Essa turma ficar em Salvador e fazer da Bahia um...

R.A. — Porque a Bahia passou um longo período de estagnação. Ou mesmo até de decadência. Um longo período. Eu procuro até... Acho que eu referi isso na entrevista com as meninas da Católica. Foi um longo período de decadência, em que não se acreditava em nada. E a Bahia não

tinha chance. Inclusive ocorria o seguinte detalhe: a gente, por exemplo, se formava no mês de dezembro. Logo no mês de janeiro, entrava uma crise sazonal na economia baiana. A economia baiana era baseada somente em produtos de exportação. E produtos agrícolas. Esses produtos tinham um pique assim em dezembro, janeiro, mas depois entrava um período de vacas magras, entendeu, durante todo o meado do ano. Então, exatamente durante esse período era o período de desemprego. O cara não tinha chance. Então, tratavam de vir. A não ser aqueles que eram apadrinhados.

M.Q. - O grande empregador era o governo, não é?

R.A. - Era o governo, ou então alguns grupos privados, mas muito poucos. Mas que estavam relacionados com famílias tradicionais, entendeu?

P.R. - Esse período de estagnação a que o senhor se refere, dr. Rômulo, foi logo depois da Revolução de 30?

R.A. - Não. Isso Já vem de antes. Isso vem de um processo que... Eu poderia, talvez, obter uma cópia de um trabalho meu sobre a economia baiana nos últimos 150 anos, feito por ocasião do centenário da cidade de Salvador, em 49. Que explica um pouco, quer dizer, dá a minha interpretação desse fenômeno. Porque eu fiz esse trabalho na Biblioteca Nacional. Era um negócio até que eu queria desenvolver mais, um livro, mas não... Depois entrei muito em atividades executivas e não deu tempo de ser historiador. Mas eu poderia explicar a vocês qual era basicamente a minha interpretação, se fosse de interesse.

M.A. - A sua interpretação da decadência econômica da Bahia?

R.A. - Da decadência baiana.

M.A. - Porque é um fenômeno interessante. Quer dizer, é um estado que está decadente economicamente e que forma uma geração de ponta, em termos de intelectuais. E que não consegue...

R.A. - Porque, residualmente, continuou com um certo nível de ensino básico, compreendeu? Tinha um resíduo cultural, que vinha da Colônia. Então, isso funcionou, mas com decadência crescente. Você está esvaziando, a Bahia está sendo esvaziada. Agora, resta o quê? Resta a cultura popular, que está dando os cantores. Mas a parte escolar é fraquíssima. Há dez anos não entra uma pessoa da Bahia no Instituto Rio Branco.

P.R. - O Bernardes costumava dizer que a Bahia não chegava a alcançar uma posição política mais preeminente porque ela era "unanimemente dividida". [riso] Desde que houve a ruptura, em 1910, na Campanha Civilista e tal. O senhor acha realmente que essa cisão na política baiana, essa divergência, que foi uma das primeiras ocorridas na República Velha, que antecipou São Paulo - só o Rio Grande do Sul é que estava um pouco na dianteira -, isso influiu também no desgaste econômico do estado?

R.A. - Bom, não deixa de ter influído. Mas essa divergência, talvez, a falta de objetivos mais concretos na política baiana, resultava um pouco dessa decadência.

P.R. - Ah, sim. Então era efeito, e não causa.

R.A. - Eu acho que era efeito. Quer dizer, o político baiano, como o político nordestino em geral, passou a ser um político que se voltava muito para o dia-a-dia do jogo político e para a disputa de determinadas vantagens diretas para os seus apaniguados, seus clientes. Que eram a

sua base de poder, não é? Então, eles deixaram de ter os maiores, porque ninguém acreditava nos objetivos maiores. Basta dizer a você o seguinte: no final da década de 50, quando a gente falava ao governador sobre a possibilidade de ter uma indústria siderúrgica, de ter um pólo petroquímico, ele considerava que isso era uma fantasia.

M.A. — Ah, é? Fim dos anos 50?

R.A. — É. Fim dos anos 50. Não. Agora, agora, nos anos 60, no final dos anos 60. Vou dar um episódio mais recente. O governador Luís Viana apoiou o negócio do pólo petroquímico, fizemos estudos e tal e coisa, e ele procurou promover politicamente. Mas nessa ocasião tinha sido escolhido para suceder o Luís Viana, o Antônio Carlos. E o Antônio Carlos não acreditava no pólo. Luís Viana me chamou e disse: "Você pode conversar com o Antônio Carlos, para convencê-lo de que o negócio da petroquímica é uma coisa possível?"

M.A. — É mesmo? Antônio Carlos Magalhães! O homem das telecomunicações!

R.A. — É. Antônio Carlos Magalhães. Pois é. Não acreditava. Absolutamente. Agora, eu o convenci como? Mostrando que era possível, e mostrando o efeito que isso teria sobre as finanças do estado, sobre o ICM. Pergunto a você: por quê? Porque ele ainda representava aqueles velhos políticos. E ele era convencido pelo pessoal de São Paulo de que não havia possibilidades, de que a Bahia não tinha condição.

M.Q. — O pessoal da Petroquímica União, não é?

R.A. — É. O pessoal da Petroquímica União.

M.Q. — Aliás, esse episódio do pólo petroquímico, a gente

gostaria de tratar bem profundamente com o senhor. Mas não sei se podemos tratar agora mesmo ou pegamos isso um pouco mais adiante.

R.A. - Bom, vocês é que comandam.

M.Q. - Bom, eu gostaria de saber, então, com relação a essa questão do pólo petroquímico... Em 65 o senhor está no exterior, trabalhando naquela comissão dos nove, não é?

R.A. - Comitê dos Nove.

M.Q. - E aqui está sendo organizada pelo governador Luís Viana uma...

R.A. - Não. Não. O governador Luís Viana foi eleito indiretamente no final de 66. Ele entrou em 67.

M.Q. - Ah, então foi em 66. Justamente. Mas ele já entra com essa idéia de desenvolver o pólo petroquímico na Bahia, não é?

R.A. - Bom, não sei se ele entra com essa idéia. Não me consta isso. Agora, o que aconteceu foi o seguinte: ele pediu ao BID para constituir uma missão para examinar as perspectivas do Recôncavo Baiano.

M.Q. - Com relação a essa missão, qual foi a sua participação?

R.A. - Bom, a missão foi presidida por um cidadão, Eduardo Meira, um peruano, que é um homem de grande talento...

M.A. - Eduardo?...

R.A. - Eduardo Neira Alva. Eduardo Neira, como é conhecido. Que depois morou até muito tempo no Brasil, foi funcionário da ONU, também, e tal. Mas era, nessa ocasião, do BID. E o Eduardo Neira eu conhecia. E o Eduardo

Neira me pediu, bem como a outras pessoas da Bahia, ao Luís Almeida, Jaime Vilas-Boas, Vítor Gradin, para conversar conosco, assessorar e tal. E aí nós apresentamos essa possibilidade, que era a grande possibilidade do Recôncavo. Isso não era uma coisa nova, porque isso já constava do Plano de Desenvolvimento do Estado do ano de 59: Plandeb.

M.Q. — Exato. Que foi organizado pela Comissão de Planejamento Econômico, que o senhor presidia.

R.A. — Bem. Então, o Eduardo Neira, e o pessoal todo da missão, achou o negócio certo. E aí, com essa autoridade de uma missão internacional, o Luís Viana assumiu inteiramente a idéia. E nos pediu para continuar fazendo estudos e tudo mais. Aí tem uma série de detalhes, mas basicamente nós continuamos assessorando o governador, apesar de ser nosso adversário político. Porque eu fui inclusive para a polícia por protestar contra a eleição dele. Eleição entre aspas.

M.Q. — Ah, que interessante.

R.A. — Pois é. Mas ele foi muito civilizado. Logo depois me pediu para esquecer isso, que não... Eu disse: "Não é nada pessoal." E ele me convidou até para a posse dele. O certo é que nós o assessoramos, e ele assumiu muito a idéia. E promoveu.

M.Q. — Então, essa idéia era uma coisa que o grupo de vocês trouxe como...

R.A. — Trouxe da década de 50, da Comissão de Planejamento Econômico.

P.R. — Quer dizer que ela precedeu a Petrobrás, ou não?

R.A. — Não. A Petrobrás é de... 54. Quer dizer, foi ins-

tituída em 54. A lei é de 52.

P.R. - De 53.

R.A. - A lei é de 53.

P.R. - É. Então ela foi deflagrada mais ou menos no mesmo...

R.A. - Não. Aí tem uma história, ligada à Petrobrás. Quando se estudava o projeto da Petrobrás, o Nestor Duarte e o Luís Viana, que eram deputados, apresentaram na Câmara uma emenda sobre o negócio de indenização e royalties. Consta no projeto, consta na lei da Petrobrás. E nessa ocasião eu disse ao presidente - aliás isso constou lá nos nossos trabalhos - que no meu entender, a melhor coisa, do ponto de vista regional, era exatamente a derivação da indústria petroquímica. E eu disse também aos dois deputados. Então, já tinha uma relação com o projeto da Petrobrás. Quer dizer, o grupo que projetou a Petrobrás pensava que a Petrobrás deveria ter um papel de descentralização e tudo mais, inclusive na sua estrutura funcional, não é, coisa que talvez possa interessar a vocês lá, o esclarecimento.

M.Q. - Interessa muito.

R.A. - Então, já era uma coisa prevista. Bom, esse item da descentralização, dentro da idéia do projeto da Petrobrás, é que a Petrobrás seria uma holding. Uma holding para funcionar muito flexivelmente, através de empresas subsidiárias de caráter setorial e de caráter regional, conforme as conveniências pragmáticas. Agora, isso não foi possível porque as emendas introduzidas no projeto da Petrobrás obrigavam todas as subsidiárias a serem estritamente iguais à holding, à matriz. Então, isso conduziu a

uma estrutura mais unitária.

P.R. - Quer dizer, no projeto original, as subsidiárias teriam condições legais de se associar às outras empresas privadas para a execução de seus programas sem que isso dependesse do consentimento da holding. Era mais ou menos isso, não?

R.A. - Não. O consentimento da holding tinha que dominar sempre. A holding é a cabeça. A holding tinha que controlar as empresas subsidiárias. Agora, é uma questão de estrutura funcional. No projeto original, as subsidiárias relacionadas com exploração e produção, com refino e com transporte, transporte básico, deviam ter as mesmas condições da matriz, da holding, entendeu? Quer dizer, aquela condição de ter um mínimo de 51% de capital votante na mão da União e mais uma distribuição das outras ações de uma maneira muito dispersa, de tal modo que ninguém tivesse uma participação importante na Petrobrás.

M.Q. - Quer dizer, a questão era do controle majoritário.

R.A. - É. Agora, outras subsidiárias que não fossem relacionadas com essas atividades básicas - e que nós prevíamos, pela necessidade de apoiar os fornecedores de insumos e serviços, de fazer a transformação de produtos, quer dizer, petroquímica, sobretudo - essas subsidiárias seriam mais livres. Mas veio o projeto da Petrobrás e amarrrou muito a estrutura acionária da Petrobrás.

P.R. - Foi a emenda Eusébio Rocha e, posteriormente, a Bilac Pinto. Não é isto?

R.A. - A emenda Eusébio Rocha e a de Bilac, que se referia ao monopólio. Aí é outra... A um aspecto geral do monopólio. Mas também as emendas que se referiam a fechar

o que eles supunham ser as janelas abertas do projeto da Petrobrás. E que amarraram muito, amarraram muito a questão acionária da Petrobrás. Coisa que veio a ser anulada parcialmente, com a lei que criou a Petroquisa, já no regime militar. Mas que, no meu entender, atrasou muito a marcha da Petrobrás, porque obrigou a Petrobrás a ser um organismo muito centralizado.

M.A. - Explique para nós, que somos leigos, como se deu essa centralização de que o senhor está falando.

R.A. - Essa centralização funcional da Petrobrás resultou no seguinte, que a diretoria da Petrobrás tinha que resolver tudo. A Petrobrás, em vez de ser uma holding, quer dizer, uma empresa de controle de empresas subsidiárias e associadas, e de participação em associadas, passou a ser uma empresa que gere diretamente todas as suas atividades. Só depois é que avançou, em termos de organização, com a criação da Petroquisa, depois da Petrofértil e outras, que era uma das coisas previstas. Mas nós prevíamos muito mais do que isso. Nós prevíamos que você pudesse, conforme a conveniência - e a holding ia estudar e decidir - que você pudesse ter, por exemplo, uma companhia para o petróleo de Campos, com uma estrutura própria, funcionando como se fosse uma companhia. Agora, tudo isso controlado pela holding. Mas com uma estrutura funcionalmente flexível. Você poderia ter, por exemplo, uma coisa para refinação, para as refinarias. Quer dizer, uma estrutura conforme as conveniências operacionais. É o exemplo, aliás, das grandes empresas de petróleo. A Standard Oil é o quê? É uma holding que, naquele tempo, tinha cerca de mil funcionários de nível superior para quê? Para controlar suas empresas subsidiárias.

P.R. - De acordo, então, com o projeto original, o projeto que saiu da Assessoria, no caso da holding, 51% das ações passariam a ser de propriedade da União.

R.A. - É. Seriam inalienáveis.

P.R. - Inalienáveis. Agora, no caso das subsidiárias, essa participação também era a mesma, ou já era um pouco mais flexível?

R.A. - Era a mesma nas subsidiárias básicas. Subsidiárias relacionadas com exploração e produção, refino e transporte básico. Aí era a mesma. Agora, em outras subsidiárias, não. Em outras subsidiárias a Petrobrás poderia ser minoritária. Para, por exemplo, desenvolver uma fábrica de sondas. A idéia é que a Petrobrás deveria ajudar a provocar isso, se fosse necessário, podendo dar um apoio minoritário, um apoio passageiro. Na parte de petroquímica também foi mais flexível.

M.A. - Por quê?

R.A. - Porque já não era atividade básica.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. - Dr. Rômulo, em relação às atividades básicas, no seu projeto, a Petrobrás poderia se associar com empresas privadas nacionais e estrangeiras também, em condição minoritária?

R.A. - Não. Estrangeira não podia. Estrangeira não podia, porque havia uma legislação que estava em vigor, que era uma legislação de 1938, se minha memória não falha, e que estabelecia o seguinte: que qualquer coisa em termos de petróleo era só para nacionais. Então, podia-se fazer

a participação de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, sob controle de pessoas físicas brasileiras, não é, mas muito dividida a participação. Muito dividida. Quer dizer, cada acionista poderia ter um décimo, um milésimo do capital da companhia, por aí.

M.A. — Por falar em ações divididas...

R.A. — Espera aí. E isso era justificado também por uma razão. A necessidade de você ter acionistas particulares era justificadas por duas razões: a primeira razão era ter o máximo de participação popular na empresa; a segunda razão é que uma das fontes de recursos para a Petrobrás devia ser um empréstimo compulsório, quer dizer, uma contribuição compulsória, transformada em ações, dos proprietários de carros e de quaisquer veículos, marítimos também, que consumissem combustíveis líquidos. Essa era uma das fontes que se considerava necessárias. E isso funcionou durante algum tempo. Mas depois, com as dificuldades operacionais, num período em que não havia ainda informática, a Petrobrás desistiu dessa fonte. E inclusive encontrou outras fontes mais favoráveis. Mas isso funcionou durante algum tempo.

P.R. — De acordo com o projeto original, então, quais eram exatamente os direitos daqueles que adquiriam ações da Petrobrás na Bolsa, correspondentes ao nível de 49% que era facilitado para a aquisição de ações por parte do público? Haveria algum perigo, por exemplo, de algum deles impor um elemento na diretoria, ou interferir na vida política da empresa?

R.A. — Não. Não. De acordo com o projeto original, havia uma composição da diretoria pela qual somente uma... Pare-

ce que os acionistas privados teriam direito a um diretor.

P.R. — Isso no projeto original. Mas isso não foi preservado na votação da lei, não é?

R.A. — Eu acho que foi preservado sim.

P.R. — Foi?

M.Q. — Eu acho que há uma representação no conselho.

R.A. — Ah, então é no conselho. É.

M.Q. — É. Num dos dois conselhos.

R.A. — É no conselho.

P.R. — E havia algum tipo específico de ações que o público pudesse comprar para...

R.A. — Preferenciais, sem voto.

P.R. — Preferenciais, sem voto. Só. E nada mais.

R.A. — É.

M.A. — O presidente Vargas entendia de economia a ponto de discutir com vocês, com o senhor, esse aspecto da organização acionária da Petrobrás? E se ele discutia, o que ele achava?

R.A. — Não. Ele era um homem de muito consenso e de experiência de vida. De maneira que ele estava checando sempre, acompanhando e checando. Agora, não era um economista, não.

M.A. — Mas havia alguma orientação do presidente no sentido de como deveria ser organizada a Petrobrás, em termos acionários?

R.A. — Não. A recomendação do presidente foi logo no primeiro dia em que ele me entregou o material que tinha e

disse: "Vamos fazer um projeto nacionalista para resolver o problema do petróleo. Mas um projeto para funcionar." Essa é que foi a recomendação básica dele. Fora daí, ele continuava checando e vendo quem eram as pessoas com quem a gente podia conversar, entendeu? O projeto foi conduzido no maior sigilo, porque o projeto estava entre dois fogos, não é? E então tinha que ser mantido no maior sigilo. E todas as entrevistas que eu fazia eram somente autorizadas pelo presidente. E sobre pontos específicos.

M.A. - O senhor está falando uma coisa importante, que a Petrobrás que vingou, em termos de formato acionário, era diferente do que o senhor propunha.

R.A. - Ligeiramente. Um pouco diferente.

M.A. - Agora, eu fico pensando: era possível a Petrobrás dar mais cento do que deu? O senhor não acha que a Petrobrás é um projeto...

R.A. - Deu muito certo. Mas era possível dar ainda mais certo.

M.A. - Então, diga como.

R.A. - Pelo seguinte. Porque a Petrobrás foi muito prejudicada pela burocrati...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.Q. - Pronto, dr. Rômulo.

R.A. - Eu estava dizendo o seguinte: que a Petrobrás foi um pouco prejudicada pelo excesso de centralização operacional. A diretoria resolvia sobre questões menores. Num grande empresa de petróleo, isso realmente tomava o

tempo que era essencial para a grande política. Porque a holding é uma cabeça, é um cérebro pensante. Tem economistas, tem filósofos, tem contabilistas, tem estrategistas empresariais, entendeu? E a Petrobrás ficou numa operação direta, centralizando tudo. Agora, é possível, e naturalmente certo, que, no começo da operação, essa centralização preservaria a coerência das ações. Mas isso prolongou-se por muito tempo. Eu acho que isso foi uma coisa que certamente prejudicou uma performance, um desempenho que poderia ser ainda melhor da Petrobrás. Agora, felizmente, a Petrobrás contou com gente séria, que se orientou muito bem, e inclusive contou com a grande capacidade do presidente de tomar medidas que poderiam parecer duvidosas...

M.Q. - Qual presidente?

R.A. - Vargas. Duvidosas à opinião pública, como por exemplo o contrato de Walter Link, que é um ato de grande coragem política, mas que foi uma dessas coisas importantes, que marcaram o começo de operação da Petrobrás.

M.Q. - Dr. Rômulo, com o senhor trabalharam Jesus Soares Pereira e Neiva Figueiredo, na elaboração...

R.A. - João Neiva de Figueiredo, Ottolmy Strauch, Jaci Miranda.

M.Q. - Mas nesse projeto da Petrobrás foram mais esses dois, não é?

R.A. - Não, foram mais esses dois, e esses quatro todos funcionaram no projeto da Petrobrás. Inácio Rangel também. Quer dizer, esses daí que eu citei, todos eles tiveram acesso ao projeto. Agora, pessoas que não acreditaram no projeto, que eram contra, não tiveram acesso ao pro-

jeto.

M.Q. — Havia posições divergentes em questões específicas? Ou em questões fundamentais, em relação ao projeto da Petrobrás? Posições assim...

R.A. — Na Assessoria?

M.Q. — É na Assessoria. Entre esses membros que fizeram o projeto.

R.A. — Não. Eu acho que não, sabe. Eu acho que não. Eu acho que a Assessoria funcionou com muita homogeneidade. Nós fomos discutindo as questões. A nossa preocupação maior era ter recursos, ter condições financeiras e físicas, recursos reais para fazer funcionar um projeto como é o de petróleo, de grande magnitude, e então nós funcionamos com muita humildade, examinando, pesquisando possibilidades. E a gente não pode dizer quem é que... Quer dizer, a pessoa que mais contribuiu foi mesmo o Jesus. Mas todo mundo deu alguma contribuição, entendeu? E depois a gente conversava com o presidente, o presidente, com o bom senso dele, orientava e autorizava a conversar com A ou com B sobre alguns aspectos específicos.

M.A. — O senhor está falando que o presidente, com bom senso, orientava. Ele orientava, por exemplo, na questão do monopólio?

R.A. — Não. A questão do monopólio... É muito interessante a sua pergunta. A questão do monopólio é a seguinte: nós afastamos a idéia do monopólio, de explicitamente falar em monopólio, por uma razão política. Quer dizer, uma razão política interna, porque o projeto tinha que vencer uma maioria do Congresso, que era uma maioria conservadora, e uma razão política externa, que era a seguinte: o

monopólio, a menção explícita ao monopólio poderia prejudicar o objetivo de fazer um acordo com a Bolívia e com o Peru para a exploração do petróleo nesses dois países para benefício do país. Quer dizer, uma coisa do país, entendeu? Então, essa foi uma razão política externa, e eu até conversei com o líder Gustavo Capanema sobre isso. Mas nessa ocasião já era inútil, porque inclusive nós, no projeto, não mencionamos a palavra monopólio, por essas duas razões políticas, mas estabelecemos um sistema que era um monopólio virtual. Por quê? Porque a Petrobrás tinha a concessão de todo o território brasileiro, entendeu? E a legislação vigente, que era a legislação nacionalista de 38, estabelecia que... Bom, ela estabelecia normas nacionalistas. Só podiam ser concessionários de qualquer coisa em torno de petróleo pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas brasileiras sob controle de pessoas físicas brasileiras. Mas sobretudo por esse fato, de que, pelo projeto primitivo, todo o território nacional era dado em concessão pela Petrobrás. Quer dizer, só se poderia cogitar de uma concessão a pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas brasileiras, naquelas condições da lei de 38, se a Petrobrás não quisesse.

P.R. — Quer dizer que essa questão do monopólio então se refletiu na assinatura do tratado de 1957 com a Bolívia, o chamado tratado do Acordo de Roboré, quando a Bolívia recusou a participação da Petrobrás pelo fato de ser uma empresa estatal, e ela preferiu negociar com empresas privadas.

R.A. — Eu acho que sim. Bom, além disso, eu tenho notícias de que houve em Roboré muita inabilidade do negociador brasileiro.

M.A. - Vale a pena contar essa história.

P.R. - É. E parece que as empresas brasileiras que atuavam lá, segundo ainda o relatório do Gabriel Passos, na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou esse assunto, não eram empresas efetivamente idôneas. Celso Rocha Miranda e não sei mais quem, e tal. Era uma relação de seis empresas.

M.A. - Que operavam onde?

P.R. - Que foram determinadas, selecionadas para operar na Bolívia, mas que chegaram lá e não tinham nem recursos para comprar sondas ou para iniciar as operações. Tanto assim que o financiamento dessas empresas foi feito através do BNDE.

R.A. - Bom, eu não conheço. Realmente eu não acompanhei em detalhes esse episódio, não. Porque eu estava como secretário na Bahia ou como deputado federal na ocasião, e não...

P.R. - Nessa época o senhor estava na Rede Ferroviária, não é, em 57?

R.A. - Não. Estive na Rede Ferroviária em 58. E eu não acompanhei. Agora, do que eu tive notícias é que o Janari deu murros na mesa, na Bolívia, e irritou profundamente os negociadores bolivianos. Botou a chave de galão: "É o país maior, e tal..." Isso aí foi inabilidade. Mas eu acredito que tenha sido um fator aquilo que a gente previa, de que a menção ao monopólio estatal... Porque se fosse empresa estatal, mas não fosse monopólio, não seria tão...

P.R. - Difícil.

R.A. — ...tão explícita, tão marcante a posição, não é? Quer dizer, é uma coisa, um instrumento do Estado, não é? Acho que isso influiu.

M.Q. — Dr. Rômulo, fazendo um paralelo com hoje, como é que o senhor vê a criação da Overseas?

R.A. — Eu acho razoável. Eu não conheço, não vi as razões. Mas acho que toda flexibilização operacional é útil. Quer dizer, isso é uma coisa que somente a empresa mesmo pode examinar. Eu vejo como uma coisa natural. Agora, não dou opinião sobre o projeto concreto porque não estou por dentro, para examinar se ele seria oportuno, se haveria alternativas melhores. Mas o que eu acho é que uma empresa como a Petrobrás ter uma subsidiária para operar no mercado internacional é uma coisa natural. É uma coisa que estava nas nossas previsões.

M.A. — Exatamente. Fecha com a sua idéia original.

R.A. — É.

P.R. — Dr. Rômulo, quando o projeto original chegou à Câmara, ele sofreu realmente uma oposição muito forte do grupo nacionalista que tinha mandato parlamentar e que foi uma espécie de embrião da futura Frente Parlamentar: era o caso do Lima Figueiredo, Artur Bernardes, Eusébio Rocha e outros. Mas por outra parte, o projeto deve também ter recebido uma pressão muito grande das empresas estrangeiras, concessionárias de petróleo no Brasil, concessionárias de revenda, e tal. Pois muito bem. Mas sobre isso nunca ninguém falou. O senhor tem idéia, por exemplo, quando o senhor exercia a chefia da Assessoria, de como se desenvolvia esse tipo de lobby das empresas estrangeiras, no sentido de modificar o espírito do projeto?

R.A. — Eu tinha notícia de que essas empresas trabalhavam muito através do pessoal conservador que era favorável ao Estatuto do Petróleo, ou seja, a um regime de concessões. Algumas empresas tiveram contato inclusive comigo, mas eles sentiram que não tinham nenhuma chance comigo e com a nossa Assessoria, não é. Eu não revelei nada a eles sobre o projeto, mas também mostrei a eles que a gente estava caminhando no sentido de dar uma solução. Agora, eles, entretanto, foram tranqüilizados pelo fato de que a distribuição não se nacionalizou. Por uma razão puramente objetiva, de que não era importante, e pelo contrário, seria inconveniente você sobrecarregar a empresa com o varejo da distribuição do petróleo.

P.R. — Não há dúvida.

R.A. — Quer dizer, você iria sacrificar uma empresa por uma atividade menor. Então, eu acho que isso também as tranqüilizou um pouco. Quer dizer, o mínimo de atividades que eles tinham aqui, eram atividades lucrativas, podiam continuar mantendo.

P.R. — O senhor acredita que isso, então, contentou as empresas.

R.A. — Amainou. Não contentou, mas amainou. Agora, evidentemente que eles atuaram muito. Por exemplo, logo no lançamento do projeto da Petrobrás, o Carlos Lacerda foi convidado para ir ao Peru ver os prodígios da Continental Oil. E de lá fez uma série de artigos, no estilo dele, não é, condenando o projeto da Petrobrás e tudo o mais, mostrando o exemplo peruano. [risos] E evidentemente, quem é que o convidou para ir ao Peru? Entendeu? Quer dizer...

Agora, o que aconteceu foi uma coisa que não es-

tava muito na nossa previsão política. É que as forças conservadoras foram suplantadas pela onda nacionalista. E a onda nacionalista, inspirada por alguns nacionalistas mais excitados e mais desconfiados, e também pelo Partido Comunista, na ocasião, essa onda começou a denunciar o projeto como um projeto com falhas, com brechas, entendeu? E alguns diziam até que era um projeto entreguista, porque... Inclusive, o velho Artur Bernardes, por exemplo, se manifestou no sentido de que o país não tinha recursos para fazer aquele projeto e que não eram necessários os recursos que nós prevíamos. E que, então, a idéia, a suspeita que ele tinha era de que aquilo tinha sido feito para se tornar inviável e dar motivo à concessão ao capital estrangeiro. Ele apresentou ao presidente da República um documento - que deve estar na Fundação Getúlio Vargas, porque isso ficou no arquivo do Jesus quando eu fui para o exterior... para a Bahia... para o Nordeste, e o arquivo do Jesus foi para a Fundação Getúlio Vargas.

M.Q. - Somente as publicações, até o momento.

R.A. - Só, é? Pois é. Então, o velho Artur Bernardes apresentou um papel propondo a "Organização petrolífera brasileira" - se eu me recordo bem o nome - com recursos que eram um quinto dos recursos que nós prevíamos para o projeto. E achando que eram recursos suficientes, porque, supunha ele, como outros nacionalistas mais exaltados, que os lucros das refinarias e dos petroleiros seriam suficientes para sustentar toda a organização, todo o programa.

P.R. - Esta aliás era a tese do general Horta Barbosa.

R.A. - Era. O general era um homem muito íntegro, mas era um nacionalista um pouco ingênuo, do ponto de vista econô-

mico, entendeu? Inclusive, ele se iludiu com uma conjuntura favorável do frete internacional, resultado da Guerra da Coréia, que fez com que os petroleiros ganhassem muito naquela ocasião. Então, eles acharam que era um negócio da China e que dava dinheiro para tudo. E isso criou para nós um problema muito sério, porque nós ficamos suspeitos pelo grupo nacionalista mais exaltado.

M.Q. — E a posição do dr. Mário Bittencourt Sampaio? Ele defendia também que os recursos que ele tinha colocado à disposição...

R.A. — Do Plano Salte.

M.Q. — É. Do Plano Salte, e aquela forma de colocar a refinação financiando a atividade de pesquisa e lavra, que isso era suficiente para garantir a autonomia do país em relação ao petróleo. O que o senhor acha disso?

R.A. — O que eu acho é o seguinte: que o Mário Bittencourt Sampaio prestou um grande serviço durante o Plano Salte salvando da fogueira uma parte das divisas e aplicando-as em refinarias, as primeiras pequeninas refinarias, e em alguns petroleiras. Mas quanto a esse efeito que ele esperava, é uma ilusão, completamente ilusão, como os fatos mostraram, porque a Petrobrás só funcionou com recursos muito maiores.

P.R. — Dr. Rômulo, eu fiz recentemente uma série de entrevistas com o Juracy Magalhães. E uma das perguntas que lhe fiz foi a respeito da forma como se deu o convite que lhe foi feito para presidente da Petrobrás. Mas a resposta que ele deu não é uma resposta assim muito convincente. Ele dizia apenas que o Getúlio gostava muito dele, que ele era o enfant gâté do Getúlio, que ele brigava mas fazia

as pazes. Aquelas coisas. Eu tentei levar isso para o problema político, achando que o Getúlio tinha feito esse convite ao Juraci com o propósito de procurar amainar um pouco a oposição parlamentar, que naquela época era muito forte. Qual é sua opinião, exatamente? O Getúlio conversou com o senhor a respeito da escolha?

R.A. — Sim, eu tive ocasião de falar com o presidente sobre isso. A interpretação que eu posso dar é a seguinte: o Juracy combinava duas características que eram interessantes para o presidente. A primeira era que ele era tido como um bom administrador. Um homem sério na administração. Um sujeito capaz na administração. Aliás, eram três características. A segunda era que ele era um militar. Isso era importante também, que ele tivesse um certo respaldo no meio militar. Agora, a terceira é que ele era um homem da UDN. E então podia amainar essa oposição da UDN.

P.R. — Então, foi esse o critério. Provavelmente teria sido.

R.A. — Eu interpreto que sim.

M.A. — O senhor falou há pouco que a Presidência da República foi surpreendida pela onda nacionalista, que isso não estava nos séculos.

R.A. — Não. A gente não contava... A gente contava com o apoio nacionalista ao projeto. Agora, não contava que essa onda fosse exacerbada a ponto de se transformar numa onda de suspeita sobre a autenticidade nacionalista do projeto da Petrobrás. Isso é que surpreendeu a gente. Inclusive porque, veja bem, por exemplo, os comunistas, o Carlos Marighela, em 1947 fez um projeto que era um projeto extremamente mais aberto que o da Petrobrás. E era do Par

tido Comunista. No entanto, o pessoal do Partido Comunista foi muito... Foi um dos mais ativos nessa campanha de levantar suspeitas. Porque o Partido Comunista já estava numa posição anti-Getúlio, entendeu? Já estava fazendo do projeto um instrumento de combate à figura do Getúlio. Então, levantou suspeitas.

M.A. - O senhor acha, então, que esse movimento nacionalista, que realmente foi um dos grandes movimentos sociais na história do Brasil, acho que só comparável às "Diretas Já"...

R.A. - É. Mas que vinha de antes, não é?

M.A. - Exato. Mas o senhor acha que ele ganha essa força em 52, 53, por força do Partido Comunista? O Partido Comunista lidera esse movimento? Enfim, eu estou perguntando isso pelo seguinte: o senhor está nos bastidores da política, o senhor é um nacionalista, publicamente isso é sabido. Como é que o senhor faz a apreciação da força que ganha esse movimento? Quem...

R.A. - Não, eu acho que não era só o Partido Comunista. Você também tinha militares, até positivistas, e nacionalistas, entendeu, você tinha um homem como Bernardes...

P.R. - Que era conservador.

R.A. - Que era um homem extremamente conservador, mas era nacionalista. E você tinha também uma velha inclinação da opinião pública brasileira para suspeitar do governo.

M.A. - Ah, sim. Isso é bom.

R.A. - Não é? Agora, depois você teve ainda o papel da UDN, que mudou de sinal. Quando viu que a onda... Quer dizer, aproveitou o sinal para trabalhar contra o Getúlio

naquela onda.

M.A. — Mas dentro da UDN havia figuras nacionalistas também. Ou não?

R.A. — Havia Celso Passos. Quer dizer, havia um ou outro nacionalista. O... Quem era?

P.R. — Nessa época ainda não havia realmente. Apareceram alguns depois, como Seixas Dória, Ferro Costa. Alguns assim. Mas nessa época não...

R.A. — Correto. Nessa época não havia, não.

M.A. — Foi cálculo político mesmo.

R.A. — É. Inclusive, eu citei um episódio. Eu uma vez propus ao presidente da República ouvir o Aliomar Baleeiro, que era o cardeal na Comissão de Finanças da Câmara, sobre o esquema financeiro da Petrobrás. Antes de ser apresentado o projeto. Sem dar a ele o texto, somente para conversar. Então, conversei, expus a ele as nossas idéias, e a resposta dele foi contundente. Ele disse: "Olha, eu acho que o governo devia assumir a responsabilidade de dizer que o país não tem recursos para enfrentar esse problema. E então apoiar o Estatuto do Petróleo." E ele era um dos homens-chaves da UDN. Ele podia representar o pensamento básico da UDN. Agora, depois, Bilac, então, veio com a emenda do monopólio.

P.R. — Pois é. É exatamente isso. A gente sabia, claramente, que não só o programa da UDN, como também os homens que compunham a sua liderança, a sua direção, eram totalmente avessos a qualquer idéia de participação do governo na iniciativa econômica, inclusive na questão do petróleo. Isso está nos estatutos da UDN e está também

no comportamento dos líderes. Então...

R.A. — E está nos artigos também de Carlos Lacerda, que vocês podiam recuperar. Eu não tenho, não.

P.R. — Exatamente. Agora, o senhor concorda, por exemplo, que essa mudança radical da UDN em relação ao projeto da Petrobrás, quando ela passou a apoiar o projeto Bilac Pinto, tenha sido uma forma de colocar uma batata quente na mão do presidente da República? Era mais com esse objetivo?

R.A. — Sem dúvida. Não tenho a menor dúvida.

P.R. — Mas, por outro lado, o Getúlio não tinha também a preocupação de dividir as responsabilidades dele com o Congresso? Quer dizer, ele queria captar a cumplicidade do projeto e do Congresso?

R.A. — Ah, bom, isso é outra coisa. Taticamente o Getúlio funcionou aí nesse sentido. Quer dizer, ele chegou à convicção de que era difícil se opor à menção explícita do monopólio. Então, achou interessante a emenda do Bilac riso É. Está bem.

P.R. — Um outro ponto importante também no encaminhamento desse projeto, dr. Rômulo, é o seguinte: o Eusébio Rocha é muito amigo meu, muito amigo nosso. Mas ele, fala, em todas as entrevistas dele, inclusive nas entrevistas dadas ao CPDOC, uma coisa que eu realmente acho um pouco estranha. Por exemplo, ele diz o seguinte, que no momento em que a mensagem e o projeto da Assessoria chegaram à Câmara e encontraram aquela reação contrária do grupo nacionalista, ele apresentou a emenda dele, o substitutivo dele, logo em janeiro, um mês depois da chegada do projeto. E ele afirma categoricamente que apresentou esse projeto

por instrução do próprio presidente da República. Isso realmente é uma coisa que deixa a gente um pouco... assim, confuso. Porque se o presidente da República apóia a remessa de um projeto e de uma mensagem, e ao mesmo tempo prestigia um substitutivo que corrige, que reformula aquilo, eu não sei até que ponto... O senhor acha que realmente ocorreu isso?

R.A. — Eu não sei. Não posso dizer, não é, porque não posso dizer se ele esteve com o presidente e o presidente disse qualquer coisa a ele que ele interpretou nesse sentido. Só posso dizer o seguinte: Que eu acompanhei depois o projeto, quer dizer, eu e Soares acompanhamos o projeto no Congresso, e o Neiva também, acompanhamos sempre com as instruções do presidente da República.

P.R. — Que eram as mesmas, de acordo com o projeto original.

R.A. — Eram as mesmas. Agora, evidentemente que enfrentando, quer dizer... Por exemplo, esse negócio do monopólio. Eu disse ao líder Gustavo Capanema que nós éramos contra, que o presidente não era contra a idéia do monopólio. Acha va apenas inconveniente a explicitação, por essas razões políticas que eu aventei. Sobretudo a razão externa. Agora, é possível que o... porque o substitutivo do Eusébio, não é, ele aproveitou o máximo do nosso projeto e apenas deu o nome de substitutivo àquilo que podiam ser emendas em pontos específicos.

M.Q. — Agora, dr. Rômulo, o senhor falou que a menção ao monopólio poderia prejudicar as negociações relativas ao acordo com a Bolívia, não é?

R.A. — Bolívia e Peru.

M.Q. — Bolívia e Peru. Agora, isso pode ocorrer hoje, com relação a essa coisa da Overseas, de ser internamente uma empresa monopolista, estatal, atuando fora?

R.A. — Não. Isso não tem nenhum sentido. Porque lá é diferente. Lá é uma subsidiária para fazer negociação de petróleo, para a importação de petróleo, para a compra de equipamentos no exterior. É somente uma facilidade operacional. Não tem nenhuma relação com o outro caso.

M.A. — Ainda uma outra coisa. Quando o senhor estava falando há pouquinho da sua idéia da Petrobrás, da Petrobrás como uma holding, o senhor disse que as empresas de petroquímica não precisariam, dentro da sua concepção, ter 51% das ações na mão do Estado. Era isso?

R.A. — Sim.

M.A. — Agora, de novo como uma leiga, a petroquímica não é um interesse estratégico na economia brasileira, que é uma economia de expansão, de crescimento incrível? Como é que o senhor... Enfim, por que o senhor diz isso? O especialista é o senhor. [risos] Por que o senhor diz que não precisaria ser...?

R.A. — Por uma questão de princípio, não é. Uma questão de princípios. Nas atividades básicas, que são atividades relacionadas hoje com o monopólio, você deveria ter nas subsidiárias as mesmas diretrizes da empresa holding. Agora, em outras atividades não era necessário. Isso não quer dizer que a holding, que a Petrobrás não quisesse, não pudesse se reservar a maioria se fosse conveniente. Mas quer dizer que ela teria flexibilidade para desenvolver subsidiárias, fora das atividades básicas, sem esse mesmo requisito. Porque não...

[FINAL DA FITA 1-B]

M.A. — O senhor estava falando que não tinha o menor sentido a Petrobrás ter uma empresa de sondas.

R.A. — É. Ter uma empresa de sondas, controlar uma empresa de sondas ou controlar uma empresa de um produto petroquímico determinado não tinha nenhum sentido. A Petrobrás só deveria entrar para promover essas atividades que seriam importantes do ponto de vista do suprimento de insumos para ela, ou que seriam importantes do ponto de vista de aproveitar as oportunidades criadas pela Petrobrás no sistema produtivo.

M.Q. — Dr. Rômulo, nesse período já havia, por acaso, algum estudo com relação à possibilidade do desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil?

R.A. — Não. Não havia.

M.Q. — E com relação aos equipamentos também não. Isso vem depois, não é?

R.A. — Também não. Apenas previa-se isso como uma consequência natural.

M.Q. — Sei. E de alguma forma o setor privado existente manifestava algum tipo de interesse de investir nessas áreas?

R.A. — Que eu saiba, não.

P.R. — Dr. Rômulo, a petroquímica não está realmente explícita no monopólio estatal, de acordo com a Lei 2.004. O artigo 6º fala apenas em atividades afins. Agora, a Lei 2.004 entrou em vigência em 1953. A Petroquisa foi criada no final de 67, já foi decreto do Costa e Silva, era o Costa Cavalcanti o ministro das Minas e Energia. Então, a Petrobrás, para a composição da Petroquisa, ela parece

que entrou com a fábrica de borracha sintética de Duque de Caxias, outra fábrica de borracha sintética da Bahia e alguma unidade de produção que...

R.A. - Da Bahia, não.

P.R. - Não. De Cubatão.

R.A. - Uma fábrica de eteno, em Cubatão.

P.R. - Agora, quando ela entrou, o senhor acha que foi ali, naquele momento da criação da Petroquisa, que se deflagrou o interesse do Brasil pelo ramo petroquímico?

R.A. - Não. Porque a Petroquisa foi criada nessa ocasião em face de uma reação que houve em certos setores da opinião pública contra o controle estrangeiro na indústria petroquímica. Isso é o que eu pude sentir. Eu recém voltava do exterior e observei isso. Então, para viabilizar a Petroquímica União, houve um lobby no sentido de criar uma organização subsidiária da Petrobrás que desse apoio a essa associação entre empresários brasileiros e empresários estrangeiros. E a opinião suspeitosa considerava que os brasileiros eram testas-de-ferro dos estrangeiros, compreendeu? Então, a Petroquisa veio, vamos dizer, a reboque. Criou-se um sistema tripartite um pouco a reboque de associações prévias de know-how estrangeiro e algum capital estrangeiro com capital nacional.

M.Q. - Dr. Rômulo, em 64, começou dentro do BNDE uma série de estudos para organizar um grande programa na área de petroquímica.

R.A. - Em 64?

M.Q. - Em 64. Logo depois de 64. Um grupo informal, formado pelo dr. Belotti, não sei se estava o Otto Perrone,

um grupo reunindo pessoas que eram do BNDE e da Petrobrás, informalmente. Esse grupo, mais tarde, se tornou formal...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Bom, dr. Rômulo, mais tarde, esse grupo informal foi formalmente constituído, e se negociou junto com a Petrobrás...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. — ...uma conferência do Rafael de Almeida Magalhães, que foi proferida no Iuperj, onde ele salienta exatamente essa nova modalidade de apreciação que a Maria Celina acabou de fazer, do Brasil que deu certo e do Brasil que não deu certo. O Brasil que não deu certo e nem é levado em conta é exatamente aquele que é coberto pela Previdência Social. É uma coisa impressionante. Ele diz que toda vez que ele era levado a tratar de um problema da Previdência Social, encontrava um absoluto descaso, em todos os escalões do governo. [riso]

R.A. — Curioso, não? Interessante.

P.R. — É. Quer dizer, ele considerava aquilo um ministério da segunda classe. Os ministérios da primeira classe eram os ministérios militares, evidentemente, o Itamarati, Transportes, Comunicações, Fazenda e Planejamento. O resto, [riso] Saúde, Educação, Previdência Social, isso não era realmente prioritário para os objetivos do governo. E isso não é do governo de agora, não. É de vários governos anteriores.

R.A. - Eu sei.

M.A. - O senhor concorda com isso?

R.A. - Concordo. Acho que está correta a observação.

M.A. - Por que isso acontece? Por que tem que ser assim? Quer dizer, por que o Brasil tem que ser um país que é quase autônomo em termos de industrialização, quase autônomo em termos de produção agrícola, que tem uma das maiores taxas de crescimento do mundo, uma tecnologia de ponta, exporta tecnologia, e ao mesmo tempo convive com um Brasil de miséria absoluta que também atinge um dos maiores índices mundiais? O senhor pode falar, [risos] o senhor pode falar, [risos] o senhor tem muito...

R.A. - Isso aí, era preciso a gente preparar o espírito para responder a essa questão. Porque, realmente, isso foi da dinâmica do nosso processo de crescimento. Processo de crescimento com uma sociedade muito autoritária e com um processo de concentração muito grande. Concentração que, de certa maneira foi necessária para fazer um crescimento maior em determinadas áreas, mas que se cristalizou. Então, começou a operar o círculo vicioso da acumulação, da concentração. Depois há o seguinte. Durante o período em que eu, por exemplo, tive uma modesta participação na formação de uma ideologia industrializante no país, a gente tinha a ilusão de que a mancha de óleo do desenvolvimento não teria uma taxa de viscosidade tão alta. [risos] Entendeu? Quer dizer, teria maior fluidez e poderia se espalhar. Mas acontece que a gente não levava em conta que a concentração de renda faz com que o poder político também se concentre. E que as deficiências e deseconomias do processo de concen-

tração são superadas pelo poder político, que faz com que se mobilizem recursos para superar essas condições.

P.R. - É. Há quatro anos atrás, eu fiz uma entrevista com Tancredo em que ele dizia uma coisa assim, em que - eu acho com muita propriedade - ele fazia um confronto entre o tipo de comportamento do Getúlio e do Juscelino. Quando era levado um projeto ao Getúlio, Getúlio ficava preocupado - "Mas até que ponto isso vai sobrecarregar o trabalhador, até que ponto isso vai afetar as classes mais pobres, e tal. Vamos estudar isso direito, vamos reformular isso, vamos fazer isso." Ele sempre dava uma... A intervenção dele era sempre nesse sentido.

R.A. - Da sensibilização social.

P.R. - Da sensibilidade social. E o Juscelino era exatamente o contrário. São expressões até do Tancredo, ele falou assim: "Se fosse para fazer uma ponte, por exemplo, então, vamos fazer, vamos emitir, não importa a inflação." A expressão dele: "Aquilo era uma festa para o Juscelino." E o Lucas Lopes confirmou isso comigo, agora, recentemente. Não nesse enfoque do Tancredo, mas ele contava o seguinte: que quando se estava construindo Furnas, no dia da inauguração... Quando se conseguiu furar um túnel que comunicava uma barragem com a outra, ou com o lado oposto da barragem, aquilo foi um espetáculo tão bonito, que então o Juscelino levou toda a família, foi lá, e tal. E na hora que a água jorrou, ele bateu palmas, saltou, fez aquela alegria dele, aquele tipo dele, não é. Então, eu acho que essas coisas, esses dois tipos de mentalidade existem realmente no Brasil. Talvez isso explique até que o desfecho do Juscelino como presidente da República não tenha sido tão trágico quanto o do Getúlio. [riso]

R.A. — Bom, acredito que sim. Acredito que sim. Porque havia duas diferenças básicas entre as duas atitudes, os dois comportamentos políticos, não é. É que o Getúlio era muito mais suspicaz em relação ao capital estrangeiro, embora até estimulasse o capital estrangeiro, oportunamente, como no caso da Mannesmann, por exemplo — foi de Getúlio, não é? E por outro lado tinha muita preocupação social. Quer dizer, ao mesmo tempo, ele queria aumentar os salários, queria uma participação popular nos resultados. Ele queria realmente evitar os desequilíbrios regionais. E o Juscelino, realmente, não era sensível a essas coisas.

M.A. — E depois dele, creio que mais ninguém.

R.A. — É. Depois dele, acho que ninguém. Todo mundo no negócio do crescimento do bolo.

M.A. — Crescimento do bolo. Mudam os governantes, já não se usa mais a expressão, mas a prática é essa, é continuar crescendo o bolo. E eu acho, inclusive...

P.R. — E poucos comendo o bolo.

M.A. — E poucos comendo o bolo. Eu acho, inclusive, que o BNDES tem muito a ver com isso, com essa... Quer dizer, hoje em dia, como é que o BNDES se coloca em relação a isso? O BNDES, na minha opinião de leiga, que não sou economista, eu acho que, apesar de ter um S de social, ele continua querendo fazer crescer o bolo. Não é isso?

R.A. — Não. Hoje já não é tanto assim. Mas realmente isso merece uma reflexão muito séria. Hoje, o BNDES, por exemplo, tem uma área de apoio à pequena e média empresa, na qual ele dá preferência às áreas menos desenvolvidas, e que poderia parecer uma realização do S. E tem o Finsocial. Mas o Finsocial hoje é uma coisa muito limitada, por-

que representa menos de 5% nos recursos do Finsocial. Agora, que no momento é gerido de uma forma exemplar pelo Carlos Lessa, que está procurando realmente racionalizar uma política social através do estudo de projetos paradigmáticos, estudo de projetos que possam realmente conter impacto social grande, que possam ser generalizados depois. Agora, hoje, o Banco está comprometido - pelo menos no seu discurso externo, porque não existe nenhuma resolução institucional - com a chamada estratégia da integração competitiva. Mas associando à integração competitiva na economia internacional objetivos políticos de distribuição de renda, de redução dos equilíbrios regionais e ampliação do mercado interno.

Somente o único problema é o seguinte. É que, realmente, na mecânica da estratégia da integração competitiva, que significa a capacidade de competir no mercado internacional, através de introdução de tecnologias novas do processo produtivo existente e de introdução de novas tecnologias no país, isso se faz em termos que, na lei do mercado, levam a um processo mais concentrador. Então, internamente - eu há poucos dias fiz no seminário do Banco uma observação sobre isso - a mecânica do negócio é essa. Quer dizer, se você não tiver um Estado corretor, você vai levar o país a um processo de maior concentração. Em face de uma estratégia que é indispensável, porque realmente todo o país, todo o povo brasileiro deseja usufruir as vantagens da nova tecnologia. O país está condenado a pagar a dívida externa. O país precisa de capacidade livre para exportar. Então, o país precisa ser competitivo internacionalmente. Isso é uma consequência também do processo de amadurecimento de substituição de importações,

entendeu? Faz com que você aumente a competição interna e daí se aproxime dos padrões internacionais. Agora, mecanicamente, a coisa leva à maior concentração. Por quê? Porque você atualiza tecnologicamente onde já existe o sistema produtivo. Você introduz nova tecnologia onde existe Coppe, ou existe USP, ou existe Unicamp, ou existe a Universidade de São Carlos.

M.A. - Os centros de excelência.

R.A. - Pois é. Agora, essas organizações existem onde? Onde já preexistia um desenvolvimento econômico. Além disso, esse processo de nova tecnologia leva a você reduzir o emprego, pagando melhor aos empregados. Mas criando, então, defasagens muito grandes em relação aos outros. Então, eu prevejo - essa foi uma tese que eu lancei num encontro nacional de economistas, em Belém, acho que no final de 83 - então, eu prevejo o seguinte: que você vai ser levado a ter uma economia em três estágios. Em vez de ser uma economia dual, uma economia tríplice, em três patamares: a economia da moderna tecnologia, a economia da indústria tradicional e a economia do pé-rapado.

M.A. - A invisível.

R.A. - É.

P.R. - Dr. Rômulo, eu tenho a impressão - eu queria apenas confirmar isso com o senhor - de que o segundo governo Vargas encontrou muito mais dificuldades no encaminhamento da lei da Eletrobrás do que da Petrobrás. A que o senhor atribui essa diferenciação de pressão que existia em relação aos dois projetos?

R.A. - Presença da Light e da Bond and Share.

P.R. - Isso é vital, não é?

R.A. - É. Porque a Light era considerada... Quer dizer, todo o empresariado brasileiro, o empresariado da região industrial do país, considerava a Light uma "benemérita da pátria". [riso] Entendeu? Eu, inclusive, uma vez, em São Paulo, numa discussão sobre o projeto da Eletrobrás...

P.R. - Eu li isso. [riso] Aliás, a sua resposta foi muito boa: não é São Paulo que deve à Light, a Light é que deve a São Paulo. [riso]

R.A. - Pois é. Exatamente isso.

P.R. - Agora, dr. Rômulo, como foi... Na época em que o presidente Vargas decidiu encaminhar o projeto da Eletrobrás à Câmara, o país passava por uma fase de racionamento, de crise de energia elétrica muito grande. Começou a haver racionamento, os elevadores já paravam, os hospitais paralisavam em momentos às vezes críticos de operações, de intervenções cirúrgicas etc. O senhor tem uma idéia mais ou menos de como o presidente Vargas resolveu, um dia, convocar a Assessoria? Qual foi o tipo de inquietação que ele manifestou naquela oportunidade?

R.A. - A origem da história é a seguinte. É que nas instruções para a Assessoria... Quer dizer, a idéia do governo era fazer uma coisa de resolver problemas fundamentais do país através da Assessoria, com orientação nacionalista. Então, ficou assentado que a Assessoria se voltaria para um programa amplo de energia: Petrobrás, eletricidade, depois carvão, energia florestal, e a parte de energia nuclear ficaria como uma coisa especial do Centro de Pesquisas Físicas, que era uma coisa ainda muito experimental. Bom, então... E na parte de eletricidade se fez um estudo. E nas conversas com o presidente, chegamos a es-

tabelecer uma espécie de estratégia. Em face das dificuldades, das resistências criadas, foi estabelecida uma estratégia de dividir o negócio em quatro projetos. Um projeto com recursos iniciais, estabelecendo o Imposto Único de Eletricidade...

P.R. — Maio de 53.

R.A. — É. Logo no começo. Você está até melhor informado do que eu, porque eu já não guardo mais as datas. Um decreto sobre os recursos de eletricidade, que poderia permitir, como permitiu, aos estados criarem as suas empresas, com o Fundo Federal. E o Fundo Federal de Eletrificação seria gerido pelo BNDES, enquanto não surgisse a Petrobrás.* Quer dizer, já se podia começar um programa de investimentos. E de organização empresarial do sistema, através das futuras subsidiárias ou associadas da Eletrobrás, através dos estados. Com isso se dava apoio também à Cemig, que foi pioneira, não é? E se estimulava, como se estimulou em São Paulo, a fusão de pequenas companhias locais, do estado, numa empresa estadual. Agora, uma segunda lei seria uma lei com um Plano Nacional de Eletrificação. A terceira lei seria a lei da Eletrobrás, e a quarta seria a lei do sistema de concessões, quer dizer, do sistema de regular a concessão dos serviços de eletricidade. Então, nós começamos a trabalhar nesses quatro planos. A lei de recursos saiu logo, porque tinha o interesse dos estados, os parlamentares... Isso era uma tática, uma tática de condução do negócio ao nível parlamentar. O negócio do Plano Nacional de Eletrificação chegou a ser preparado e foi encaminhado, mas nunca saiu como lei. Tam-

* Refere-se à Eletrobrás.

bém não era essencial. Porque aquilo era mais uma... um guia.

P.R. - Uma listagem de projetos, não é?

R.A. - Um guia. Uma listagem de projetos. Um guia para a seriação metódica das iniciativas em torno de eletricidade. E o negócio da Eletrobrás, que criou muitos problemas, não é, mas afinal o presidente lançou, encaminhou. Eu já estava até, nessa ocasião, no Banco do Nordeste, quando ele encaminhou o projeto da Eletrobrás.

P.R. - Agora, além dessa participação da Light e da Bond and Share no sentido de obstruir o projeto na Câmara, eu tenho a impressão de que pode haver um terceiro elemento nisso, que seriam as companhias estaduais de energia elétrica, que se beneficiavam dos recursos do Fundo. Porque o Café Filho sancionou o Fundo logo sete dias depois da morte do Getúlio. E o Fundo entrou em execução e começou a tarefa de mobilização de recursos. E esses recursos eram distribuídos por essas empresas estaduais, estatais, não é? Então, o senhor acha provável que essas empresas se considerassem numa situação muito cômoda? Porque os recursos eram geridos pelo BNDE, e elas teriam essa participação no Fundo, o que deixariam de ter depois que a Eletrobrás entrasse em funcionamento. Porque aí seria ela que iria gerir o Fundo.

R.A. - Não, mas isso não. Eu acredito... Quer dizer, isso aí, talvez, se você ouvir o pessoal da Cemig e o pessoal da CESP, poderia ser útil para elucidar essa questão. Se eles tinham algum ciúme em relação à emergência da Eletrobrás. Mas eu creio que não. Porque a Eletrobrás não tendia a ser uma organização centralizadora como se tornou a Petrobrás.

P.R. - Era holding mesmo, não é?

R.A. - Era holding. E aí funcionou, operou como holding mesmo, não é. Então não tinha... Quer dizer, a Eletrobrás ia funcionar através das organizações subsidiárias e associadas. Então, não tinha nenhum interesse em açambarcar os recursos.

P.R. - Não, até o Lucas Lopes nos falou o seguinte. Ele não era contra a Eletrobrás. Ele apenas achava que a Eletrobrás deveria construir as usinas e repassar a eletricidade para os grupos privados, sob a seguinte alegação, dele, evidentemente: que essas empresas já tinham as suas estações de distribuição montadas. Então, que a Eletrobrás não deveria também fazer investimentos em canais de transmissão, que já existiam. Ela deveria aproveitar esses recursos para a criação de novas usinas. Eu não sei - e aí eu queria saber sua opinião - se seria um bom negócio para a empresa se ela fizesse isso. Ela produzir energia e depois entregar a intermediação ao setor privado?

R.A. - Não, eu acho que o normal na indústria seria a verticalização. Mas, no caso da existência da Light e da Bond and Share como organizações que já tinham seus sistemas de distribuição e de transmissão secundária, a orientação da política foi evitar encampar essas empresas. Porque era uma mágica besta, quer dizer, você ia comprar ativos e não fazer investimento novo. O que se procurou fazer foi evitar que essas empresas que desejavam se beneficiar do Fundo Federal de Eletrificação crescessem com o Fundo. Então, a idéia do projeto, quer dizer, do esquema, da política de eletricidade era fazer com que o Estado brasileiro, o país, aumentasse o capital da Light com ações suas. Entendeu? De tal maneira que a Light iria

sendo nacionalizada gradativamente, sem representar uma transferência de recursos para o exterior, ou para outro setor.

M.A. - Como é que isso seria feito?

R.A. - Não, eu digo, se a Eletrobrás se propusesse encampar a Light, ela ia indenizar a Light pelo valor residual, de acordo com a lei, e a Light fazia uma Brascan. Ou então mandava para o Canadá o dinheiro.

P.R. - Como acabou fazendo.

R.A. - Como acabou fazendo, não é, depois, muito tempo depois. Mas a nossa idéia era a seguinte: a Light precisa de dinheiro, não traz dinheiro do Canadá, não é capaz de levantar o dinheiro no público, tudo bem. Então, a estrutura financeira do Estado financia a Light através de ações. Participa do capital da Light. E vai crescendo o capital público na Light, o capital nacional na Light. Com isso a Light teria recursos para ampliar o seu sistema de distribuição. Não se precisaria, quer dizer, seria uma coisa desnecessária fazer a encampação da Light, entendeu? Depois se tornou talvez oportuno. Eu não quero julgar que não tenha sido conveniente a encampação no momento em que foi feita. Isso eu não quero julgar porque não estou com os dados do problema na cabeça. Mas o certo é que a orientação primitiva da política era essa. Era você não retirar recurso do setor, mas fazer com que a expansão do setor fosse feita pelo setor público brasileiro. O federal e os estaduais, e as empresas estaduais.

P.R. - Agora, o projeto da Eletrobrás foi dotado de muito maior flexibilidade do que o da Petrobrás. E, no entanto, as dificuldades para o encaminhamento desse projeto no Con

gresso foram muito maiores. Ele chega até a ser citado na Carta-Testamento de Vargas como um dos elementos que...

R.A. - Só saiu seis anos depois, não é?

P.R. - É. Sete anos depois. O senhor atribui essa paralisação a algum fenômeno especial, específico, além do lobby?

R.A. - Não. Eu atribuo a isso ao lobby. É claro que o lobby era esse. O lobby encontrava uma condição de opinião pública na elite brasileira favorável. Isto é, a descrença na ação do Estado e a crença de que a Light tinha feito São Paulo, não é? E essas empresas, a Light e a Bond and Share, pensavam em aproveitar o recurso do governo para se financiar, financiar a sua permanência com recursos do governo. Então, para isso, convinha a eles que não se criasse a Eletrobrás.

[FINAL DA FITA 2-A]

M.A. - Uma coisa que eu não entendo, dr. Rômulo, é que o projeto da Petrobrás, o projeto do monopólio do petróleo, recebe um apoio popular incrível, a que a gente já se referiu aqui. Agora, não se conseguiu mobilizar a opinião pública em torno da Eletrobrás. Por quê?

R.A. - Porque... Eu não sei explicar isso. É uma questão de examinar a razão. Em primeiro lugar, já existia a campanha do "O petróleo é nosso" no tempo da Liga de Defesa Nacional, e não existia uma coisa semelhante com a eletricidade. E na eletricidade, os interesses criados eram muito mais vultosos, muito mais atuantes. Então, eu acho que não se criou por isso, não havia ou não houve um fe-

nômeno histórico.

M.A. — Porque no caso da Petrobrás, o projeto estaria mexendo com interesses que muito provavelmente viriam a ser criados, não é? Quer dizer, o negócio da exploração de petróleo, e tal.

R.A. — Eu acho que no caso da Petrobrás já havia um mito. Havia uma mitologia, um negócio, um movimento popular, emocional, desencadeado. Com militares, com Artur Bernardes, com todo mundo. Além do motor, da capacidade de mobilização pessoal dos comunistas, não é? Enquanto que na eletricidade não. Inclusive eu acho que as empresas de eletricidade tinham capacidade de cooptar muito mais o setor de informação pública, as lideranças. Enfim, o fato é esse, é o fato histórico. Não se mobilizou. Depois, também, houve uma mudança, quer dizer, com a queda do Getúlio, a coisa mudou. Mesmo com a entrada de Juscelino, Juscelino não era um homem muito preocupado com essa organização básica.

M.A. — Com essa organização básica?

R.A. — Tanto assim que não saiu no governo do Juscelino a Eletrobrás. Só saiu no governo do Jango, não foi?

P.R. — Foi no governo do Jânio. Mas parece que o Juscelino preferiu que o problema da energia elétrica no Brasil fosse gerido pelo BNDE. Porque, na verdade, durante esses sete anos em que a Eletrobrás esteve congelada no Congresso, quem comandou a política brasileira de energia elétrica foi o BNDE.

R.A. — Foi o BNDE. Com o Fundo Federal de Eletrificação. Exatamente. De acordo com a política que tinha sido estabelecida. Mas que devia ser substituída pela Eletrobrás.

P.R. — É. Eu presumo, nesse caso que a Maria Celina fa-

lou, da diferença de repercussão popular entre um projeto e outro, também o seguinte: quando a Petrobrás chegou, não existia nada em matéria de petróleo no Brasil. Talvez uma refinariazinha lá de dois mil. Quer dizer, existia aquilo que o Mário Bitencourt Sampaio conseguiu montar com os recursos do Plano Salte, que era a frota, duas refinarias e o oleoduto São Paulo-Santos. Mas praticamente, assim, em mãos de concessionários estrangeiros, não existia nada, a não ser os postos de revenda. A Eletrobrás era exatamente o contrário. Ela vinha competir com um sistema já...

R.A. - Poderosíssimo.

P.R. - Poderosíssimo e já instalado há mais de meio século.

R.A. - Poderosíssimo. Eles convidavam todo mundo. A mim mesmo me convidaram para ser membro do conselho.

M.A. - Do conselho de quê?

R.A. - Da Light. Quando eu saí do Catete, recebi uma visita do Antônio Galotti me convidando para ser membro do conselho da Light. Quer dizer, com isso eles cercavam todo mundo.

P.R. - O Jesus foi também aliciado.

R.A. - O Jesus também foi tentado, não é? Rui Barbosa, Epitácio Pessoa, não é? [risos]

P.R. - Realmente. [riso]

R.A. - Era uma organização muito poderosa, com uma vigência muito grande no sistema de comunicações no Brasil. Dominava, era o maior... O grupo Light Rio e São Paulo talvez fosse o maior anunciador da imprensa brasileira.

P.R. - Sem dúvida nenhuma era.

R.A. - Agora, precisa ver que o negócio do petróleo tem uma mitologia antiga. Vem desde a campanha do Monteiro Lobato.

P.R. - É. Do Oscar Cordeiro.

R.A. - Oscar Cordeiro. E tudo o mais.

M.Q. - E era uma área em que os militares estavam diretamente envolvidos.

R.A. - É. Os militares estavam gamados por isso.

M.Q. - Enquanto no setor de energia elétrica isso não tem nenhuma...

R.A. - É. Era menos sensível para eles. Possivelmente era interessante até examinar qual era a opinião dos militares sobre o problema de... Porque esses líderes militares não falavam em negócio de eletricidade.

M.Q. - Não entrava como uma questão de segurança nacional.

R.A. - Não entrava como uma questão de segurança, essencial.

M.A. - Pois é. Isso é muito interessante. E eu estou pensando aqui que existia na época, como existe até hoje, um grupo industrialista com uma perspectiva nacionalista. E...

R.A. - Não, mas esse grupo, em grande parte, era um grupo que acreditava na Light.

M.A. - Ah, bom. Isso é que eu queria que o senhor explicasse.

R.A. - Acreditava na Light. Quer dizer, aquele debate em São Paulo, que você deve ter lido...

P.R. - A Semana de Energia Elétrica. Em que o senhor dialogou.

R.A. - A Semana de Energia Elétrica, pois é, aquilo foi um negócio preparado. Aquilo foi preparado para criar dificuldades para a gente, para nos embaraçar, nos envolver, não é? Porque você imagina o seguinte, eles reuniram...

M.A. - Eles quem?

R.A. - O pessoal da Light, basicamente, com o Clube de Engenharia de São Paulo e a Federação das Indústrias de São Paulo. Então, eles reuniram a fina flor da intelectualidade técnica de São Paulo para defender a Light.

M.A. - Isso quando?

R.A. - Bom, isso foi em 52 ou 53, não me recordo agora da data.

P.R. - Mas quem teve bastante destaque nessa Semana, do lado oposto ao pensamento do governo, foi o Otávio Marcondes Ferraz.

R.A. - Não, Otávio Marcondes Ferraz... Teve também, mas esse era mais discreto. Porque o Marcondes Ferraz era diretor técnico da CHESF, não é? Aliás, um dos gestos do Getúlio. Porque ele encontrou o Marcondes Ferraz, e houve uma eleição para a nova diretoria da CHESF, e o Marcondes Ferraz era um homem muito ligado à UDN. Então, o pessoal do PTB, do PSD e tal, queria substituir o Marcondes Ferraz. E o Getúlio não deixou, disse: "O que é que tem eletricidade com UDN?" [risos] Agora, eles mobilizaram professores da Escola Politécnica de São Paulo. Um deles, o professor Tarcísio, que era um grande metalurgista, esse chegou a... Felizmente ele teve um erro aritmético que me salvou. [riso] Porque eu deixei ele se estourar,

[risos]ele se esborrachar, e mostrei que ele estava cometendo um erro de vírgula, vírgula à direita.

M.A. - Por que esse grupo industrialista, nacionalista, acreditava na Light?

R.A. - Porque a Light tinha feito aqueles investimentos em São Paulo. Então, eles associavam o progresso de São Paulo à eletricidade fornecida pela Light. A Light tinha um grupo técnico muito bom, não é. A Light representava um padrão tecnológico realmente avançado para a economia brasileira. De certa maneira isso siderava o pessoal. E o fato é que eles acreditavam que a Light era eficiente. E a gente acreditava que a Light era eficiente. Simplesmente não trazia capital.

M.A. - E era, não é? [riso] Mas isso implicava que esse grupo industrialista não defendesse uma política de estratégia, de a longo prazo o país estar mais preparado para a questão energética? Não havia esse...

R.A. - Não, o grupo industrialista - tomando como expressão desse grupo Roberto Simonsen, no projeto do CNPIC, não é? Ele propôs um planejamento da economia brasileira que incluía, obviamente, os setores de infra-estrutura básica. Mas ele não propunha nada de estatização. Quer dizer, ele propunha o estudo das necessidades de investimento neste setor. Então, a preocupação deles era mais que houvesse suprimento de energia elétrica. Mas não que se fizesse isso através do Estado. Pelo contrário. Sempre houve uma tendência a desconfiar no Estado.

M.A. - Principalmente em São Paulo. Com algumas razões.

R.A. - Principalmente em São Paulo. É.

P.R. - No início dos anos 50 foi que começou a se agravar

o problema de racionamento de energia elétrica no Brasil. Essas empresas concessionárias foram, por acaso, em qualquer dessas épocas, questionadas pelo governo, no sentido de que elas não corrigiam esse agravamento do problema de racionamento?

R.A. — Bom, o governo pressionava as empresas. Mas as empresas tinham uma escapatória: dizer que as tarifas não eram remunerativas. Então, as empresas diziam que não encontravam recursos. Agora, o governo, por outro lado, também argüia que as empresas tinham uma contabilidade fajuta. Porque realmente as empresas estavam acumulando recursos que eram recursos de origem nacional. E fazendo um patrimônio remunerável que não correspondia à realidade histórica. Enfim, era uma discussão velha que havia sobre isso. Então, nós percebemos o seguinte. Não adiantava você remover isso, que era uma coisa que dava um trabalho enorme e tinha um proveito muito pequeno. O que era conveniente era contornar o problema, por enquanto, e criar uma frente com capacidade de grande expansão nos investimentos de energia elétrica no Brasil. E depois se resolvia esse problema residual.

P.R. — Então, foi esse espírito que justificou o encaminhamento do projeto da Eletrobrás?

R.A. — Exatamente.

P.R. — Empresa holding, atuando naquelas áreas em que o governo já detinha o controle, sem avançar na área das empresas concessionárias. Não é isto?

R.A. — É.

M.Q. — No projeto da Eletrobrás, no original, havia uma parte referente à fabricação de equipamentos, que foi

abandonada. Como é que o senhor viu isto?

R.A. — Olha, nós chamamos o general Carlos Berenhauser Jr., entendeu, exatamente para estudar esse problema do equipamento para energia elétrica. Porque nós nos dávamos conta de que num programa ambicioso de investimento em eletricidade teríamos constrangimentos cambiais para importar. Teríamos dificuldades para importar. Então, pensamos logo no problema do suprimento de alguns equipamentos, pelo menos. De desenvolver uma indústria nacional de equipamentos para eletricidade. Então, daí é que vem essa coisa, não é. O general Berenhauser chegou a fazer um trabalho, nós discutimos e tudo o mais, e introduzimos no projeto esse negócio.

P.R. — Mas sete anos depois, esse dispositivo, que se refere à montagem de uma indústria de equipamentos, foi vetado pelo Jânio. E...

R.A. — Ah, foi vetado pelo Jânio, não é? Quer dizer, saiu na lei, saiu no Congresso.

P.R. — Saiu no Congresso. Jânio foi que vetou. Foi um dos vetos dele.

M.A. — Ah, foi veto presidencial.

P.R. — Agora, presume-se que quem tenha interferido nisso tenha sido o ministro da Indústria e Comércio da época, que era o Artur Bernardes Filho, que era membro do Conselho de administração da Standard Eletric.

R.A. — É possível. Não sei. Não sei dizer. Mas é possível. Porque nessa ocasião eu estava como secretário de estado na Bahia e depois fui para ALALC e não acompanhei detalhes disso, não.

M.A. - Mas já que a gente falou em Jânio Quadros, o senhor menciona em um dos seu livros que chegou a ter um contato, que o Jânio chegou a procurá-lo para propor uma assessoria. O senhor tinha um contato anterior com Jânio Quadros, o conhecia? Como é que chegou esse convite?

R.A. - Não. Não. O Jânio, quando passou na Bahia, na campanha dele para presidente da República, ele até me procurou. Mas eu não estava lá. Mas eu apoiava o general Lott, não é. Fui até assessor do general Lott na campanha. Agora, depois que o presidente tomou posse, fez umas manifestações de simpatia comigo. Andou me nomeando para comissões, não sei o quê e tal. Mas eu não o conhecia antes, não.

M.A. - O senhor aceitaria? Porque eu fico pensando - o senhor que é um técnico competente, que tem um projeto de Brasil, como é que o senhor vê?... Enfim, não era o seu candidato, o senhor tinha feito campanha para o Lott. Mas em nome da sua adesão a um projeto nacional de desenvolvimento, o senhor... Como é que o senhor se sentiria?

R.A. - Não, olha, não sei se você leu, se eu mencionei nesse livro* o meu diálogo com o presidente Jânio Quadros. Tem lá. No diálogo está dito. Eu disse a ele que me surpreendia agradavelmente com o fato de que ele tinha feito uma abertura em várias coisas, estava preocupado com a reforma agrária, preocupado com uma série de coisas assim novas e tal, nas relações externas estava também mais aberto, mas que eu não tinha condição moral e política para aceitar o que ele queria me oferecer. Ele me ofereceu ser o controlador do sistema de planejamento do país. E me

* Rômulo: voltado para o futuro, já citado.

disse que dava categoria de ministro. E eu disse a ele que eu não tinha condição moral e política. Mas que eu, entretanto, era funcionário federal, que eu podia colaborar com ele como assessor. E depois, com o passar do tempo, se as condições fossem diferentes, eu estaria em outras condições para conversar com ele.

M.A. - Mas por que o senhor não tinha condição moral? O senhor não acha que poderia fazer um bom trabalho, a exemplo do que o senhor já tinha feito antes, em 50?

R.A. - Não, porque eu não era da UDN, era contra a UDN. Embora tivesse vindo do governo do Juraci, mas briguei com o Juraci, não é. E estou certo de que Carlos Lacerda não me suportaria. Toda a entourage do Jânio não me suportaria. Então, eu ia ser vítima, ia ser massacrado.

M.A. - O senhor quer dizer com isso, então, que a neutralidade da tecnocracia não existe, que isso não é tão verdadeiro. Porque a gente costuma pensar um Brasil que tem um grupo técnico que participa de vários governos porque tem o mérito, porque tem a competência. É o critério da meritocracia, e esse grupo é permanente. Ele se renova, sim, mas enfim, é um grupo apolítico. Daí todas as teorias que a gente tem de anéis burocráticos. O senhor está colocando um lado diferente dessa idéia.

R.A. - Não, é o seguinte. Eu, realmente, era uma coisa mista, porque eu tinha tido uma experiência política, não é, político-partidária. Eu era do PTB. Tinha tido uma política. Tinha estado vinculado ao Getúlio, quer dizer, com uma carga ideológica muito forte. A minha marca política era indelével. Então, o choque dessa marca política com o pessoal que dominava o governo do Jânio, que além

disso era um governo contraditório, não é... Eu mesmo disse ao Jânio: "O senhor é contraditório. Porque enquanto o senhor está querendo criar um sistema central de planejamento, o senhor criou oitenta e tantos ou noventa grupos para trabalhar isoladamente." Ele, aliás, me deu uma brilhante resposta, sabe? Disse: "O amigo não percebeu o alcance [riso] da minha medida, da minha providência. É que eu encontrei isso aqui uma..." - em resumo, uma bagunça, uma coisa que ninguém trabalhava e tal - "Então, criei esses grupos para forçar todo mundo a trabalhar. Agora é o momento de coordenar e de planejar." [risos] Ele respondeu na tampa. Com grande brilho, sabe?

M.A. - O senhor, no fundo, é um excelente técnico, mas que adora fazer política também, não é?

R.A. - Não, eu me sinto no dever de fazer política. É coisa diferente. Eu não adoro, não. Até pelo contrário. Uma de minhas fraquezas como político é que não tenho gana. Não tenho gana de poder, não tenho gana de... Quero sossego, compreendeu? Quero que outros trabalhem, quero induzir outros a trabalharem, assumirem posições, e tal. Mas eu sinto o dever, porque senti que o setor fraco era esse. E como eu tinha alguma possibilidade... Agora, mesmo como tecnocrata, eu tenho que considerar que eu era condicionado. Condicionado pela conjuntura política.

P.R. - Agora, me parece que esse conceito hoje está um pouco frágil, não é, dr. Rômulo? Porque aquela área tecnocrática que tem uma posição diferente da do senhor - por exemplo, em geral esse grupo que serviu ao regime militar -, eles sempre sustentavam no passado que o economista, o técnico, deve ser apartidário, deve ser apolítico, que entregar o comando a um político era um absurdo por-

que ia degradingolar tudo aquilo etc. Agora, hoje, o que nós estamos vendo é o seguinte: o Roberto Campos é senador do PDS, o Delfim Neto é deputado do PDS, o Mário Henrique Simonsen é filiado ao PFL. Quer dizer, então, essa isenção política do tecnocrata só valia no tempo em que eles integralmente governo? [riso]

R.A. - [riso] Essa é uma interrogação interessante. É, de fato é interessante isso. O fato é que os tecnocratas sempre aspiram subir um degrau do poder político.

P.R. - Porque o senhor nunca negou sua posição política. O Celso Furtado nunca negou. E alguns outros, de que eu não me lembro agora, também nunca negarram. Agora, os do lado de lá, não. Sempre procuraram desvincular o seu trabalho, a sua participação no governo de qualquer ingerência partidária. E a gente verifica que realmente não é isso. [riso]

R.A. - Não era tanto assim, não é? [riso] Pois é.

M.A. - Um assunto vai puxando o outro, e o Plínio tocou no assunto dos regimes militares. Apesar de todas as contrariedades e de todos os custos que o país teve com os regimes militares, tem um lado que foi positivo, que é o lado desse Brasil industrial, do Brasil da tecnologia; enfim, o Brasil modernizador teve ganhos, muitos ganhos. E a impressão que fica também é de que uma linha nacionalista dentro do setor militar foi bastante forte no sentido de manter e fazer mesmo prosperar Petrobrás, Eletrobrás e tal. Enfim, não sei exatamente se é a mesma ideologia militar que vem lá dos anos 20, mas efetivamente há um grupo, e o nacionalismo é forte entre os militares. Como é que o senhor sente esse problema, dos governos milita-

res e a questão do nacionalismo?

R.A. — Eu acho que uma fração importante do segmento militar tem compromisso nacionalista, sempre teve compromisso nacionalista. Esse compromisso foi um pouco abalado pela ideologia da eficiência, ligada à introdução de nova tecnologia e do capital estrangeiro, que foi instilada pelos tecnocratas de direita no meio militar. Mas, mesmo assim, sempre se manteve um substrato nacionalista nos meios militares, que foi muito importante. Eu acho que continua a ser importante isso. Quer dizer...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. — O senhor estava falando sobre os militares e o nacionalismo. Que efetivamente permaneceu um grupo militar nacionalista depois de 64.

R.A. — É. Esse grupo militar... Uma vez um amigo meu esteve envolvido num inquérito militar, porque a mulher dele era professora em São Paulo e foi encontrada como correio daquele pessoal terrorista, e tal, aquele pessoal da pesada. Então, ele foi para a polícia e ficou uns 15 dias. E ele me disse o seguinte, contou uma história muito interessante. Ele disse que os inquisidores, que eram uns nazistas desgraçados, quando descobriram que ele era um homem informado sobre os problemas industriais, passaram a se interessar por esse aspecto. E revelaram o seu lado nacionalista. Entendeu? Então, procuraram tomar informações dele sobre coisas, e tal, segredos do sistema, não é, dominação econômica, entendeu? Isso é muito significativo, não é? E tem outras indicações. Eu fui, por exemplo, a uma reunião sobre tecnologia, em que encontrei

uns coronéis que se manifestaram muito nacionalistas. Você vê esse negócio do SEI e tudo mais, tudo isso são manifestações nacionalistas do Exército, das forças armadas. Inclusive, o Hélio Jaguaribe chegou a desenvolver uma teoria de que o único grupo autônomo, o único grupo que poderia ter, potencialmente, autonomia no país seria o grupo militar. Se não fosse degenerado, corrompido, não é? Mas com uma tendência, com uma capacidade, porque tinha uma estrutura muito forte. Isso foi no tempo ainda em que a Igreja não estava muito mobilizada. Mas a idéia dele é que quem podia ter um pouco de autonomia em face do capital estrangeiro e num domínio capitalista retrógrado, poderia ser o militar. Se se cultivasse nele essa veia nacionalista.

M.A. — A gente precisa voltar para trás, porque há uma série de coisas para tirar a limpo. Mas, tendo em conta que o nacionalismo é uma coisa importante na sociedade brasileira, que existe esse núcleo militar nacionalista de direita ou mais de centro, mas que enfim, existe, o senhor vê alguma perspectiva de Petrobrás, Eletrobrás, por exemplo, sofrerem algum processo de desestatização?

R.A. — Bom, eu não desejo. Mas que eu vejo ameaça, vejo. Todo dia se está tentando uma nova fórmula para ir conduzindo a isso.

M.A. — E por que o senhor julga que ainda hoje, 1988, é importante manter esses setores estatizados?

R.A. — Eu acho que esses setores ainda são básicos para o país. Eu acho que o capital privado não teria condições de assumi-los, compreendeu, pelo menos assumi-los com o mesmo vigor que o setor público. O setor privado estaria

sempre atrás...

[FINAL DA FITA 2-B]

M.A. - Dr. Rômulo, a gente estava falando sobre o nacionalismo, que é um fator ideológico importante no Brasil e que é um fator ideológico bastante presente dentro dos setores militares. E, diante disso, como é que o senhor estava vendo a possibilidade de desestatização da Eletrobrás e da Petrobrás.

R.A. - De desestatização. Eu não desejo, não é, mas reconheço que existem ameaças nesse sentido. Eu creio que hoje as condições são realmente diferentes da época em que foram implantadas essas duas grandes organizações. Mas essas duas organizações continuam a ser básicas ao desenvolvimento do país e devem continuar sob controle estatal. Ainda que se democratize mais o acesso ao capital delas, ao capital minoritário delas. E, no caso da eletricidade, admito também que se possa permitir ao setor privado, na medida em que ele se mostre competente financeiramente - porque não há dúvida sobre as condições técnicas - de realizar projetos de menor vulto, que são os únicos projetos que ele será capaz de fazer.

P.R. - Agora, o maior índice de incidência de estatização ocorreu realmente nos governos militares. Qualquer empresa aí que não dava certo, e havia apanhado dinheiro do BNDES ou do Banco do Brasil, passava para o Estado, e o Estado ia alargando o seu grau de participação, muitas vezes em empresas que não davam rentabilidade e que haviam feito empréstimos sempre com uma segunda intenção. Com um objetivo não muito...

R.A. - Limpo.

P.R. - Limpo. Isso aconteceu muito, principalmente na gestão do Delfim Neto no Ministério da Fazenda. Qualquer pastelaria que não dava lucro era devolvida ao Estado, sob a alegação de que necessitava de novos empréstimos para poder ampliar, essas coisas assim. Isso ocorreu à vontade no regime militar. A gente nota, por exemplo, que até a Livraria José Olympio esteve nesse caso.

R.A. - É. Hotéis e uma série de coisas.

P.R. - Hotéis. Exato.

R.A. - O que aconteceu muito foi o seguinte, exatamente isso, uma deformação do papel do Estado. Por um lado, não é? Agora, por outro lado também, a presença do Estado se fez necessária, em muitos casos, pela lei das necessidades, mesmo contra a ideologia privatista. Quer dizer, a necessidade foi mais forte do que a ideologia.

P.R. - Mas eles não falam em privatizar essas empresas que se tornaram inviáveis. Eles falam em privatizar é a Petrobrás, é a Eletrobrás, é Volta Redonda, é a Telebrás. As empresas que deram certo. Porque essas empresas que deram errado, eu não vejo ninguém pleitear a devolução delas ao setor privado. [risos]

M.Q. - A não ser aquelas que já foram saneadas.

P.R. - Exato.

R.A. - Pois é.

M.A. - O senhor acha que é assim?

R.A. - Em parte. Hoje, a ideologia privatista é bastante ampla. Ela quer privatizar tudo. Naturalmente privatizar nas condições mais favoráveis, dentro daquela velha

regra de privatizar os lucros, não é.

M.A. — Mas o senhor acha que isso é uma idéia que vai ganhar força, e que a gente caminha para a desestatização?

R.A. — Bem, eu não sei, sabe? Eu sei que essa onda é muito artificial, nas condições da economia brasileira, nas condições da economia contemporânea do Brasil. Porque eu vejo que a presença do Estado continua a ser muito forte. Porque nós estamos incorporando tecnologias novas, através de organizações que não são suficientemente grandes para suportar os riscos da transformação rápida dessas tecnologias. Então, quem é capaz de suprir a inexistência de organizações de dimensão multinacional é o Estado. Agora, em segundo lugar, porque essas novas tecnologias representam um impacto social muito grande. Então, o Estado precisa ser corretor. Em terceiro lugar, porque essas novas tecnologias e a estratégia da integração competitiva levam a uma concentração do ponto de vista espacial. Então, quem pode orientar a desconcentração vocacional é o Estado. Agora, o Estado tem que ser competente. O que me parece que seja um imperativo é que o Estado seja eficiente. O que não é suportável é essa tradição, que foi deteriorada, do Estado incompetente.

M.A. — Mas dr. Rômulo, o Estado é incompetente nesses dois outros papéis que o senhor falou. No papel corretor, do ponto de vista social, do ponto de vista da equidade de renda, e do ponto de vista da desconcentração regional. Porque do ponto de vista do crescimento não foi incompetente, não.

R.A. — Foi. Foi incompetente sim.

M.A. — Foi? Como?

R.A. - O crescimento podia ser muito melhor e muito mais equilibrado. O Estado tem sacrificado as suas empresas siderúrgicas, metalúrgicas, elétricas de uma maneira cruel, de maneira masoquista.

M.A. - Como?

R.A. - Como? Não dando, por exemplo, tarifas suficientes. Fazendo com que as empresas arquem com prejuízos monumentais. Quer dizer, toda a siderurgia brasileira é falida, a Eletrobrás é falida. E com a falência dessas organizações, pode falir o BNDES, que é o seu maior credor.

M.A. - A Petrobrás.

R.A. - A Petrobrás, não. A Petrobrás não é falida. Mas já está... Nesse último ano já entrou no vermelho direitinho, não é? Já não está pagando as coisas que devia pagar ao governo.

M.Q. - Isso aí tem relação também com o Programa do Alcool? Quer dizer, uma das causas seria...

R.A. - Não, o Programa do Alcool entra incidentalmente neste quadro. É uma coisa que transcende o problema do álcool.

M.A. - Mas de que maneira? O senhor está falando que o Estado tem sido masoquista. Que mais? O senhor estava dando o exemplo da siderurgia, da...

R.A. - Bom, o Estado está parecendo que está destruindo, sistematicamente, as suas próprias organizações. Para convencer a opinião pública de que ele é incapaz. Quando a ineficiência do Estado é um problema simplesmente relacionado com a atual estrutura do Estado brasileiro, com as condições políticas que envolvem o Estado brasileiro.

M.Q. - O senhor acha que está faltando, por exemplo, a

questão do planejamento também, nesses últimos anos?

R.A. - É. Planejamento é um dado essencial na organização do Estado, na eficiência do Estado.

M.A. - Agora, quando a gente fala Estado, dr. Rômulo, o Estado não é uma abstração. O Estado significa interesses concretos. Como é que o senhor nomearia essa, vamos dizer, essa conspiração, essa tática contra a eficiência do Estado nesses setores que o senhor considera estratégicos?

R.A. - Bom, em primeiro lugar, a política do Estado tem sido clientelista, mesmo num regime que poderia se sobrepor a isso, que seria o regime militar. Em segundo lugar, as elites brasileiras são insensíveis em relação ao futuro e em relação à sociedade. Em terceiro lugar, as esquerdas brasileiras não têm consciência do que é uma empresa.

M.A. - O senhor é muito inteligente... [riso]

R.A. - Obrigado. [riso] É bondade sua.

M.A. - Fica muito difícil, não é?

R.A. - Fica muito difícil. É um problema de amadurecimento da sociedade brasileira, não é? Agora, as coisas se deterioraram de uma maneira incrível porque... Ainda outro dia o Juvenal Osório estava me contando o seguinte. Que ainda no primeiro governo do Getúlio houve dinheiro para fazer o saneamento da Baixada Fluminense, que é uma obra monumental. Bem, hoje, que a economia brasileira representa vinte vezes mais, segundo o cálculo dele, vinte vezes mais, não há dinheiro para conservar esses canais e sequer para viajar, evitar que esses canais sejam depredados, como estão

sendo. Os maiores danos da cheia na Baixada Fluminense de correram disso, do entupimento dos canais. E da depredação. Quer dizer, diziam o seguinte, que tem gente tirando as comportas para fazer sucata. Compreendeu? E tirando aterro dos canais, das laterais dos canais para fazer...

M.A. - Isso acontece com o metrô também.

R.A. - Uma loucura, não é? Quer dizer, o Estado chegou a um grau de deterioração que realmente é espantoso! Não podia se justificar, com a industrialização a que nós chegamos. Com o nível de capacitação das nossas elites, capacitação técnica. Afinal de contas, nós trabalhamos na Assessoria da Presidência da República com meia dúzia de pessoas, utilizando o trabalho eventual de pessoas que estavam na administração, que eram também uma dúzia a mais. Éramos sujeitos com informações suficientes. Entretanto, fizemos alguma coisa. Agora, hoje, você tem quadros muito mais ricos, muito melhor pagos do que naquela época, entendeu...

P.R. - Computadores.

R.A. - Computadores, recursos técnicos fantásticos, entendeu, e entretanto a gente vê essa ineficiência espantosa do setor público.

M.A. - E tem saída? Porque quando o senhor diz "a ineficiência espantosa do setor público", é exatamente o que o setor privado desestatizando diz. Quer dizer, os dois lados estão concordando com o mesmo fato, de que o setor público está sendo de uma incompetência...

R.A. - Sim, mas o setor privado aí é um pouco... Não olha pelo aspecto da organização do Estado como uma coisa que

pode ser corrigida. O setor privado atribui isso a um mal inerente ao Estado. E está equivocado. Porque a administração do Estado nas empresas públicas, em algumas empresas públicas, é muito eficiente. Nas siderúrgicas tem sido eficiente. Com exceção da Cosipa, tem sido bastante eficiente. No sistema Eletrobrás também tem sido eficiente.

M.A. — E na Petrobrás?

R.A. — Na Petrobrás também. E na Companhia Vale do Rio Doce também. E fracasso no setor privado, existe em muitas empresas, inclusive das maiores empresas. Nós aqui somos um hospital. Empresas das mais capazes vêm aqui de cinco em cinco anos.

M.A. — Esquecem o caminho. [riso]

R.A. — Pois é. Quer dizer, não é por aí o negócio, não é pela denúncia da incapacidade estrutural, inerente ao setor público, que vem a coisa, vem o problema, e a necessidade de privatizar. Vem é o seguinte: é criar condições políticas que permitam a eficiência do Estado.

M.Q. — Na sua opinião, como é que se criam essas condições?

R.A. — Bom, isso aí é uma pergunta maior. Se eu soubesse, se tivesse uma receita a dar, eu seria um mago, e não um modesto técnico [riso] e diretor eventual deste banco. Eu acho que é um processo. Um processo que parte de formação de opinião pública, de autenticidade dos partidos, de discussão mais ampla, não é, de remover os entraves que existem no momento na nossa conjuntura econômica... Porque isso realmente é um entrave danado. O problema da dívida externa, da dívida interna, a inflação e tudo isso. Tem que remover isso, isso perturba de uma maneira total.

Tem que criar, fazer um programa em que haja consenso sobre determinados objetivos sociais em médio prazo, entendeu? Uma série de coisas aí que a gente podia citar, mas que estou citando assim a título provocativo.

M.A. - É. Uma política social, sem dúvida. Quer dizer, agora...

R.A. - Essa política social é indispensável. Se você não der, não criar condições de expectativa favorável para a grande massa da população, você vai ter sempre perturbações sociais que se tornam incontroláveis, que vão deter todo o processo de desenvolvimento material do país. E, obviamente, da organização do Estado.

M.A. - Quer dizer, então, que na sua opinião o problema não é que há Estado demais na economia. O problema é que há Estado incompetente demais.

R.A. - Incompetente. Agora, há excedentes, há muitas excrescências, como disse o Plínio, muita coisa que não tinha sentido estar no Estado e está. Tem outras coisas que tinha sentido estar no Estado num determinado momento, noutra momento não precisa mais estar. Mas o essencial é se considerar que o Estado continua sendo um agente indispensável no processo de desenvolvimento equilibrado do país.

M.A. - E nesse momento, o senhor incorporaria aí Eletrobrás, Petrobrás, que mais? Que outras atividades o senhor acha que devem continuar hoje...

R.A. - Eu acho que essas grandes organizações básicas, por exemplo, o BNDES, não tem sentido você tirar das mãos do Estado. A Petrobrás, a Eletrobrás, telecomunicações, para poder equilibrar melhor a distribuição dos serviços no país, também. Vale do Rio Doce. É uma organização que se

mostrou muito eficiente. Então, o que você pode fazer é distribuir mais ações dessa companhia para o público. Colher capital privado, se houver capital privado para isso. Mas não entregar o controle.

M.Q. — Dr. Rômulo, nós vamos voltar para trás. O senhor comentou aqui que começou sua atividade profissional, vamos dizer assim, mais significativa do ponto de vista de projetos, como economista, no Conselho Nacional de política Industrial e Comercial do Ministério da Indústria e Comércio, em 1944,* quando o senhor foi trabalhar lá. O senhor poderia nos falar...

R.A. — Por sinal... A Fundação Getúlio Vargas tem cópia do relatório que saiu, do CNPIC?

M.Q. — Não sei. Que eu saiba, não. Do relatório? Bom, eu vi algumas coisas a respeito da sua proposta...

R.A. — Bom, você tem aí na Pesquisa e Desenvolvimento** um trabalho sobre o debate entre Gudin e...

M.Q. — Exatamente.

R.A. — Que foi posterior ao documento que foi publicado.

M.Q. — Exatamente.

R.A. — Esse documento que foi publicado é que é importante. Foi impresso pela Imprensa Nacional. É nesse documento que tem um trabalhinho meu.

M.Q. — Agora, eu queria saber se no Conselho se discutiam, além dessa grande proposta, que gerou toda a discussão en-

* Em 1944 não existia o Ministério da Indústria e Comércio, que só foi criado em 1960. O CNPIC pertencia ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Trata-se da revista Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 4, nº 1, fev. 1974, publicada pelo IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social.

tre o Gudin e o Simonsen... O que fez o Conselho como outras tarefas nesse período em que ele surgiu?

R.A. — Bom, eu não posso dizer muito rigorosamente, não, porque eu não participava do Conselho. Eu era simplesmente assessor do ministro, compreendeu, e não comparecia às reuniões do Conselho. Agora, o que eu sei, de informação, é que o Conselho se reuniu, começou a discutir determinados problemas tópicos, setoriais e tudo o mais, e aí chegaram à conclusão, por proposta de Roberto Simonsen, de que tinham que pensar no geral. É isso aí. Foi de onde surgiu o parecer do Roberto Simonsen sobre o planejamento da economia brasileira, com apoio de San Tiago, com apoio de outras pessoas que participavam do Conselho.

M.Q. — Mas o senhor apresentou uma proposta também.

R.A. — Não, eu, eventualmente... É o seguinte, o ministro... Acho que contei isso, não?

M.Q. — Contou sim. Mas eu gostaria que o senhor comparasse a sua proposta com a proposta do dr. Roberto Simonsen.

R.A. — Bom, não há nada de conflitante. O que eu procurei foi, primeiro, apoiar a idéia, justificá-la e, em segundo lugar, sugerir um esquema de organização para o planejamento.

M.Q. — É. Agora, na sua proposta, como na do dr. Simonsen também, havia uma divisão entre órgão central e órgãos de execução. Na proposta do dr. Simonsen se previa que o próprio Conselho seria o órgão de planejamento, o órgão que pensaria essas questões mais gerais. No caso da sua proposta, havia dois órgãos. O Conselho Nacional de Economia...

R.A. - O Conselho Nacional de Economia?

M.Q. - É. Na verdade era o Conselho Nacional, que reunia os ministros e o presidente da República, e o Conselho Nacional de Economia - havia duas alternativas aí, o senhor propunha duas alternativas. Esse Conselho Nacional de Economia, ou ele se formaria a partir da reunião do Conselho Federal de Comércio Exterior e do Conselho Técnico de Economia e Finanças, ou então a partir daquela proposta que estava expressa na Carta de 37, de criação desse órgão, desse Conselho Nacional de Economia.

R.A. - Eu não me lembro de nada disso. Esse detalhe eu não me lembro. [riso]

M.Q. - Não? Porque eu ia perguntar se...

R.A. - Onde é que você viu isso?

M.Q. - Eu vi isso nesse trabalho aqui. Em Pesquisa e Planejamento Econômico, publicado pelo IPEA, onde se faz um quadro comparativo das duas propostas. O primeiro artigo é referente a isso.*

R.A. - Ah, bom. Esse número até eu não conhecia, não.

M.Q. - Bom, eu ia lhe perguntar se por acaso o senhor tinha pensado, nessa segunda alternativa, em como é que seria organizado esse Conselho Nacional de Economia. Se ele seria organizado com o mesmo tipo de atribuições e características que estavam previstas na Carta de 37, ou se o senhor tinha...

* "Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963)", de Jorge Viana Monteiro e Luiz Roberto Azevedo Cunha.

R.A. — Não, eu não sou capaz de lhe dizer, sabe? Porque eu não me lembro, não me lembro mais disso, não.

M.Q. — Bom, então vamos passar à parte referente às próprias discussões que se processaram. Em maio de 44, no auge das discussões no CNPIC, o governo federal cria a Comissão de Planejamento Econômico, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, e envia o relatório aprovado no CNPIC, no Conselho, para esta Comissão de Planejamento apreciar. O que suscitou o célebre debate entre o Roberto Simonsen e o Gudin. Como é que o senhor explica esses fatos? Por que Getúlio agiu desse modo?

R.A. — Muito simplesmente. Porque o governo de Getúlio estava dividido entre duas forças que se opunham, não é. A do Marcondes, — quer dizer, o Marcondes representava uma linha mais popular, mais nacionalista e tudo o mais — e, de outro lado, Sousa Costa. Então, o Sousa Costa era o ministro da Fazenda. O Ministério da Fazenda era o ministério mais forte. E o Sousa Costa relacionava o governo com todas as forças tradicionais, conservadoras. Então, o Sousa Costa fez essa jogada para anular o Marcondes.

M.Q. — Em algumas versões se diz que o Getúlio é que tinha intenção de anular a importância do Roberto Simonsen.

R.A. — Não creio nisso, não. Porque a proposta do Roberto era uma proposta politicamente interessante para o Getúlio, na medida em que podia dar uma plataforma para ele se candidatar.

M.Q. — Continuidade.

R.A. — Continuidade. Através de eleição, compreendeu? Então, todo o interesse político do Getúlio... Agora, o Getúlio estava pressionado pelas forças conservadoras re-

presentadas pelo Sousa Costa no governo. Então, essas forças impuseram a criação da Comissão de Planejamento Econômico para anular. Essas forças foram vitoriosas.

M.Q. - Em fevereiro de 45 é criado o Conselho de Economia Nacional, previsto na Carta de 37, excluindo-se os conteúdos corporativos que estavam preconizados lá. Há alguma relação entre - agora eu não sei - a sua versão, prevista no parecer do Conselho Nacional de Política Industrial, e o que foi apresentado no ato adicional que criou o Conselho? O senhor já me disse que não lembra disso, não é?

R.A. - Não. Mas isso não tinha, não. Porque isso aí já estava over, o negócio do CNPIC já estava over. Já tinha frustrado completamente.

M.Q. - Agora, é interessante que conviviam, não é - fruto dessa fragilidade mesma do Getúlio - vários órgãos que tinham tarefas, atribuições parecidas, semelhantes. Como é que o senhor interpreta isso? Era assim, dessa maneira?

R.A. - Você diz vários órgãos por causa desse Conselho de Comércio Exterior, não é?

M.Q. - É. Havia o Conselho Federal de Comércio Exterior, que tinha atribuições parecidas com as do Conselho Nacional de Política Industrial, havia a Comissão de Mobilização Econômica, que tinha uma tarefa mais executiva e temporária, de início.

R.A. - A mobilização Econômica era uma coisa muito mais específica. Agora, o Conselho do Comércio Exterior tinha aquela tradição. Era um Conselho do Comércio Exterior que se transformou no Conselho de Promoção de Desenvolvimento, não é?

M.Q. - Exatamente. Com a ampliação de suas atribuições.

R.A. - Agora, sem a representatividade suficiente. O fato é o seguinte, é que era um governo disputado, não é? Um governo já em declínio, uma estrutura governamental muito disputada pelos grupos. E nesse quadro quem tinha mais poder era o grupo que apoiava o Sousa Costa. De que o Sousa Costa era o porta-voz, era o instrumento.

M.A. - Qual era o grupo? O senhor já falou qual era o grupo do Sousa Costa?

R.A. - O grupo conservador.

M.Q. - Agora, em 45, o senhor é convidado pelo Roberto Simonsen para organizar o departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria. E o senhor passa a ser assessor do Roberto Simonsen, também presidente da FIESP. Eu gostaria que o senhor nos dissesse como é que o senhor organizou o departamento econômico, quem o senhor chamou para trabalhar com o senhor lá, nessa época? O que fazia exatamente esse...

R.A. - Bom, eu, naturalmente, tentei viabilizar a idéia. Porque a idéia tinha certas dificuldades, mesmo no meio industrial. Nem todo mundo compreendia o alcance das propostas de Roberto Simonsen. De maneira que tentei viabilizar a idéia, conseguindo meios para recrutar o pessoal. Não direi os maiores especialistas, porque não havia, mas um pessoal talentoso, com uma formação básica boa. Então, eu consegui trazer umas pessoas de certo...

M.Q. - Alguma assim que o senhor gostaria de destacar?

R.A. - Bom, Evaldo Correia Lima, que foi depois... Atualmente é presidente da Funarte, foi depois chefe do departamento econômico, diretor do Banco, e foi gerente-geral do BID. Heitor Lima Rocha, que era um economista jovem de

muito mérito, depois foi chefe do departamento econômico da Petrobrás.

M.Q. - Ele foi diretor também.

R.A. - Foi também diretor. Depois recrutamos uns jovens, como Knaack, José Otávio Knaack de Sousa, o João Paulo de Almeida Magalhães. Enfim, um grupo aí de jovens. E organizamos o departamento, em que havia uma divisão de estudos, uma divisão de informações e uma divisão administrativa. A divisão de estudos ficou com o Evaldo, e tinha como objetivo realizar trabalhos de fundo; a divisão de informações tinha por objetivo reunir as informações, distribuir informações e atender a consultas do setor empresarial e fazer estatística. Fazer estudos de natureza cotidiana, de natureza... Estudos menores, estudos informativos. Essa ficou sob a direção de Vilaça, Sílvio Vilaça, um economista também, um rapaz muito bom, mas que morreu cedo.

M.A. - Dr. Rômulo, o senhor tem uma atividade ligada ao planejamento, ligada ao Estado e à empresa privada. Nesse momento, o senhor está na FIESP, iniciativa privada. O senhor conseguia ver um projeto para esses dois interesses que fosse o mesmo projeto? Como assessor da empresa privada, como assessor do Estado, o senhor conseguia conciliar...

[FINAL DA FITA 3-A]

M.A. - Dr. Rômulo, o senhor é o homem do planejamento estatal e um homem que colaborou também na empresa privada. Nesse momento o senhor está como assessor da FIESP. O se-

nhor consegue apresentar como plano de desenvolvimento para o Brasil, e para os interesses industriais, para os dois setores, o mesmo projeto?

R.A. — Bom, em primeiro lugar, eu era um homem público que se recusava a privatizar-se. Inclusive, depois, eu não aceitei perspectivas e oportunidades que tive no setor privado propriamente. A não ser eventualmente, muito tempo depois. Agora, eu fui convidado como economista. Como homem com compromissos com aquelas idéias que foram apresentadas no parecer do CNPIC. E encontrei no Roberto Simonsen, e inclusive no Lodi também, muita abertura. Quer dizer, muito desejo de conciliar o público com o privado, dentro dessa idéia de desenvolver a economia brasileira e industrializar o país, substituir importações. Enfim, a idéia do desenvolvimento do país nos reunia, não é? E eu achava que era muito importante a gente organizar o setor industrial brasileiro.

M.A. — E o senhor achava que o mesmo projeto era compatível com os interesses públicos e com os interesses da área privada?

R.A. — Claro. Claro.

M.A. — E o Simonsen e o grupo industrial que ele representava achavam que isso era compatível também?

R.A. — Achavam, o Simonsen era um homem público também. Embora um grande industrial, era um homem com muita...

M.Q. — Aproveitando essa oportunidade, em 46, no governo Dutra, ao longo do governo Dutra, foram extintos os órgãos capazes potencialmente de cumprir aquelas funções centralizadoras de planejamento e coordenação. Foram extintos a Comissão de Mobilização Econômica, o Conselho Na-

cional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, e o DASP foi reestruturado. Como é que o senhor via essa reestruturação, o que isso representava para o Brasil, e como é que o Roberto Simonsen via isso também, já que o senhor estava ligado a ele? Porque parece que essa coisa da necessidade de um órgão de planejamento controlando as atividades econômicas já se colocava durante o período final do primeiro governo Vargas. E a proposta do Simonsen é justamente de criação de um órgão planejador e coordenador. E no governo Dutra toda essa estrutura é desmontada.

R.A. — É. Agora, houve uma instituição muito importante, que não é referida na literatura - eu acho que nem está referida aqui nesse projeto - durante o período da Assembleia Nacional Constituinte de 46. Que foi a utilização do ISSB...

M.Q. — O que era o ISSB?

R.A. — Instituto de Serviços Sociais do Brasil. Que foi o precursor do INPS. E foi um dos projetos do final do governo Vargas, não é? Constituiu-se um grupo sob a direção de João Carlos Vital para planejar a instituição global de Previdência no Brasil, o ISSB. Bom eles fizeram um trabalho, um levantamento muito interessante, uma documentação única, na ocasião, da economia brasileira.

M.Q. — Isso, o senhor está falando em...?

R.A. — Em 45, 46. Estou falando da Instituição da comissão do ISSB. Quando chegou a Assembleia Nacional Constituinte, já havia a idéia de fechar o ISSB, de acabar com o projeto do ISSB. Mas houve sugestões na Assembleia Constituinte, que eu não sei qual foi a origem, no sentido de

aproveitar a estrutura do ISSB para fazer um levantamento das condições econômicas e sociais do país. Para efeito de se ter diretrizes, para a própria Assembléia Nacional Constituinte. E isso foi feito. E esse trabalho foi um trabalho gigantesco na ocasião. Quer dizer, é um corte histórico, na ocasião, sobre a situação do país, que devia ser recuperado. Eu acho até que a Fundação Getúlio Vargas devia fazer...

M.A. — Quem participa dessa comissão? O senhor lembra?

R.A. — A comissão do ISSB foi chefiada pelo João Carlos Vital.

M.A. — João Carlos Vital. Alzira participava?

R.A. — Alzira possivelmente participava. Eu não sei, não me lembro. Agora...

M.A. — Eu tenho um relatório, sim, sobre isso.

R.A. — Agora, assessoria da Assembléia Nacional Constituinte, da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte, era constituída por um grande número de técnicos, entre os quais eu fui recrutado. Aí estava o...

M.Q. — Como é que se deu esse convite para o senhor integrar essa assessoria?

R.A. — Nem me lembro.

M.A. — Antes disso. O que era essa comissão? O que era essa Comissão de Investigação Econômica e Social?

R.A. — Da Assembléia Nacional Constituinte. Uma comissão criada pela Assembléia Nacional Constituinte para investigar sobre o Brasil.

M.A. - Mas não investigar para trás.

R.A. - Não, investigar a situação do país. Essa é que era a idéia.

M.A. - Não tinha uma coisa punitiva do passado.

R.A. - Não, não tinha, não era idéia punitiva, não. A idéia era de investigar a situação do país. E daí tirar rumos, não é. Agora, não me lembro quem foi que teve a iniciativa disso, não tenho a menor idéia, não, sabe?

M.A. - Funcionou?

R.A. - Funcionou. O certo é que eles foram... Sugeriram a eles aproveitar a estrutura do ISSB. Possivelmente até por uma estrutura parkinsoniana, por inspiração parkinsoniana. O pessoal que estava no grupo do ISSB, naturalmente, queria permanecer, queria continuar. Mas, no caso, foi muito positivo. Para não desmontar aquilo, não botar num arquivo morto. E, ao mesmo tempo, continuar os trabalhos, fazer umas investigações complementares. Então, isso foi feito. Reuniu-se a fina flor da tecnocracia da época.

M.Q. - Esse ISSB era vinculado a quê, que o senhor havia dito? Não me recordo.

R.A. - O ISSB, não. O ISSB era o projeto do Instituto de Serviços Sociais do Brasil. Era o INPS da época. Que não se realizou, quer dizer, foi um projeto cancelado, com a queda do Getúlio. Agora, essa equipe foi utilizada e foi acrescentada. Aí entraram Américo Barbosa de Oliveira, Tomás Pompeu Accioly Borges, eu, Jesus Soares Pereira. Foi quando eu conheci Jesus Soares Pereira mais de perto. Foi aí.

M.Q. - Então, vocês saem do governo e vão para o Legislati

vo. Do Poder Executivo passam para o Poder Legislativo.

R.A. - É. Mais ou menos isso.

M.A. - Essa Comissão de Investigação Econômica e Social, ela apresentava projetos para a Constituinte?

R.A. - Não, ela não apresentava projetos de texto constitucional. Ela apresentava simplesmente estudos sobre a economia do país, a economia e a sociedade do país. Era um retrato para oferecer como informação aos constituintes. Então, por exemplo, dentro dessa Comissão havia as subcomissões. Eu me lembro que, além do trabalhar nas equipes, fui assessor do HOrácio Lafer, que era relator da subcomissão de finanças. Aí está. Eu acho que esse dado, essa informação é muito importante. Porque isso reuniu um bocado de informações que, pelo menos, foram úteis individualmente para os técnicos que participaram e que estavam em todas as áreas da administração pública. Agora, depois... Você me perguntou o que pensava o Simonsen. O Simonsen morreu em 58.

M.A. - Em 48.

R.A. - Em 48. E essa estruturação do DASP, essa feliz reestruturação do DASP, com Bittencourt Sampaio, se deu já no final de 48 pra 49, 50. Foi no final do governo Dutra. E foi uma, vamos dizer, uma conspiraçãozinha tecnocrática, não é, em face da insânia do governo Dutra. [riso] Foi muito importante na época. Foi muito importante.

M.A. - A reestruturação do DASP?

R.A. - Não, o fato de que o DASP assumiu, com a liderança do Bittencourt Sampaio, um papel de suprir a incapacidade do governo de planejar. E evitou que se destruísse o

resto das divisas acumuladas durante a guerra em importações desnecessárias e tudo o mais.

M.A. — Como é que o DASP vai fazer isso?

R.A. — O DASP não tinha nada que fazer isso, pela condição histórica dele. Mas fez isso porque tinha um grupo técnico razoável, tinha uma liderança, então, eles pegaram e aproveitaram a conjuntura política do Dutra — que o Dutra queria uma coalizão com a UDN, e a UDN precisava de justificativa — e o Bittencourt Sampaio, habilmente, aproveitou a conjuntura política para dizer: "Está aqui a justificativa. É o Plano Salte." A justificativa da coalizão.

M.Q. — Bom, em 46, o senhor também vai ser diretor da Fundação da Casa Popular, criada em 1º de maio, Dia do Trabalhador.

R.A. — Como é que você sabe disso?

M.Q. — Através do seu currículo.

R.A. — Ah, no meu currículo. Não, eu já fui diretor depois que a Fundação funcionava. A Fundação começou a funcionar, e tal, eu não era diretor. Agora, em certa altura, o Armando Godoy, que era o presidente da Fundação, me chamou. Provavelmente por conversas que a gente teve, em que a gente fazia críticas à Fundação, ele me chamou para dirigir, para ser diretor econômico da Fundação. E aí...

M.Q. — Como é que estava organizada essa Fundação?

R.A. — Essa Fundação, se eu bem me lembro... Porque eu passei muito pouco tempo na Fundação, vou dizer a você. Eu passei muito pouco tempo na Fundação porque logo no

mês de novembro, no começo do mês de novembro, fui designado para ir para a reunião preparatória do GATT, em Londres. Bom, mas aí eu já tinha feito um trabalho de uns dois meses e tinha deixado uma equipe que eram o próprio Evaldo e o Heitor.

M.Q. - Heitor Lima Rocha e Evaldo.

R.A. - E Evaldo. E então o Evaldo ficou substituto, e tal. Se eu bem me lembro, era um presidente, um diretor técnico, que era o Itaguaí da Silveira, um rapaz muito brilhante, um arquiteto. Se não me engano era Itaguaí. Pode ser que o nome... É um nome de final indígena. Acho que era Itaguaí sim. Agora não me recordo bem. E eu passei a ser diretor também. Então, nós fizemos uma equipe para fazer um diagnóstico do problema habitacional. E procuramos desmistificar, quer dizer, segundo a nossa versão mesma, desmitificar uma série de coisas sobre o problema de habitação. Chamando a atenção para os problemas de mercado, para os problemas de materiais, e coisas que não eram consideradas nos programas dos institutos de previdência. E da própria Fundação...

M.Q. - Agora, como é que surgiu a idéia da Fundação da Casa Popular?

R.A. - Ah, isso aí eu não sei. Porque isso não foi comigo. Eu já recebi o negócio pronto. Possivelmente terá sido uma idéia do próprio Armando Godoy, que era um engenheiro, um rapaz muito hábil, muito jeitoso, e parece que muito relacionado com a família do presidente Dutra.

M.A. - Agora, os institutos que já existiam na época, eles também tinham essa função de fazer habitação, não é isso?

R.A. — Eles tinham a sua carteira de aplicações, e essa carteira investia em habitação.

M.A. — Perfeito. A Fundação da Casa Popular, qual era o público alvo dela?

R.A. — O público alvo era o público mais popular, não é? Por que os institutos faziam financiamento, às vezes coletivos, às vezes projetos coletivos e outras vezes projetos individuais. Quase toda a cidade do Rio de Janeiro foi construída com dinheiro dos institutos e da Caixa Econômica, não é. Mas faltava muito... O problema de habitação popular não tinha cobertura. Porque, inclusive, o pessoal mais pobre não tinha como pagar os financiamentos dos institutos. Daí surgiu a idéia de fazer um negócio de caráter mais popular.

M.A. — Em que deu essa Casa Popular?

M.Q. — Ela durou até 64, não foi?

R.A. — Não sei, não me lembro.

M.Q. — Foi. Foi extinta em 64.

R.A. — Bom, ela cometeu... O caso é o seguinte, ela foi vítima da política clientelista, não é. Ela começou a fazer núcleos onde as influências políticas determinavam. E aí deu em desastres totais. Fazia num lugar 150 casas e não tinha nenhum mutuário que topasse pagar o mínimo de amortização pela casa. E as casas ficavam deterioradas, não é. É esse negócio que também continuou com as Cohabs um pouco. Faziam casas fora da área urbana. Então, você não tinha condições de infra-estrutura. Foi um negócio desastroso. Exatamente, o trabalho que a gente fez foi um trabalho para evitar isso. Eu não tenho até esse traba-

lho. Pode ser que o Evaldo tenha. Porque o Heitor já morreu.

M.Q. — Agora, o senhor, nessa área habitacional, também ocupou outros cargos. O senhor foi o coordenador do grupo de habitação na Comissão Nacional do Bem-Estar Social em 1952, 53, e também, não sei em que período, membro do conselho consultivo do IAPI, que era o maior investidor habitacional, antes do BNH. Como é que foi sua atuação nesses órgãos?

R.A. — Bom, o conselho do IAPI, eu fui durante o governo Vargas. Por solicitação do presidente do IAPI, que me pediu muito para ser...

M.A. — Quem era o presidente?

R.A. — Era Afonso César, que também era oficial-de-gabinete do presidente da República. E era muito meu amigo, então pediu muito para eu participar desse conselho. O conselho não teve atividade relevante. Agora, na Comissão de Bem-Estar Social, eu acho que foi um trabalho muito importante, não é. Que eram o Josué e...

M.Q. — Josué de quê?

R.A. — Josué de Castro e Alzirinha. Então, o Josué apelou também para que eu coordenasse o negócio de habitação. E eu topei, e então multipliquei o meu tempo para fazer isso, e aí reuni uma equipe muito grande, uma equipe muito numerosa. Botei como secretário um rapaz muito ativo, chamado Rubens Portela, que era um arquiteto, um rapaz muito empenhado, muito engajado. E aí reunimos um pessoal de primeira ordem para considerar os vários aspectos do problema de habitação. E chegamos a publicar uns folhetos. Provavelmente vocês têm lá. Eu não tenho. Quer dizer,

pode ser até que no meu arquivo, no arquivo que a minha mulher fez, em tempos passados, se encontre ainda.

M.A. — A Alzira e o Josué estavam na Comissão de?...

P.R. — Bem-Estar Social.

B.A. — Comissão Nacional de Bem-Estar Social. Que é um lado do governo Getúlio que não tem sido também muito focalizado, que era muito importante, que estava começando a racionalizar a política social no país. Foi talvez o maior esforço de racionalização da política social que se fez no país. Que infelizmente foi interrompido.

M.A. — E esse trabalho de política habitacional seria uma coisa integrada com esse plano maior do bem-estar social, é isso?

R.A. — É. Dentro da Comissão.

M.A. — E por isso o senhor vai para os institutos, e por isso o senhor...

R.A. — Não. Não. A coisa aí é paralela. Não tem ligação. Não tem ligação, não.

M.A. — Deve ser interessante.

M.Q. — Ah, é muito interessante. O senhor poderia contar como era? Falar um pouquinho dessa... Porque o senhor está num cargo estratégico no governo, na Assessoria, o governo está desenvolvendo um projeto geral de bem-estar social, uma das características desse projeto de bem-estar social é a habitação, o senhor é recrutado para trabalhar nessa parte de habitação, e através disso o senhor vira membro de um conselho consultivo do IAPI, de um instituto.

R.A. — Não, eu não viro por causa disso. O conselho consultivo do IAPI — que, aliás, eu nem me lembrava que era

consultivo, ou administrativo, sei lá, pode ser consultivo... Eu fui por um apelo do Afonso César, entendeu? Um apelo pessoal: "Você vai lá me apoiar e tal, participa do conselho." "Está bem, participo do conselho. Tudo bem." Agora, não tem nada a ver com a Comissão do Bem-Estar Social. A Comissão do Bem-Estar Social foi um papo de Josué. O Josué, naturalmente, queria - eu era muito amigo dele e queria dar muito apoio à Comissão. E ele achou que devia me mobilizar. E eu, apesar de não ter tempo - mas como quem é muito ocupado sempre arranja tempo - então eu topei a parada para liderar o negócio.

M.A. - O que o senhor fez nessa Comissão?

R.A. - O que eu fiz foi recrutar, fazer uma organização básica com os grupos, recrutar um pessoal de primeira ordem. Um deles foi o Heitor Lima Rocha, que inclusive fez um dos papéis da subcomissão. Mas muita gente mais. Tinha algumas dezenas de pessoas. Daqui do Rio, de São Paulo e de onde a gente encontrou gente capaz de pensar o problema de habitação, nós recrutamos para essa Comissão. Agora, infelizmente, esse trabalho todo foi interrompido.

M.A. - O senhor tem o relatório dessa...? Porque existe, esse relatório existe no arquivo do Getúlio Vargas, a proposta da Comissão do Bem-Estar Social. Muito interessante. E aí pega coisa tipo sindicalização rural. São pioneiros, na época.

R.A. - Tem uma série... Todos os aspectos, toda a racionalização de uma política social foi considerada na ocasião.

M.Q. - Bom. Em 48, o senhor vai ser membro de diversas comissões na Missão Abbink. Quais foram as comissões de

que o senhor participou?

R.A. - Ah, eu nem me lembro mais.

M.Q. - O senhor lembra dos grupos, da divisão entre as concepções que existiam lá sobre a questão do desenvolvimento econômico, as posições a respeito do planejamento, certamente... A Comissão era presidida pelo Otávio Gouveia de Bulhões, que tinha uma posição, certamente, muito diferente da sua. Qual foi a sua impressão em relação a esse trabalho na Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos?

R.A. - Vocês conhecem um trabalho meu, de 1950, feito para as Nações Unidas?

M.Q. - Não.

R.A. - Foi publicado na revista Estudos Econômicos, da Confederação Nacional da Indústria.* E saiu também uma separata: "Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia".

M.Q. - Ah, esse eu conheço. Esse eu já vi referência. Aliás, é muito citado. Em todos os trabalhos que falam de planejamento econômico e tal, esse seu trabalho é muito citado.

R.A. - Mas esse cara aqui parece que não conhece, não. Não vi nenhuma ligação. Aqui eles não estão citando, não.**

M.Q. - É. Mas esse trabalho aqui conhece. Nesse trabalho aqui, da professora Sônia Draibe,*** o seu trabalho é

* Estudos Econômicos, ano 1, nº 2, junho 1950.

** Refere-se ao artigo já citado da revista do IPEA.

*** Sônia Draibe, Rumos e metamorfoses; Estado e industrialização no Brasil 1930-1960, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

muito citado.

R.A. - Ah, Sônia, eu sei. Nesse trabalho, eu dou a impressão - é de 1950 - dou um extrato de 1950 sobre essas experiências. Ah, está aqui: "Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia". Nesse trabalho é que eu... Talvez você pudesse ver lá.

M.Q. - Posso retomar e depois a gente volta a essa questão.

R.A. - É.

M.Q. - Agora, uma outra questão que é importante aqui e que eu gostaria de discutir com o senhor é a questão da Comissão de Reforma Administrativa do governo federal, de que o senhor foi membro em 53. Eu queria que o senhor me dissesse, em primeiro lugar, como é que estava composta essa Comissão.

R.A. - Essa Comissão éramos Lourival Fontes, Cleanto e eu, do gabinete do presidente, e, do DASP, o Arísio Viana, não é?

P.R. - É.

R.A. - E Sebastião. Sebastião Santana, do DASP?

P.R. - Não conheço, não.

R.A. - Que era uma pessoas muito importante do DASP. Era uma cabeça do DASP. Pode ser que eu esteja enganado no nome.

M.Q. - Eu gostaria que o senhor comentasse...

R.A. - Essa Comissão não foi muito formal nos estudos dela não, sabe? Ela se reuniu, fez um debate, fez várias reuniões sobre a estrutura da administração, o pessoal do DASP trazia as informações, e a gente apresentava as ideias.

Eu mesmo apresentei muitas sugestões a essa Comissão.

M.Q. — Eu gostaria que o senhor comentasse também a questão do veto da comissão interpartidária que foi formada pelo Getúlio, à idéia que estava embutida nessa proposta de reforma administrativa, de criação de um órgão coordenador, que seria o Conselho de Coordenação e Planejamento.

R.A. — Confesso a você que eu não me lembro mais disso, sabe. Ou talvez isso tenha acontecido enquanto eu estava... Porque eu passei um período de dois meses... O final de 53, eu passei na conferência das Nações Unidas. Embora tivesse interrompido essa conferência, tivesse vindo ao país umas duas vezes. Mas foi uma conferência longa. E aí ficou o Jesus no meu lugar. Depois, em 54, eu fui para o Banco do Nordeste. Então, voltava, tinha contato com o presidente, mas não ficava no dia-a-dia. De maneira que eu não me lembro desse episódio, não.

M.A. — O senhor está dizendo que essa Comissão da Reforma Administrativa não foi bem-sucedida, não é?

R.A. — Não, ela apresentou um trabalho.

M.Q. — Previa a criação de ministérios...

R.A. — O Ministério da Indústria e Comércio mesmo foi...

P.R. — Da Saúde. Foi criado logo em seguida, não é?

M.Q. — Onze ministérios seriam criados.

R.A. — É. De maneira que houve umas idéias corretas. Aproveitadas. Agora, essa idéia de fazer um sistema de planejamento não foi. Eu acredito, eu estava [inaudível] a própria deterioração política do governo Vargas. E a própria resistência que havia para idéias desse tipo.

P.R. — Mas, dr. Rômulo, há uma característica do segundo

governo Vargas, que já foi objeto até de pergunta minha feita ao Tancredo durante a nossa entrevista. O segundo governo Vargas não chegou a durar quatro anos, se não me engano.

R.A. - É. Três anos e sete meses.

P.R. - Três anos e sete meses. No entanto, esse período foi um período de realizações como o Brasil nunca teve. Por exemplo, durante três anos e meio o Getúlio criou muito mais coisa do que em 15 anos de regime ditatorial. A gente pode até...

M.A. - Com o Congresso funcionando.

P.R. - Com o Congresso funcionando e uma oposição subversiva, uma oposição violenta, constante, permanente, sem interrupção, sem nada. E no entanto - há até uma cronologia feita pela Maria Celina a respeito do segundo governo Vargas, eu estou me baseando nisso - foram criados, além da Eletrobrás e da Petrobrás, o Plano Nacional do Carvão, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o BNDE...

R.A. - O Banco da Amazônia foi uma transformação, mas a Superintendência da Amazônia...

P.R. - A Superintendência da Amazônia, o BNDES, quer dizer, uma série de coisas. Como é que o senhor explica...

R.A. - O BNDES, a CAPES, o CNPq.

P.R. - A CAPES, o CNPq, tudo isso. Como é que o senhor explica que num regime democrático que, segundo dizem, era um pouco avesso ao temperamento do presidente, debaixo de uma oposição constante e violenta, e de uma conspiração...

[FINAL DA FITA 3-B]

2ª Entrevista: 26.04.1988

M.A. - Dr. Rômulo, gostaríamos de falar com o senhor inicialmente alguma coisa sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, o partido pelo qual o senhor chegou a ser deputado federal. O senhor só se filia ao partido em 50, se não me engano, não é? Mas o senhor era próximo e aparentado do Landulfo Alves, que era, talvez, a figura mais importante do PTB da Bahia, não era?

R.A. - Era.

M.A. - Landulfo Alves era um fazendeiro. Qual era a ligação dele com o dr. Getúlio? O senhor lembra?

R.A. - Lembro. Ele era agrônomo e zootecnista. Tinha tido um aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Tinha sido funcionário federal. E chegou, como funcionário, à direção do Departamento Nacional da Produção Animal. O Getúlio, que era um estancieiro, se interessava muito por esse ramo. E ele era um homem extremamente eficiente, conhecido em todo o país. E num momento em que houve uma crise de sucessão no governo da Bahia, no ano de 38, o Getúlio escolheu o Landulfo como interventor federal. Landulfo não fazia política, não tinha atividade política. Ele era um administrador. Ele também tinha dois amigos importantes. Um era o Medeiros Neto, que foi presidente do Senado Federal, mas que nessa ocasião até estava um pouco afastado do presidente Getúlio, e o outro era Geraldo Rocha. E Geraldo Rocha foi, parece, um grande estimulador dessa idéia. Não sei se foi a pessoa a quem deu esse estalo de indicar o Landulfo para o governo do estado. O certo é que o presidente... Eu não sei muitos detalhes. Mas o certo é que o presidente nomeou o Landulfo como interventor. E o Landulfo fez uma administração muito ativa, muito progres-

sista. Sobretudo procurando animar as fontes de produção, particularmente a agricultura. Foi um governo muito eficaz, muito operoso.

Bom, o Landulfo deixou a interventoria em 42, por um acidente político. Ele tinha sua oposição local, não é? E a mulher dele era de Santa Catarina. Então, o pessoal da oposição inventou que ela, que era uma mulher muito rústica, do interior de Santa Catarina, tinha um aparelho para se comunicar com os submarinos alemães [risos] da janela do palácio. E aí fizeram uma onda enorme. E nessa onda, eles conseguiram conquistar o comandante da região, entendeu, que foi candidato e foi depois o sucessor no governo.

P.R. - Pinto Aleixo.

R.A. - Pinto Aleixo. Pois essa é que é... Agora, depois disso, o Landulfo ficou fora da atividade política, mas logo que surgiu o PTB ele foi um dos fundadores.

M.A. - Ele foi queremista também?

R.A. - Foi. Ele foi queremista. Ele foi um dos fundadores do PTB. Bom, eu não tinha nada com isso, pelo contrário. Em 45, eu me filiei - quer dizer, entrei na campanha da União Democrática Nacional. Mas não como a UDN que depois... Como uma frente democrática. E fiz até campanha no sentido de derrubar o Getúlio, em 45. Agora, depois, eu me decepcionei muito. Já durante a própria campanha da União Democrática Nacional, eu me decepcionei muito com a falta de atualização daquelas lideranças, compreendeu? Era um pessoal, por exemplo, que tinha horror à idéia de planejamento. Então, eu me afastei. E em 1950... Bom, o velho Landulfo me convidava para participar. E eu

estava fazendo meu longo interregno de técnico, tecnocrático, não é? Mas sempre tive a idéia de participar de uma atividade superior, que seria a atividade política. E desisti porque, realmente estava consolidando a carreira tecnocrática e... Mas em 1950, sacrificando, aliás, oportunidades no governo Dutra, que me foram até oferecidas, eu me inscrevi no... levado pelo Landulfo. Mas fazendo com uma carta em que eu não era quemista. Essa carta parece que está anexa a um dos dois livros, não sei.*

M.A. — E o senhor vai se candidatar, vai ser eleito, em 55. Ou seja, de alguma forma o senhor faz uma carreira no PTB.

R.A. — É. Em 1950, eu fui candidato, mas fiquei como terceiro suplente. Porque o Landulfo cometeu o equívoco político de dar apoio a três candidatos. O partido era minoritário, já havia alguns elementos que tinham um lugar tranqüilo no partido, e ele deu apoio a três candidatos. Então, ele derrotou todos os três. Ficaram primeiro, segundo e terceiro suplentes. Os dois outros candidatos tinham sido secretários de estado dele, eram pessoas mais velhas e homens com grande repercussão pelos serviços que tinham prestado. Dr. Joaquim Medeiros, irmão do Medeiros Neto e um grande agrônomo, que foi secretário da Agricultura dele, e Delsuc Moscoso, que foi secretário de Obras.

M.A. — Agora, o PTB da Bahia era um partido muito fraco, não é? Quer dizer, ele só elegeu o Getúlio em 45, depois elege três, enfim, fica no máximo com quatro, não é? [riso]

* Está anexa o Rômulo: voltado para o futuro, já citado.

Por que essa?...

R.A. — É. No máximo quatro. Porque o problema... Pelo seguinte. Porque, em primeiro lugar, ele não tinha penetração no interior. O interior estava dividido entre o antigo PSD e a UDN. A UDN era Juracy, eram chefes muito fortes. O PSD, aquela velha estrutura. E na capital tinha popularidade. Mas essa popularidade não era inteiramente aproveitada, porque o PTB foi manipulado por lideranças muito inautênticas, compreendeu? Porque o velho Landulfo morava no Rio. Ele era secretário geral, foi secretário geral do PTB nacional. E ele não se metia muito na trica local. Então, ele se elegeu senador, em 1950, mas dentro de uma coligação. Porque ele tinha um grande nome, pessoalmente. Ele derrotou, inclusive, o Clemente Mariani, que era uma figura importante. Mas para deputado a coisa era muito mais complicada. Porque no interior todo o voto de cabresto, o voto de clientela, era manipulado pelos outros partidos, e na capital as lideranças não eram suficientemente autênticas.

M.A. — Quem eram essas lideranças inautênticas da capital? O senhor lembra?

R.A. — Bom, uma liderança que eu não diria que era inautêntica, porque tinha uma tradição política real, mas não era uma extraordinária liderança, é Joel Presídio, um jornalista.

M.A. — Pois é. Exato. Eu queria que o senhor falasse sobre ele.

R.A. — O Joel era uma figura que vinha na imprensa desde a Revolução de 30. Foi um dos ativadores do movimento de 30 e tal. Ele tinha uma real tradição política. Mas não

era, entretanto, uma grande figura. Era um bom jornalista, um rapaz safo, inteligente, mas pouco preparado. Bem, isso era um perfil dele. Não era uma pessoa assim que se impunha como grande chefe. Agora, depois, apareceram duas figuras que realmente manipularam, com o apoio de Jango, o comando do partido. Dois que foram deputados, Alaim Melo e Clemens Sampaio. Que depois até brigaram entre si. No princípio eram associados, depois brigaram entre si. Então, esses caras, eles marginalizavam dentro do partido qualquer figura com representatividade. E eles sacrificaram o partido. Eu fui eleito a despeito deles. E depois deixei de ser candidato ao governo do estado em consequência de uma combinação entre o Clemens Sampaio e o governador. A qual teve o apoio também de João Goulart.

M.A. — Então, vamos por parte. Vamos voltar ao Joel Presídio. O Joel Presídio deixou o PTB em 54. O senhor lembra dessa confusão? Ele foi expulso. O senhor...

R.A. — Não me lembro. Ele deixou o PTB?

M.A. — Deixou. Ele foi expulso, não me lembro como, mas sei que houve um processo de expulsão. Eu não sei se ele acaba saindo em função do processo de expulsão, se o processo é arquivado. Mas ele sai. Em 54, ele sai do PTB, vai para o PRT, depois para esses partidos menores.

R.A. — Bom, isso deve ter sido briga desses dois, do Alaim e do Clemens. Eu também não sei muito desses detalhes, não. Primeiro porque não tenho memória para isso. Sei até que só depois de algum tempo foi que apareceu uma liderança mais respeitável, que foi o... Esse que foi ministro do Trabalho, era amigo do Jango.

M.A. — Catalão?

R.A. - Não. Catalão também era deputado, mas Catalão tinha sua força no sul do estado, e ele também era posto assim de escanteio por esse pessoal, mas ele tinha lá sua área. Ele não foi deputado, não. Não está me ocorrendo agora o nome. Foi ministro do Trabalho.

P.R. - Do João Goulart?

R.A. - Sim.

M.A. - Depois a gente lembra. Agora, como é que o Alaim Melo e o Clemens Sampaio controlavam o partido? Era dando empregos, era tirando empregos, era conseguindo recursos, como é? Era controlando sindicatos, controlando as benesses do Jango? Como é que se fazia isso?

R.A. - Controlando as instituições de Previdência. Agora, detalhes, eu não me recordo. O certo é que era isso. Eles conseguiram... Realmente eles eram muito insinuantest. Sendo que o Alaim Melo era muito simpático. O Clemens, muito dinâmico. Muito insinuante. Eu me lembro que o Clemens, quando houve o suicídio do Getúlio - porque no dia eu estava em Salvador e viajei nesse dia - o Clemens instalou um peji, um altar de culto afro, não é, em plena rua da Misericórdia. Entendeu? Ele era muito ativo, com muito senso do contato popular, da comunicação e tal. E os dois conseguiram conquistar o Jango. Então, eles se alternavam na preferência do Jango. E com isso eles conquistaram a Previdência Social e daí manipularam os diretórios, não é, começaram a fazer os diretórios, conquistavam as sub-lideranças através de empregos, de benesses, e pronto. E conquistaram a máquina. A gente não podia competir. Eu, por exemplo, não ia fazer política desse tipo. E, além disso, eu tinha que trabalhar.

Tinha meus trabalhos, minhas atividades, não ia me...

P.R. — Sua grande votação foi em Salvador ou foi no interior?

R.A. — A minha votação foi espalhada em todo o estado.

A vez que eu fui candidato a deputado, o Mangabeira foi o mais votado, no maior número de municípios. Eu fui o segundo mais votado. Mas pingava um, dois, três, quatro votos em todos os municípios do estado. Por causa de velhas relações, velhas relações minhas na política estudantil e tudo o mais, e também por causa das relações de Landulfo Alves. Em 54, eu fui eleito mais facilmente, com um mês de campanha, não tive mais do que um mês de campanha. Deixei a presidência do Banco do Nordeste no final de agosto, depois da morte do velho, e tive o mês de setembro para fazer campanha. E literalmente sem dinheiro. Mas graças ao comício... Um pouco uma pequena tradição pessoal, mas graças aos comícios em defesa da figura do velho, e tal. Quer dizer, eu fui um pouco na sombra do Getúlio. E do candidato que nós fizemos para o governo do estado, o Balbino.

M.A. — O senhor fez campanha conjunta com o Balbino?

R.A. — Fiz.

M.A. — E isso significava ter bastante gente para trabalhar em campanha, não é?

R.A. — Ah, tinha bastante gente... Bem, fiz campanha nos comícios de Balbino. Acompanhei Balbino nos comícios. Somente isso é que eu fiz.

M.A. — Por falar em Balbino, o senhor começou uma história há pouquinho, de quando o senhor quis ser candidato a go-

vernador e o Clemens Sampaio e o Alaim Melo teriam...

R.A. — Não, o Alaim, nesse caso, estava off side. Era o Clemens. Aí é o seguinte. Eu não quis ser candidato. O próprio Clemens juntou o pessoal e foi na minha casa para me convidar a ser candidato. E essa candidatura, aparentemente, tinha muita chance, por causa da divisão de forças. Mas, aí, Balbino, que tinha idéia de fazer um candidato do bolso do colete, começou a levantar uma série de ondas. Levantou vários nomes e tudo o mais. Mas ele, realmente, só queria um, que era uma pessoa muito chegada a ele, que não tinha nenhuma vivência política e que seria inteiramente fiel aos desígnios dele. Aliás, um sujeito muito bom, como pessoa. Que é o Pedreira de Freitas. Então, o Balbino não queria. Ele estava certo que ia ganhar a parada. O meu nome tinha encontrado certos apoios, e o pessoal estava fazendo um pouco de campanha. A juventude e tudo o mais. Bom, mas aí o Clemens pegou, retirou. Retirou a candidatura, dentro de uma combinação com o Balbino e com o apoio do Jango. Depois disso — eu acho que eu refiro isso nesse livro,* não sei — as lideranças da oposição se reuniram... Bom, aí eu fui falar com o Jango. Para mostrar ao Jango que eu tinha chance. Mas o Jango disse que eu não tinha, entendeu? Que eu não tinha nenhuma chance, que Balbino já tinha ganho a parada e tudo o mais. Estive na casa de Jango, naquele apartamento vizinho ao Copacabana Palace. Bom, aí, as lideranças da oposição se reuniram e me convidaram, dizendo que se eu topasse a candidatura e o PTB me apoiasse, todos eles me apoiavam.

* Rômulo: voltado para o futuro, já citado.

P.R. — Inclusive a UDN?

R.A. — Inclusive a UDN.

P.R. — Juracy?

R.A. — Juracy. Porque o Juracy não acreditava que tivesse chance de ser eleito, entendeu? O pessoal dele queria que ele fosse candidato, ele não queria se arriscar. Então, essa reunião foi feita na casa de Hélio Machado, que era prefeito de Salvador, na Pituba. Essa reunião juntou Juracy, juntou Rui Santos, juntou Luís Viana Filho, o Hélio Machado, o Tarcilo Vieira de Melo, que era do PSD, mas se opunha ao arranjo de Balbino, entendeu, e que já era, aliás, apontado como candidato oposicionista. E mais umas outras pessoas. E eu disse a eles: "Olha, eu proponho que se chame o senador Lima Teixeira e se transmita ao senador Lima Teixeira, e se peça a ele para transmitir ao Jango. Porque Jango já me disse isso. Ele não acredita." Bom, entre parênteses, aí há uma história, [riso] uma história secreta. Eu teria de ver...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. — O senhor estava falando que o Jango não...

R.A. — Sim, aí, o senador foi chamado. E depois o senador se comunicou com o Jango, pelo telefone, creio eu, e o Jango repetiu a mesma coisa. E o senador transmitiu ao pessoal. Aí ficou desfeito o arranjo em torno do meu nome, e ficou decidido que entrariam dois candidatos da oposição. O Juracy e o Vieira de Melo. O Vieira de Melo na idéia de desgastar o PSD, e o Juracy, para conquistar pelo outro lado, com o apoio de uma dissidência do PTB,

na qual eu estava. E aí o Juracy conquistou. Depois, o Juracy...

Então, eu era candidato a deputado federal. Mas o Juracy me perseguiu, sabe, para eu ser candidato a vice-governador. E eu disse a ele que eu estava derrotado como vice-governador, embora ele pudesse ser eleito governador. Porque o voto não era vinculado, não. E dentro da UDN havia duas pessoas que não mereciam a menor confiança quanto à lealdade. Que eram Lafaiete Coutinho e Antônio Carlos Magalhães. [risos] Entendeu? E, de fato, eles, depois... Bom, afinal, o Juracy foi me pegar em Brumado, numa terceira tentativa, e eu tive que ceder. E eu dizendo a ele que eu ia perder a minha eleição de deputado. Porque podia ser candidato às duas coisas. Eu ia perder a minha eleição de deputado porque era candidato a vice-governador. Ele disse que isso não aconteceria, porque ele me daria três mil votos - para deputado, não é - para garantir essa coisa. E depois, na hora em que fizeram a solenidade para a minha aceitação para vice-governador, ele disse que tinha assinado a viabilização da vitória, não sei quê e tal. Mas eu muito preocupado. O certo é que eu fui derrotado nos dois, porque o pessoal da UDN não me votou. [riso] para vice-governador, entendeu? Não por ele. Ele é um sujeito decente. Ele é um cara... Juracy é um sujeito que não tem esse defeito de ser de duas palavras, não. Ele cumpre o que diz. Mas acontece que o pessoal dele não cumpriu. Então, eles se abstiveram no voto de vice-governador, em grande parte, e eu fui derrotado da seguinte maneira - tive 42% na capital, o Hélio Machado, que foi vice do Vieira de Melo, teve 42% da capital - era prefeito da capital e não saiu da prefeitura -, e o Moscoso teve 16% na capital. No

interior, eu ganhava do Hélió Machado, mas perdia para o Orlando Moscoso. No final, perdi por 1.800 votos. Por causa da abstenção do pessoal da UDN. E perdi também para deputado porque os três mil votos dele não saíram. Porque com três mil votos eu estava eleito deputado. E não saíram.

[riso]

M.A. — Dr. Rômulo, o senhor conheceu pessoas da direção nacional do PTB? Por exemplo, Danton Coelho, Baeta Neves? O senhor conheceu essa gente, lidou com elas?

R.A. — Eu conheci, mas não lidei com intimidade. Mas eu os conheci, todos eles.

M.A. — O Danton, por exemplo, era ministro do Trabalho no tempo em que o senhor chefiava a Assessoria Econômica. O senhor teve contatos com Danton?

R.A. — Tive. Tive alguns contatos.

M.A. — O senhor lembra qual era a posição do Danton, o que o Danton pensava do PTB, da política trabalhista? Do nacionalismo?

R.A. — Bom, eu acho que Danton era mais do tipo trabalhista candilhesco, não é? Eu acho que era mais assim. Mas ele era um sujeito progressista. O seu discurso era progressista. O seu discurso era progressista. Mas era um pouco gaúcho, não é, um pouco... um pouco caudilho. Eu tinha essa impressão.

P.R. — Quando o senhor foi cogitado para ser governador da Bahia, o senhor era vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. E quando as articulações falharam, o senhor foi convidado pelo Juscelino para ser ministro do Trabalho, não foi?

R.A. — Fui.

P.R. - E recusou.

R.A. - Recusei.

P.R. - Para evitar que a coisa tivesse o sentido de uma transação?

R.A. - Em parte sim. Mas eu recusei, em parte, embora eu estivesse receando... Quer dizer, na verdade, você tem razão em parte. Mas, por outro lado, o que aconteceu foi o seguinte. É que o Juscelino me convidou através de Sette Câmara e de Augusto Frederico Schmidt, e eles davam muito... Depois, pessoalmente, o Juscelino pessoalmente. Porque eu passei sete dias sem responder a ele. Dizendo que não queria, e tal. E afinal ele me acordou um dia, no Hotel Glória, e disse: "O que é que há, você não responde, e tal. É a única pessoa, a primeira pessoa que eu vejo esperar para responder." E eu disse a ele que não podia porque realmente me ficaria muito mal. Mas, na verdade, o pior do problema era o seguinte, era que também o Jango queria que eu fosse ministro do Trabalho. Em parte, para me afastar do problema da Bahia. Suponho eu. Agora, em parte também para ser um instrumento dele. Enquanto que o pessoal do Juscelino queria que eu fosse instrumento de contenção...

P.R. - Do janguismo.

R.A. - Do Janguismo. Compreendeu? Eu vi que eu ia ficar num sanduíche extremamente incômodo. Não tinha interesse de romper com nenhum dos dois. Ia ficar como um títere lá no ministério, não é? Quer dizer, o simples fato de ter um título de ministro não chegava a me encantar tanto que eu achasse que devia enfrentar esse risco.

P.R. - Mas por que o Jango achava que o senhor não servia para ser governador da Bahia, mas servia para ser ministro

do Trabalho?

R.A. — Bom, em primeiro lugar, porque ele tinha todos os postos no ministério e não havia conversa de poder mudar os postos.

P.R. — Os institutos?

R.A. — Os institutos, os departamentos e tudo o mais. Então, eu seria um ministro homologatório.

P.R. — Quer dizer, o senhor seria prisioneiro daquela máquina.

R.A. — Inteiramente. Inteiramente naquela máquina. Agora, eu conhecia, em parte, a máquina, porque eu era do Departamento de Indústria de Comércio, entendeu? Quer dizer, poderia haver uma expectativa grande de que eu pudesse exercer um papel no ministério, e, entretanto, eu não teria condições de fazer. E o pessoal, em geral, não todos, mas em geral, era um pessoal de baixo nível.

[FINAL DA FITA 4-A]

P.R. — Dr. Rômulo, talvez o Juscelino admitisse que o senhor pudesse ser ministro para conter o avanço do janguismo na área do Ministério do Trabalho, mas não chegava a ponto de dar apoio para desmontar a máquina. Porque isso implicava também já uma espécie de rompimento político, não é isso?

R.A. — Claro. Não tinha sentido. Para o Juscelino, não tinha sentido. E eu compreendi bem, interpretei isso claramente. De maneira que não me seduzi pelo título de ministro.

M.A. — Dr. Rômulo, o senhor disse: "Eu conhecia muito bem a máquina." Dá para o senhor dar uma idéia de como é que funcionava essa máquina chamada Ministério do Trabalho, desde que o Jango foi para lá? Depois o Jango deixa o Ministério, mas ele continua vice-presidente da República. Como é que funcionava isso? Não precisa descer a minúcias, mas...

R.A. — Bom, eu não teria nada de especial para contar a você, não. Funcionava na base de um grupo de amigos e companheiros que obedeciam cegamente ao chefe, não é, e que...

M.A. — Mesmo quando o Jango não era mais ministro?

R.A. — Ah, mesmo quando Jango não era ministro. Aqueles que eram leais ao Jango, naturalmente. Eu não sei dizer, durante o tempo do Café Filho, o que que aconteceu. Não sei. Não me lembro. Aí, não me lembro.

M.A. — Mas era o quê? Era a política do empreguismo, da?...

R.A. — Inclusive porque eu estava como secretário de estado, na Bahia, não acompanhei de perto.

M.A. — Mas a...

R.A. — Era em grande parte a política de empreguismo, não é, e de... de peleguismo. Lamentavelmente.

M.A. — Quer dizer, não havia uma preocupação social? Uma política trabalhista, do ponto de vista de uma preocupação social? Havia uma política trabalhista instrumental?

R.A. — Não, eu não direi que fosse inteiramente ausente a preocupação social. Havia. Todo mundo tinha uma inspiração social, mas havia uma realidade clientelista, não é? Uma prática clientelista.

M.A. — Só mais uma pergunta para terminar essa coisa de PTB...

R.A. — Quer dizer, você tinha casos excepcionais. como, por exemplo, Afonso César. Afonso César é um dos casos excepcionais.

M.A. — Do IAPI, não é?

R.A. — Do IAPI. Era um cara realmente aberto, com uma idéia social mais ampla, não é? Havia o grupo, também, da tradição do ministério, o grupo do João Carlos Vital, que era um grupo tecnocrático mais ligado ao Getúlio, um grupo muito progressista, não é?

P.R. — Mais uma pergunta aí, no interesse do questionário da Maria Celina. O senhor foi vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. E a área ferroviária é uma área que, realmente, é afetada, vamos dizer assim, por sindicatos muito fortes, como o da Leopoldina, da Rede Ferroviária do Nordeste, da Leste Brasileiro e outros mais. E o senhor tratava, na vice-presidência, exatamente de problemas ligados ao pessoal. O senhor nunca sofreu pressão da parte dos sindicatos no sentido do clientelismo na Rede, não?

R.A. — Do clientelismo dentro da Rede... Bom, os sindicatos dos ferroviários me pareceram sindicatos razoavelmente autênticos para a época, entendeu? Eu tive uma experiência muito positiva com esses sindicatos. Porque eu fiz um jogo muito aberto. Eu disse a eles, mostrei a eles, fiz com que eles participassem do conhecimento dos números da Rede, mostrei a eles que a Rede tinha um número exagerado de pessoal, disse a eles... O meu pacto fundamental com eles foi o seguinte, eu disse: "Olha, eu preciso demitir, aliviar a Rede de muita gente inútil, sobretudo os que não trabalham, alguns que têm prestígio oficial muito grande, gente do palácio do Catete. Isso para eu

ter condição de melhorar o salário dos maquinistas, quer dizer, do pessoal que trabalha na frente." E eles toparam muito essa parada. Então, me deram apoio. O certo é que durante a minha curta gestão, salvo engano, eu reduzi quatro a cinco mil postos na Rede Ferroviária. Agora, comecei com umas assessoras que tinham sido "miss" em Minas Gerais. [risos]

P.R. — Me parece que eu sei quem é. [riso]

R.A. — Nem me lembro mais o nome delas. É certo que eram umas moças muito bonitas, entendeu? E isso conquistou os trabalhadores.

M.A. — Voltando ao Jango. Qual era a do Jango na Bahia? Quer dizer, o que o Jango fazia em São Paulo era um jogo de se aliar ao ademarismo, se aliar ao janismo, sempre com um cálculo eleitoral muito perfeito, no sentido de não deixar que nenhum grupo rival se sobressaísse à liderança dele. Dividir para imperar, não é? Ele fez muito isso em São Paulo. E parece que na Bahia, a estratégia foi mais ou menos essa também, não? Quer dizer, ele interferia no sentido de apoiar um grupo, o grupo do Clemens e o grupo do Alaim Helo...

R.A. — Aí, eu acho que... Bem, em primeiro lugar esses não tinham grupo. Essas foram pessoas que foram criadas, artificialmente, dentro do PTB, se insinuando e conquistando o Jango. E a partir do Jango, então, é que passaram a fazer os seus grupos, compreendeu? Eu acho que ele, no caso da Bahia, funcionou por equívoco. [risos] Agora, naturalmente que a orientação geral dele era fazer as alianças que convinham conjunturalmente.

M.A. — Inclusive com o PRP, não é?

R.A. — Nem sei, sabe.

M.A. — Fez. Em 62. Com o PRP. No Rio Grande do Sul também fez, com o PRP.

R.A. — Bom, mas naquele tempo também se podia considerar que o PRP estava aderindo a uma aliança, porque não tinha nada, tinha um resíduo de nada.

M.A. — De quê? De integralismo?

R.A. — São esses apoios que ninguém recusa na hora da eleição.

M.A. — O Jango controlava o PTB? Na sua avaliação? O senhor que foi filiado, foi deputado, foi vice-líder?

R.A. — Ah, controlava. Controlava sim.

M.A. — Controlava com mão de ferro?

R.A. — Controlava. Porque o Jango... O Jango não foi criado tanto pelo Getúlio como foi pelo Chateaubriand. [risos]

M.A. — Ah, isso eu não sei, não. Conte aí.

R.A. — Sim. No momento em que o Jango era ministro do Trabalho, com uma atitude muito cautelosa que ele tinha, entendeu, Chateaubriand e outros jornalistas, possivelmente Irineu Marinho*, Roberto Marinho também, levantaram a onda de que o Jango era comunista. Então, Jango foi criado como um símbolo, como um mito, pelo Chateaubriand. E pelo Irineu Marinho, pelo Roberto Marinho.

M.A. — E o senhor acha que foi bom para o Jango ter essa aura de comunista?

* Irineu Marinho morreu durante o Estado Novo. O entrevistado certamente se refere a seu filho e sucessor Roberto Marinho.

R.A. — Foi. Foi bom para o Jango. Porque isso vinculou o Jango às massas populares, aos trabalhadores. Se ele era acusado disso, é porque ele era um homem autêntico, não é. E ele passou a ser um líder realmente incontestável. E ele era um homem muito jeitoso, muito envolvente, não é. De maneira que ele tinha as duas qualidades: de ser um mito popular e de ser um homem jeitoso no contato pessoal. Agora, a relação do Jango comigo — não sei se está dito em al gum livro... Não está não, não é?

M.A. — Não.

R.A. — Não, o problema é o seguinte. O Jango, quando eu era presidente do Banco do Nordeste, tinha feito um acordo no Ceará com Virgílio Távora e umas outras pessoas. Mas o Virgílio Távora era o principal. E era chefe do Jango no Ceará, o pai do Tasso, Carlos Jereissati. Então, nessa ocasião, o pessoal, esse grupo, obteve uma recomendação do Jango para eu nomear determinadas pessoas lá para o Banco. Entendeu? Eu disse ao Jango que só podia nomear desde que coincidissem com o interesse funcional do Banco, que se não prejudicasse um princípio que eu tinha estabelecido, que era de concurso, tudo bem. Mas acontece que... Eu cheguei até a atender um ou outro caso, assim, que eram coisas provisórias, coisas secundárias, contínuo, qualquer coisa dessa assim. Mas havia, por exemplo, uma indicação para um consultor jurídico. E eu não atendi. Falei com o velho Getúlio, entendeu, expliquei a ele o quadro, o Banco como estava se instalando, com toda a seriedade e tudo o mais, a qualidade da pessoa, e dei uma jogada getuliana. Quando eles me deram o xeque-mate para eu nomear esse cara, eu disse a eles: "Eu já tenho um compromisso." "Com quem é o compromisso?" "O compromisso é com o governador Raul

Barbosa." Ia acabar o mandato dele, que era um grande jurista. Entendeu? E aí, assim que eles saíram do meu gabinete, eu chamei Honorato de Freitas, que era amigo pessoal do Raul, eu disse: "Honorato, você vai me salvar de uma... [riso] Você vai dizer ao Raul que eu disse isso e que até que é sério." E dei essa jogada. Mas o Jango, aí, como era chefe, não é... O velho Getúlio tinha me dado todo o apoio no sentido de fazer o negócio dentro da linha DASP, entendeu, linha Banco do Brasil, quer dizer, para o funcionalismo. Mas o Jango não perdoou. Eu atribuo que o Jango ficou com um grande ressentimento pelo fato de eu não ser manipulável, quer dizer, eu ser daquela linha independente, dos sujeitos que pensavam, tinham veleidades ideológicas, entendeu? [riso]

P.R. — Mas ele não conseguiu a nomeação?

R.A. — Não. Não conseguiu, não.

M.A. — O Jango ganhou, através do Chateaubriand, a fama de ser comunista. Mas...

R.A. — Quer dizer, ninguém acreditava que ele fosse comunista. Mas acreditava que ele fosse realmente um homem voltado para os interesses populares. E, aliás, ele tinha sensibilidade para isso. O que ele não tinha era a prática de uma política ideológica. Não estava na formação dele.

M.A. — Mas, de fato, ele teve assessores que eram comunistas. Quer dizer, como dizem alguns petebistas, ele se envolveu, ele acabou se ligando a uma série de pessoas que eram comprometidas com o Partido, não é?

R.A. — Sim, porque isso era natural. Porque você... Os caras que pensavam no Brasil em grande parte eram do PC,

não é? Então, para você obter assessorias, você tinha que obter no PC. E ele utilizava esse pessoal. E o pessoal procurava se utilizar dele. Mas...

M.A. — Mas o senhor não acha que em algum momento ele pode ter sido envolvido mesmo?

R.A. — Não creio.

M.A. — Ele sabia o que estava fazendo.

R.A. — Eu acho que sabia.

M.A. — O senhor acha que ele era um político hábil, ágil?

R.A. — Ele era um instintivo.

M.A. — Era instintivo?

R.A. — Instintivo. Um sujeito jeitoso, pessoalmente, e com certo instinto do poder. Aprendeu. Aprendeu com o velho Getúlio. Aprendeu com a própria vida. Aí não chegou a aprender muito. [risos]

M.A. — Não aprendeu muito com a vida, como assim?

R.A. — Eu digo, não aprendeu muito a ponto de se superar, compreendeu? De se superar. Chegar a ser um grande líder ideológico.

M.A. — Uma preocupação que eu tenho com João Goulart é a seguinte: de um lado, você tem uma ala mais à direita que diz: "Jango era um comunista, era um corrupto e tal." En fim, o pessoal que aceitou o golpe de 64 e que bancou o golpe de 64. De outro lado, você tem uma outra parte da sociedade que foi contra o golpe, não participou disso, não queria isso, mas que também não acha que o Goulart é tão espetacular. Mas como o Goulart foi o último presidente civil que a gente teve, então, acabou sendo um dever cívico.

co, até, para a gente, preservar essa figura, não é?

R.A. — Claro. Eu mesmo jamais dei uma declaração contra a figura do Jango por isso, porque eu achava que era importante preservar, não é?

M.A. — Pois é. Mas eu acho que isso tem um prejuízo para a história. Eu acho que a gente agora já podia falar do Jango de outra maneira, entendeu? Quer dizer, eu acho que agora já tem um certo tempo, um certo distanciamento, a gente já podia... Quer dizer, mesmo sem a gente ter que quebrar nossos mitos, obviamente, mas eu acho que merecia uma avaliação do Jango, do governo Jango, uma coisa mais real, sem a gente ter tanto essa preocupação moral de macular a imagem do último presidente civil. Eu estou falando isso porque estou vendo que o senhor está sendo extremamente cuidadoso nas palavras que tem para se referir a Jango. Ao mesmo tempo, tenho a impressão de que o senhor, como um técnico, muito preocupado com a eficiência, muito preocupado com a racionalidade, uma pessoa política de compromissos muito claros, o senhor deve ter algumas restrições a fazer ao Jango. Claro, o senhor não precisa falar sobre isso, mas é só uma observação.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. — Não, eu só queria fazer essa observação. [riso] O senhor não precisa...

R.A. — Olha, eu acho o seguinte. O Jango é uma pessoa que subiu graças a essa habilidadezinha pessoal dele, esse instinto de poder que ele tinha, certas qualidades pessoais inegáveis. Mas graças, sobretudo, à herança de Ge-

túlio, entendeu, ele subiu. Subiu mais do que podia. E com uma formação muito modesta, muito primária, foi um líder fraco. Então, permitiu o tumulto. Permitiu que os sargentos quisessem fazer revolução. Entendeu? Quer dizer, coisas absolutamente primárias.

M.A. - E ainda deu apoio, ainda...

R.A. - Pois é. Ainda deu apoio. E ele deixou o governo tumultuado. Quer dizer, teve chances extraordinárias, com figuras como Tancredo e como San Tiago Dantas, para dirigir o governo, e perdeu essa chance. E se deixou enrolar, envolver pelos acontecimentos, não é, numa trama de líderes secundários. Tinha pessoas boas ao lado dele, tinha um homem com a cabeça do Darci, o Waldir,* que era um impulso novo, mas que não dominava o quadro. O fato é que ele perdeu as chances. As grandes lideranças do governo dele podiam ter sido Tancredo e San Tiago Dantas. Quer dizer, não digo que não houvesse outros homens muito capazes. Havia. Mas esses dois superavam, sobretudo na capacidade de coordenar forças, de liderar realmente um sistema. E ele perdeu.

M.A. - A impressão que eu tenho - enfim, uma impressão de menina - mas a impressão que eu tenho é de que o Jango não era uma figura que impunha autoridade. Uma autoridade de chefe de Estado.

R.A. - Não era. Seguramente não era.

M.A. - Mas, por outro lado, cativava, pela facilidade de relacionamento que ele tinha. A amabilidade de lidar com quem estava mais abaixo dele, com os líderes sindicais, não é?

* Darci Ribeiro e Waldir Pires.

R.A. — Ah, isso não tem dúvida.

M.A. — Quer dizer, nesse sentido, ele era um bom articulador.

R.A. — Ele deixava todo mundo à vontade. Deixava todo mundo encantado pela afabilidade pessoal.

M.A. — Agora, o que eu acho que é uma coisa interessante é que o Jango conseguiu, de certa forma, controlar o PTB. Quer dizer, no fim dos anos 50, aquela história do Fernando Ferrari, que é contra, sai, cria outro partido. Ele conseguiu controlar o partido sem ter lá dentro maiores grupos anti-Jango. Agora, ele não conseguiu foi ter a mesma habilidade para lidar com os outros partidos na hora em que ele estava na presidência. Quer dizer, ele controlou o partido dele, mas não soube negociar com as outras... com aquele parlamentarismo, aquele cai ministro, entra ministro, forma gabinete... Não tem um pouco aí de falta de experiência... da qualidade dele enquanto chefe de Estado? Ou são grupos econômicos que estão aí atrás?

R.A. — Acredito que também os grupos econômicos influenciaram. E havia um grande preconceito contra ele das outras lideranças políticas. Mas o problema dele foi esse, foi não aproveitar realmente a capacidade política desses dois homens.

M.A. — Tancredo e San Tiago.

R.A. — É. No meu julgamento. Agora, eu acompanhei esse quadro um pouco de longe. É preciso dizer que eu lutei ardorosamente, dentro das minhas forças, pela sustentação de Jango. Embora estivesse no exterior. Eu fui recebê-lo em Montevideu, arriscando minha posição, compreendeu, estive lá sempre com ele, e tal. Eu já era... Já estava no...

P.R. - Regime militar?

R.A. - Não. Já estava...

M.Q. - Como membro da comissão da OEA?

R.A. - Já era secretário executivo da ALALC.

P.R. - Em 64?

R.A. - Em 61 ou 62. Em 61, não é? Quando ele...

M.A. - Em 61. Quando o Tancredo vai buscá-lo.

R.A. - É. Eu não guardei ressentimento, não. Procurei apoiá-lo. Fiz todos os votos para que ele tivesse sucesso. E ele chegou mesmo, por indicação de San Tiago Dantas, a me promover junto ao Frondizi, para que eu pudesse resolver problemas na ALALC, e tal, como secretário adjunto.

M.A. - Enfim, no fim das contas o senhor acabou se recompondo, vamos dizer, com...

R.A. - Não, nunca briguei. Nunca briguei com ele, não.

M.A. - Mas as arestas foram aparadas, não é?

R.A. - É.

P.R. - Eu acho que terminou.

M.A. - É. A gente termina por hoje. O senhor tem compromisso. Obrigada, dr. Rômulo.

[FINAL DA FITA 4-B]*

3ª Entrevista: 12.05.89

M.Q. - Dr. Rômulo, em outubro de 54 o senhor foi eleito

* A fita não foi totalmente gravada.

deputado federal pela Bahia, pelo PTB. Em março o senhor já tinha assumido o seu mandato e foi convidado para ser secretário...

R.A. — Da Fazenda.

M.Q. — ... Mas nesse período ainda, entre a vitória do Balbino e o senhor assumir a Secretaria da Fazenda, o senhor foi convidado para elaborar um estudo...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.Q. — Bom, então, em novembro de 54 solicitam ao senhor um estudo sobre a situação e os problemas da Bahia. Desse estudo sai um relatório com diversos itens. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre esse estudo, como é que ele foi elaborado, quem participou desse trabalho com o senhor. Parece que tinha gente que trabalhou com o senhor na CNI, veio gente também que trabalhou no INT, no IBGE. Havia gente de diversas áreas, não é?

R.A. — É. Isso aí não foi bem um estudo, foi uma coordenação de um levantamento da situação do estado e de uma fixação de diretrizes para o governo.

M.A. — Da situação econômica em geral?

R.A. — Situação econômica e administrativa do estado. A informação era muito precária, nós procuramos reunir pessoas locais e pessoas de fora, e aí foi um grande número de pessoas, era um grande número.

P.R. — Eram os prefeitos?

R.A. — Não. Prefeitos não. Mais técnicos. Inclusive muita gente do Rio, não é. Muita gente do Rio. Como...

M.Q. - O Jesus Soares estava, não é?

R.A. - Não, o Jesus eu acho que não estava não, sabe. O Jesus deu uma contribuição ligeira. Nesse caso, o Jesus deu uma contribuição ligeira.

M.Q. - José Nazaré Teixeira Dias também, não é?

R.A. - José Nazaré também deu. Gerson Augusto da Silva. Na parte administrativa, eles dois deram contribuição. E mais um grupo de pessoas, de técnicos que estavam numa missão americana. Um tal de... Agora não me recordo o nome não. Lawrence Barber, talvez. Está me ocorrendo esse nome aqui, mas não garanto não. Agora, na parte econômica, várias pessoas. O Américo Barbosa, que trabalhava até na Fundação, e...

M.Q. - Tomás Pompeu Acioli, também.

R.A. - Tomás Pompeu. Creio que Latini. Fez um diagnóstico sobre balanço de pagamentos. O primeiro estudo, a primeira tentativa de estudo de balanço de pagamentos, a nível regional. E...

M.Q. - Houve uma proposta de reorganização administrativa, tributária e fiscal do estado, não é? Um dos itens desse trabalho era exatamente uma proposta de reestruturação de toda essa parte administrativa.

R.A. - É. Mas na verdade, isso foi como uma espécie de brain-storm. Foi um processo de discussão inicial para saber o estado das artes em relação à Bahia. Cada um dizer o que pensa e tudo o mais. Esse é que foi... O trabalho foi isso. Agora, naturalmente que dentro desse levantamento houve já algumas indicações preliminares do que fazer.

M.Q. - É. Inclusive tinha a parte de energia, que previa o serviço de eletrificação da Bahia, uma série de... Tinha mais algumas propostas, e se fazia também uma análise da significação da Petrobrás na economia baiana já nesse período.

R.A. - Acho que sim. É.

M.Q. - É no Plandeb, mais tarde, que essa coisa vai ser mais elaborada, não é?

R.A. - É. Vai ser mais elaborada. Porque depois disso, ao assumir o governo... Bom, esse trabalho foi reunido em três pastas...

M.Q. - As pastas rosa, que o senhor comenta.

R.A. - Ficaram conhecidas como "pastas cor-de-rosa." Porque um jornal de grande circulação na Bahia, que era contra o governador, recebeu a cópia do negócio - "três pastas cor-de-rosa" - e avacalhou com o negócio. [riso] Então, ficou conhecido como tal. Agora, ao assumir o governo, no dia 7 de abril, se eu não estou enganado, um dos primeiros atos foi criar a Comissão de Planejamento Econômico.

M.Q. - Isso. Que é muito importante. Há uma série de projetos que vão sair dessa comissão.

R.A. - Aí nós constituímos a Comissão de Planejamento Econômico, tendo um departamento de programação, um departamento de projetos, e o resto com atividades auxiliares.

M.Q. - Quem veio trabalhar com o senhor na Comissão de Planejamento Econômico?

R.A. - Ah, muita gente. Eu acho que era bom a gente deixar para fazer essa parte quando eu trouxesse aqui os docu-

mentos. Aliás, uma cópia dessas pastas cor-de-rosa está na mão de Benedito Silva.

P.R. — O chefe era o Américo Barbosa de Oliveira, não era?

R.A. — Não. Américo Barbosa de Oliveira estava na Fundação e também era de uma firma de consultoria, SPL. E então nós, depois, quando constituímos a Comissão de Planejamento, contratamos a SPL, para ter uma equipe permanente na Bahia para orientar o pessoal, sobretudo de projetos, fazer uma escolinha de elaboração de projetos lá. E, ao mesmo tempo, atacar diretamente alguns projetos mais significativos. Nessa ocasião também, levamos o Inácio Rangel, levamos o Pelúcio, José Pelúcio Ferreira, levamos várias pessoas. Várias pessoas daqui, e de lá procuramos recrutar todo mundo que era válido para essa atividade. Economistas ou gente generalista, mas com vocação para a parte econômica. E não só da parte econômica, porque uma das características da Comissão de Planejamento Econômico foi considerar o planejamento de uma forma integrada, em que todas as ciências sociais estavam participando. Quer dizer, a Comissão de Planejamento igualmente cuidou dos problemas do Centro Histórico de Salvador, do Patrimônio Histórico e Artístico, cuidou dos problemas urbanos, cuidou do problema de habitação, junto com o problema urbano, mandou gente treinar na Colômbia, e... Gente de saúde... Naquele tempo, nunca ninguém pensava em incorporar o pessoal de saúde a um time de planejamento econômico. Educação... Então, constituímos um grupo multidisciplinar, com uma equipe... com o pessoal melhor, a prata de casa.

M.A. — E de fora também, não é?

R.A. — E de fora também. Alguns elementos.

M.A. — E esse plano teve vigência até quando? Ele foi aproveitado depois, nos outros governos?

R.A. — Não, isso aí é o seguinte. A Comissão de Planejamento foi elaborando alguns projetos e alguns programas para o estado, como por exemplo o programa da região sul. Agora, no mesmo tempo da Comissão de Planejamento, foi incorporado à Universidade, por ação nossa, o Instituto de Economia e Finanças.

M.Q. — Como era esse Instituto? Era uma entidade privada?

R.A. — Era uma entidade privada. Era uma associação privada.

M.Q. — Que já existia antes?

R.A. — Já existia antes, mas tinha um papel muito modesto. Era um instituto de economistas que tinha documentação, fazia correspondência, colhia informações de todo mundo, colhia revistas, e tal. Tinha um bom acervo. E de vez em quando publicava alguma revista sua, fazia alguma conferência, mas era uma coisa muito modesta. E era uma documentação bastante ampla para a região, para a ocasião, e então nós promovemos a incorporação do Instituto à Universidade, junto à Faculdade de Ciências Econômicas, para ser um elemento auxiliar do ensino de pesquisa e, ao mesmo tempo, para fazer um trabalho convergente com a CPE, a Comissão de Planejamento Econômico. Quer dizer, a idéia era a seguinte: é que o Instituto faria as pesquisas básicas sobre o estado, os estudos básicos, inclusive montaria também um sistema de observações da conjuntura - os índices, não é, para o que nós tivemos a colaboração da Fundação Getúlio Vargas -, e isso seriam insumos para o departamento de programação da CPE. E para o departamento

de projetos também. Então, você teria, em cadeia, um sistema. E nós fomos fazendo programas, estudos básicos, e programas, e projetos, e fomos implementando.

M.Q. — Dr. Rômulo, desculpe interromper. Mas esse Instituto surge muito antes, não é... Porque eu estava lembrando daquela nossa conversa anterior, sobre a questão do mercado de trabalho — o senhor mesmo foi uma pessoa que na década de 30 saiu da Bahia, foi para o Rio de Janeiro, e tal. O que acontece na década de 50 na Bahia para que exista até um instituto como esse, com uma atividade bastante especializada? Para quem ele trabalhava? E como é que isso aconteceu?

R.A. — Bom, isso aí foi graças à iniciativa de um grupo de pessoas, um grupo de economistas, entre os quais se destaca a dedicação extraordinária de um deles: Daniel Quintino da Cunha. Esse homem tinha um pequeno emprego público e se dedicava ao Instituto. E passava a vida escrevendo para todo mundo, mandando coisas e pedindo coisas, e reunindo documentação, e promovendo um ato aqui, outro ato ali. E assim ele manteve. Com o apoio de algumas pessoas, dos quais o mais importante era o Manuel Pinto de Aguiar. Mas com alguns outros professores também.

M.Q. — O curso de economia na Bahia surge nesse período?

R.A. — Não, o curso de economia na Bahia surgiu, na verdade, no começo dos anos 30. Em 32, 33.

M.Q. — Junto com o curso de direito, não?

R.A. — Não. O curso de direito é muito antigo.

M.Q. — Sei. Mas era uma coisa que antes funcionava como uma...

R.A. — Não. Funcionava junto com a Escola de Comércio. Uma tradicional Escola de Comércio, que criou um curso superior. Esse curso era um curso muito precário, mas os estudantes dessa geração dos anos 30 tiveram significativo papel. Porque alguns deles eram taquígrafos, taquigrafavam as aulas dos professores ruins e desmoralizavam os professores. [risos] E fizeram uma ação corretiva na Escola. Alguns deles são mais capazes. Mas o curso era precário. Razão até por que eu, por exemplo, não fiz o curso na ocasião. Mas já durante o tempo da CPE, quando eu recrutei engenheiros, médicos, bacharéis em direito, entendeu, essa gente foi fazer o curso de economia, já depois de formados.

Agora, como eu estava lhe contando, respondendo à pergunta de Maria Celina, sobre qual foi a mecânica do negócio, nós fomos fazendo coisas e implantando. A coisa mais importante que implantamos foi o Fundagro, o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial, em 57. Que era uma holding para promover e implantar empresas destinadas a organizar a economia agrícola e o abastecimento do estado em termos macro, em termos por atacado. Agora, essa acumulação desses estudos levou à elaboração de um programa integrado, que foi o Plandeb, Plano de Desenvolvimento, no ano de 59.

M.Q. — Exatamente.

R.A. — Bom, você perguntou sobre a continuidade nos governos posteriores. A continuidade foi parcial. O grande papel que teve a CPE foi constituir uma equipe e legar uma equipe ao governo. E até a instituições de fora, como a Sudene, Banco do Nordeste, [inaudível] no exterior, gente

que foi para o exterior, e tudo o mais. E um elenco de idéias e de projetos. Quer dizer, essas idéias elaboradas por essa equipe multidisciplinar, muitas delas ainda hoje são vigentes. E não foram executadas plenamente. Algumas o foram parcialmente, outras começaram a se implantar mas fracassaram, ou por erro de concepção ou por erro de execução, não importa, cada caso é variável. Mas o caso é esse. Agora, não houve certa continuidade porque houve uma crise política. A crise política é que... A política de clientela, naturalmente, via com muita suspiscácia a racionalização da administração pública. E, talvez, muito especificamente, a possibilidade de que esse grupo que eu liderava pudesse ter um papel político competidor deles. Então isso criou embaraços, e eu cometi erros políticos graves. Nessa transação, cometi erros políticos graves, perdi a calma e me afastei do governo.

M.A. — Que erros? Por exemplo...

R.A. — O meu erro foi não engolir alguns sapos, para poder continuar com maior vigência a nossa equipe, não é. Eu, sobretudo, quer dizer... Eu tive que me afastar do governo Balbino, mas me afastei sem trauma maior. O pessoal continuou trabalhando, e eu mesmo dava assistência, de fora. Mas depois houve o episódio da eleição de Juracy, Juracy me chamou para o secretariado, mas dois anos depois eu tive que brigar com o Juracy, porque eu não podia entrar na UDN - eu acho que já contei isso, não é -, eu não podia entrar na UDN, e o pessoal da UDN estava criando problemas muito sérios, particularmente alguns elementos, e eu tive que romper. Ao romper, houve uma descontinuidade, sobretudo houve uma desagregação, não é. Porque os secretários começaram a dominar segmentos do sistema, prin-

principalmente do sistema Fundagro, que eram várias empresas, e eles passaram a dominar os segmentos das empresas.

E isso resultou no seguinte, que as idéias do Plano, do Plandeb - que nunca passou, aliás, na Assembleia, mas que era vigente como um catálogo de idéias, como eu disse - elas se realizaram, vamos dizer, em 1/5 do que era possível no meu entender. Em 1/5 ou 1/4 ou 1/3. Mas mesmo isso teve um impacto muito grande. Por exemplo, o Banco de Fomento do Estado foi uma criação daí; depois, a Coelba, Companhia de Eletricidade da Bahia, hoje TeleBahia, naquele tempo Tebasa, Companhia de Telecomunicações, foi criação daí; alguns projetos do Fundagro foram gerados por consequência disso. Depois, o setor privado também pegou algumas das idéias da Comissão de Planejamento: a fábrica de calçados Birca foi consequência da Comissão; a Empreendimentos da Bahia, que foi uma organização muito ativa depois da crise de 61, foi consequência de gente que saiu do nosso grupo para constituir essa empresa de promoção e participações, talvez uma das primeiras no Brasil nesse gênero - era uma idéia que correspondia à Cofinab, no Plano da Comissão de Planejamento Econômico. Finalmente, muitas coisas se geraram. Sobretudo, se gerou uma geração, não é? Eu acho que isso foi o mais importante.

P.R. - Quando o Juracy tomou posse, em 59, ele deu seguimento ao programa do Balbino? Principalmente nesses setores básicos, ou que estiveram a cargo da Comissão de Planejamento Econômico?

R.A. - Deu. Deu porque eu fui chamado para ser secretário, exatamente secretário de Desenvolvimento. Tendo a

meu cargo a Comissão de Planejamento Econômico. Agora, aí já começou a haver uma disputa na liderança dos empreendimentos derivados. Mas deu, deu seguimento.

M.A. — Dr. Rômulo, comparativamente aos outros estados do Nordeste, o senhor acha que a Bahia, nesse período, teve um processo de desenvolvimento mais acelerado, em função de todo esse trabalho de planejamento, de pesquisa?

R.A. — Bom, é preciso dizer que o desenvolvimento na Bahia não foi somente devido ao sistema de planejamento. Eu creio que ele deu uma contribuição importante. Mas é preciso lembrar o seguinte, que foi constituída a Petrobrás... Quer dizer, antes, o Conselho Nacional de Petróleo já tinha uma pequena produção na Bahia, e tinha uma pequena refinaria na Bahia de duas mil toneladas. Mas foi constituída a Petrobrás, e os investimentos maiores da Petrobrás eram na Bahia.

M.A. — Nessa ocasião, só havia evidências de que existia petróleo lá, não é?

R.A. — Só existia lá. Era pequena quantidade, mas só existia lá. Depois Paulo Afonso foi construída, teve um impacto muito grande, não é. Essas duas coisas tiveram um impacto considerável. Sobretudo a Petrobrás aí no Recôncavo.

Comparando com os outros estados, realmente a Bahia teve possibilidades maiores nessa quadra. O esforço de planejamento foi mais ordenado, mais sistemático na Bahia. Mas em Pernambuco havia o Condep, o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, e esse conselho não tinha um staff como nós, não tinha uma secretaria executiva, não tinha um sistema organizado. Era um conselho que fazia

promoções de coisas. Mas foi significativo, porque eles promoveram a vinda do padre Lebret, que fez um trabalho muito interessante, um trabalho de contribuição pessoal, mas muito interessante, sobre desenvolvimento em Pernambuco.

M.Q. — Dr. Rômulo, no Plandeb havia já um capítulo referente à petroquímica, que resultou na Companhia Petroquímica da Bahia, hoje Nitrofertil e Petrofertil. Isso foi implantado naquele período? Quais foram os resultados nessa área?

R.A. — Bom, isso foi implantado no começo dos anos 60. A companhia foi implantada com a ida para a direção da Petrobrás do Manuel Pinto de Aguiar.

M.Q. — Ele teve um papel muito importante na implantação dessa...

R.A. — Teve um papel importante. Agora, essa promoção inicial para que a Petrobrás considerasse o problema foi nossa, foi da Comissão de Planejamento, ou da Secretaria de Desenvolvimento, não sei. Mas, enfim, as duas coisas eram identificadas. Foi do governador, não é?

M.Q. — E essas unidades, elas... Porque dentro da Petrobrás existe...

R.A. — A Usina também foi outra idéia que foi realizada depois pela Sudene, mas foi uma iniciativa da Comissão de Planejamento Econômico, uma idéia da Comissão de Planejamento Econômico.

M.Q. — Dentro da Petrobrás, essa Copeb* parece que não foi muito bem recebida. Inclusive, em entrevistas com técnicos

* Companhia Petroquímica da Bahia.

cos, ela até recebeu um nome interessante. [riso] Chamam de Pintobrás. [risos] Porque parece que tinha problemas para funcionar, uma série de coisas que não foram muito bem pensadas.

R.A. - Naquela ocasião, a Petrobrás ainda repelia muito qualquer atividade que diversificasse muito a empresa.

M.Q. - Naquele período.

R.A. - Naquele período. Então, o pessoal queria intensificar os esforços nas coisas básicas de petróleo. Não queria saber de muitas fantasias, e indústrias petroquímicas, nada disso. A não ser aquilo que derivasse diretamente das refinarias.

M.Q. - É. Não estava muito na estratégia da empresa naquele momento. Agora, existe um outro projeto, sobre o qual o senhor falou pouco, da CPE também, que foi o da Companhia de Eletricidade da Bahia, uma companhia estadual.

R.A. - É. Existe hoje, Coelba.

M.Q. - Pois é. Ela nasce, e que acervo ela recebe? Ela não tinha nada na época? Quais eram os recursos previstos? Era um fundo estadual, era o Fundo de Eletrificação?

R.A. - Sim, era o Fundo Nacional de Eletrificação, o Imposto Único de Eletricidade, e também, provavelmente, o acervo da planta elétrica de Funil, que foi feita com algum investimento de ordem federal. Com verbas federais. Isso aí, o detalhe, eu não me lembro mais não.

M.A. - Mas quem fazia a eletrificação na Bahia antes dessa companhia? Eram empresas privadas, a Light?

R.A. - Não. Era a empresa do grupo americano Bond and Share.

M.Q. — E como é que foi isso? Essa empresa da Bond and Share foi encampada?

R.A. — Bom, imediatamente, eu creio que não. Foi encampada depois, quando foi encampada a rede da Bond and Share. Aí eu não me recordo exatamente se houve uma antecipação, não. No caso da Bahia.

M.Q. — O senhor falou muito no Pinto de Aguiar. O senhor o conhecia desde a década de 30, ou a sua relação com ele...

R.A. — Não, eu o conhecia já de muitos anos. Inclusive ele foi... Eu pretendia até levá-lo para o Banco do Nordeste, quando fui presidente do Banco. Mas ele era um homem ocupado e tinha seus negócios. Ele era um sujeito muito dinâmico, professor, e ao mesmo tempo era um homem de negócios. Tinha atividades bastante lucrativas, e tal.

M.Q. — Que tipo de atividades?

R.A. — Atividades imobiliárias. E ele foi banqueiro também, foi jornalista. Era um sujeito muito variado.

M.Q. — Versátil.

R.A. — Versátil, é. Inclusive era poeta. Na juventude era poeta, do grupo Arco e Flecha. Eu o conhecia muito. Nesse período da Comissão de Planejamento, ele era uma pessoa com quem se conversava, não é? Ao lado de outros, que não podiam aceitar emprego, mas que tinham assim essa função. Como Miguel Calmon, que era vice-presidente da Comissão de Planejamento. Clemente, também, que dava opiniões sobre o estado, e tal. Agora, o Pinto teve um papel mais significativo porque ele foi meu substituto como superintendente do Instituto de Economia e Finanças, na

Universidade. Eu comecei como superintendente, mas depois passei para ele. E ele teve um papel bastante importante.

M.Q. — O senhor deixa a Secretaria da Fazenda em 57. E aí, no seu livro, o senhor diz que deixou parcialmente, que ainda ficou ligado ao governo Balbino. Como é que é ficar ligado parcialmente?

R.A. — Não, eu não deixei... Eu deixei a Secretaria da Fazenda definitivamente. Mas deixei parcialmente a Comissão de Planejamento, porque continuei sendo uma pessoa que estava lá sempre, colaborando, o pessoal me consultando, todo mundo me considerando como o presidente efetivo.

M.Q. — O senhor voltou para a Câmara Federal, para exercer o seu mandato?

R.A. — Exerci. Voltei.

M.Q. — Isso foi de julho a dezembro de 57.

R.A. — Sim. Por aí.

M.Q. — E depois, então, o senhor foi convidado para a Rede Ferroviária.

R.A. — É.

M.Q. — Agora, tem um detalhe ali que eu queria que o senhor me explicasse direito. O senhor renunciou ao meu mandato de deputado para ir para Rede Ferroviária?

R.A. — Cometi essa estupidez.

M.Q. — Mas isso não era uma obrigação? Era obrigado a fazer isso ou não?

R.A. — Era obrigado. Para ser rigoroso. Houve gente que conseguiu da Comissão de Justiça da Câmara não olhar muito

para isso, entendeu...

[FINAL DA FITA 5-A]

R.A. - Eu estava dizendo que houve gente, houve deputados que conseguiram exercer postos executivos, que não de ministro, sem perder o mandato. Mas era uma irregularidade. Eu resisti a aceitar o negócio da Rede, mas em face dos apelos do ministro Lúcio Meira e do desafio que era o negócio da Rede, resolvi topar. Foi um erro, um erro total. Deixar o mandato foi um equívoco.

M.Q. - A Rede foi organizada como sociedade de economia mista, não?

R.A. - Sim.

M.Q. - Eu não sabia que para você exercer um cargo dentro de... Era uma necessidade, não é?

R.A. - Sim, era do estado, era controlada pelo estado.

M.Q. - E o senhor achou melhor se desvencilhar.

R.A. - Sim, era o correto, não é?

P.R. - Quer dizer que a desobrigação era só para quem fosse ministro. Para cargo em empresas públicas era obrigatória a renúncia?

R.A. - Era.

P.R. - Eu não sabia, não.

M.Q. - Nem eu. Não sabia mesmo. O senhor falou no ministro Lúcio Meira, que era seu amigo. Essa relação com o Lúcio Meira vem da época da Comissão do segundo governo...

R.A. - Do Catete. Vem do Catete. Ele era subchefe da Ca-

sa Militar. Mas era uma pessoa muito legal. Inclusive, ele não tinha muito o que fazer e vinha colaborar conosco. Como auxiliar nosso.

M.A. — Voluntário.

R.A. — É. E ele, no fundo, era até hierarquicamente, formalmente, superior a nós. Foi muito legal.

M.Q. — É. Ele tem um papel importante naquela Comissão de Jeeps, Tratores e...

R.A. — Exatamente.

M.Q. — ...do segundo governo Vargas, que começa a nacionalizar os equipamentos e a exigir que os automóveis sejam montados aqui.

R.A. — Exatamente. Quer dizer, essa parte de indústria automobilística de que nós tratávamos, nós jogamos para ele.

M.Q. — O senhor fica pouco tempo na Rede e sai. Sai para...?

R.A. — Eu saio da Rede para ser candidato a deputado federal e depois para ser candidato a vice-governador. A hipótese até, inicial, era que eu fosse candidato a governador. Mas houve uns... Esses episódios eu acho que contei a vocês.

M.Q. — É. Bom, o senhor sai da campanha para vice-governador, não vence, e aí vai para a iniciativa privada. Em 60, o senhor vai se diretor da Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga, não é?

R.A. — É. Exatamente.

M.Q. — Como se deu esse convite? O senhor tinha relações

com o pessoal de petróleo, da refinaria de...

R.A. - Eu tinha relações com João Pedro Gouveia Vieira.

M.Q. - E como é que surgiu essa?...

R.A. - Bom, ele me convidou, me convidou para ser diretor.

M.Q. - Mas para trás, o senhor...

R.A. - Agora, as relações anteriores, já nem me lembro. Eram relações cerimoniais. Mas tinha conhecimento, tinha relações.

M.A. - Isso foi em que ano?

M.Q. - Em 60, 61.

M.A. - Quer dizer, nessa altura o senhor não estava sendo solicitado para trabalhar na área governamental?

R.A. - Não. Essa altura foi no período anterior à instalação do novo governo. Eu também fui - não sei se nessa altura ou um pouco depois - diretor financeiro da Companhia Ferro e Aço de Vitória. Por designação do BNDE.

M.Q. - E lá estava o Lúcio Meira.

R.A. - Estava o Lúcio Meira. Agora, quando chegou o governo, o Juraci me convidou para qualquer secretaria. Eu não aceitei. Mas ele então criou uma Secretaria sem Pasta para Assuntos de Desenvolvimento. Que também era uma espécie de secretaria para relações com o exterior. Então, eu vivia entre Salvador e o Rio. Eu tinha um escritório aqui no Rio, que até me foi fornecido pela Companhia Ferro e Aço de Vitória - que na ocasião era presidida por Hélio Jaguaribe, também meu velho amigo -, e exercia o papel de secretário do Exterior do governo da Bahia.

M.Q. - Secretário do Exterior?

R.A. - É. Mais ou menos, não é? Secretário do Exterior.

M.A. - Mas o senhor fez coisa, hein! [riso]

R.A. - Pois é.

M.Q. - Dr. Rômulo, nesse período, o BNDE começa a financiar pesadamente o setor siderúrgico. Como é que estava a situação da Companhia Ferro e Aço de Vitória? Porque o senhor era o representante do BNDE, não é? Normalmente, nos financiamentos, havia aquela cláusula que obrigava o mutuário a aceitar que o BNDE - principalmente naqueles casos mais problemáticos - interferisse com um representante, com um diretor presente.

R.A. - Bem, era um projeto como outro qualquer, não é? Era um projeto importante, do ponto de vista da região, quer dizer, do ponto de vista do estado do Espírito Santo, e que foi iniciativa de grupos locais, mas que não tinham condições para se estabelecer e pediram apoio oficial, particularmente o apoio do BNDE e da Ferro-stahl, alemã. Então, houve um apoio do BNDE. E havia uma direção muito capaz, muito responsável - o Hélio Jaguaribe era o presidente, havia um alemão muito bom como diretor técnico - e estava se mantendo, se organizando esse projeto.

M.Q. - Ela ainda estava em formação naquele período.

R.A. - Estava em formação. Estava em constituição. Por sinal até que na inauguração do projeto, o Hélio concebeu um concerto de Arnaldo Estrela em Vitória. Foi um acontecimento, um negócio de muita categoria, e tal. E depois ele foi processado, [riso] houve um negócio de inquérito - CPI, ou IPI, não sei, um inquérito policial-militar IPM. Houve um IPM contra ele, e a principal acusação era isso.

M.A. - Era o concerto?

R.A. - O conceito que ele tinha feito [riso] para inaugurar a usina. [risos]

M.Q. - Agora, tem uma coisa interessante aqui - até vimos no seu currículo - que é que o senhor foi o organizador e presidente do Terminal Oceânico Ilhéus S/A, que devia ser da Companhia Petróleo Ypiranga, não é, que depois foi incorporada à Petrobrás.

R.A. - Era. Era da Companhia Petróleo Ypiranga, com a associação de capitais locais. Isso era um dos projetos da CPE.

M.Q. - Ah, era?

R.A. - Era. Um dos projetos da CPE era reduzir o custo do combustível líquido na região sul da Bahia e nordeste de Minas. Então, a CPE tinha projetado dois terminais oceânicos. Um em Ilhéus e outro em Caravelas. Porque o seguinte, o preço básico único no país era para as bases de abastecimento. E dependia desses terminais. Quer dizer, antes do terminal, o combustível líquido na região de Ilhéus custava mais 20% do que em Salvador, por causa da diferença de frete. Então, esse projeto, a Petrobrás não topou. A Petrobrás não topando, nós, então... eu, então, induzi a Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga a topar o negócio. E a Ypiranga topou. Então, constituímos uma empresa. Fizemos um lançamento de ações ao público, no público local, da região, e houve uma cobertura total, sobretudo com o apoio do prefeito de Itabuna, Pedro Ferreira, que era um co-diretor também, conosco. E aí, quando começamos a executar o negócio, a Petrobrás resolveu...

M.Q. - Aí viu que a coisa era boa, não é? [riso]

R.A. - ...tomar conta. E fez o terminal.

M.Q. - Mas isso foi ainda nesse período, 61?

R.A. - Foi nesse período.

M.Q. - Foi rápida a encampação, a tomada do negócio. Bom. Então, o senhor depois vai para o exterior, não é, o senhor conta no livro das meninas da Bahia* a sua ida para o exterior... E agora nós gostaríamos de conversar um pouco a respeito da história do pólo petroquímico da Bahia, já que o senhor está, como nós vimos, desde a década de 50 intimamente vinculado a essa idéia da petroquímica. E na década de 50 o senhor vai ser realmente uma pessoa muito importante nesse processo de concretização do pólo. O senhor volta do exterior...

R.A. - Dos Estados Unidos.

M.Q. - Em 66?

R.A. - Em 66.

M.Q. - E o senhor já participa daquele trabalho, ou pelo menos conversa com aqueles técnicos do BID que vieram fazer o primeiro estudo...

R.A. - Sobre o Recôncavo.

M.Q. - Sobre o Recôncavo, para tentar convencê-los. Existe até um livro que diz que o senhor fez parte dessa missão. Isso é correto, ou não?

R.A. - Não. Eu não fiz parte da missão, não. A missão era o pessoal do BID e gente da Sudene, do Bando do Nordeste, da Organização Mundial de Saúde - ou Panamericana

* Rômulo: voltado para o futuro, já citado.

de Saúde, não sei. Eu não fiz parte. Apenas eles me convidaram, juntamente com outras pessoas da região, lá da Bahia, para opinar, para dar palpite. Eles quiseram absorver um pouco essa tradição de formulação de idéias na região.

M.Q. - E nesse...

R.A. - Eu não sei se já citei esses nomes.

M.Q. - Já. O senhor falou o nome do técnico. Como é o nome dele?

R.A. - Tivemos o Jaime Vilas Boas, o Gradin, o Luís Almeida...

M.Q. - Esses todos eram daquela Empreendimentos da Bahia, não eram?

R.A. - Não. Empreendimentos da Bahia era o Luís Almeida. O Gradin, não sei bem o que era na ocasião. Atualmente é Odebrecht, na ocasião não sei. Acho que não era Odebrecht ainda não. Não era, não.

M.A. - O senhor falou há pouquinho de uma nova geração que se formou na Bahia. Esses são da nova geração? Quem é essa nova geração de administradores?

R.A. - Bom, é um número muito variado, não é? Eu temo esquecer os nomes.

M.A. - Não, só um ou dois, para a gente localizar.

R.A. - Bom, do pessoal mesmo que se formou entre a CPE e o Instituto de Economia e Finanças, você tem o Fernando Pedrão, que foi depois das Nações Unidas, do BID; o Gradin de certa maneira, parcialmente; o Augusto Silvany, que é das Nações Unidas desde 64, porque ele foi para o exterior, ficou entre a OEA e depois Nações Unidas, ainda

está nas Nações Unidas; o Nailton Santos, irmão de Milton Santos, que parcialmente também foi do grupo, inclusive presidiu a CPE; professor Milton Santos, geógrafo; na parte de saúde, Menandro Novais, que é professor aqui do Instituto de Higiene, aliás, está aposentado; na parte de problemas urbanos e sociais, Maria Brandão, que é professora na Bahia; o Newton Oliveira, que atualmente é presidente da Conder, Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo...

M.A. — Enfim, por aí a gente já tem uma idéia.

R.A. — Um grupo grande. Um grupo grande de pessoas.

M.Q. — O senhor falou do Pelúcio, que começou com o senhor lá em 55?

R.A. — Não. Não começou comigo. Ele era do BNDE.

M.Q. — Ah, já era? Em 55?

R.A. — Já era do BNDE. Ele foi lá a nosso convite, o BNDE cedeu. Como o Rangel também era do BNDE quando foi para lá. O Rangel passou lá um período de uns seis meses trabalhando com o pessoal, dando aulas, fazendo exercícios e sobretudo provocando mentalmente.

M.Q. — Naquele estudo da Clan, que vai ser feito por encomenda do governo do estado da Bahia, existem pessoas que são também do BNDE. Formou-se mais ou menos um grupo misto, de pessoas que vinham... Ou que pelo menos deram algum palpite desse trabalho.

R.A. — Ah, sim, houve um grupo de pessoas-chave, como foi o Belotti, não é. No BNDE era o Belotti. Eu pretendi até que o Juvenal Osório fosse o coordenador do trabalho. E o pessoal do BNDE chegou a topiar, mas depois o BNDE não cedeu. Eu acho que já por influência das forças que resistiam ao projeto.

M.Q. - Ao projeto da petroquímica, do pólo.

R.A. - Da petroquímica, é. Mas o Belotti foi. Quer dizer, não ficou tempo integral. Era um consultor especial, ao lado de Leopoldo Miguez e de Perrone, que eram da Petrobrás.

M.Q. - Pois é. O senhor conheceu essas pessoas. Em 64 o senhor não estava aqui, mas essas pessoas estavam organizando - eu acho que comecei a falar sobre isso com o senhor na primeira entrevista - essas pessoas organizaram, em novembro de 64, um grupo informal para estudar a questão da petroquímica e elaborar um plano de desenvolvimento desse setor petroquímico no Brasil. E isso resultou, em 67, num convênio que foi assinado com a Petrobrás. O senhor tem conhecimento desse convênio?

R.A. - Não.

M.Q. - Parece, inclusive, que uma parte desse convênio foi utilizada para desenvolvimento da própria Copeb, depois, em 67.

R.A. - Pode ser. Mas eu não me lembro. Eu estava fora nessa ocasião.

M.A. - O senhor falou de reações ao projeto da petroquímica. Essas reações vinham de onde? Do capital estrangeiro, da iniciativa privada nacional?

R.A. - Não, essas reações vinham do grupo em torno da Petroquímica União.

M.A. - Que era um grupo privado.

R.A. - Era um grupo privado. O grupo Soares Sampaio, não é?

M.A. - Nacional.

R.A. - Era nacional, mas com a associação de grupos estrangeiros.

M.A. - Petroquímica União.

R.A. - Petroquímica União. Que hoje é subsidiária da Petrobrás. A Petrobrás comprou o controle da Petroquímica União tempos depois, não é. E...

P.R. - Mas a Petroquímica União não se associou à Petroquisa quando a Petroquisa foi fundada, em 1967?

R.A. - Ao contrário. A Petroquisa é que se associou à Petroquímica União.

P.R. - Ela entrou com a parte do leão, não foi isso? [riso]

R.A. - Ela dominava, não é. Quer dizer, o grupo privado dominava. E, como eu já indiquei, a Petroquisa foi criada inicialmente para dar apoio a esse grupo. Para evitar a reação que havia contra o setor privado na petroquímica.

P.R. - E depois a Petroquisa estendeu esse apoio às outras unidades?

R.A. - Sim, a Petroquisa se criou então como uma holding para o setor químico da Petrobrás e foi chamada a liderar a concepção e a implantação do pólo de Camaçari, do pólo da Bahia.

M.A. - Essa Petroquisa, ela foi imaginada onde? O senhor sabe qual é a maternidade disso?

R.A. - Eu não posso lhe dar detalhes, não é. Mas ela foi criada exatamente para dar apoio à Petroquímica União.

M.A. - Mantendo a Petroquímica União como uma empresa privada. Sem...

R.A. — Como uma empresa privada. Minoritariamente.

M.A. — Só uma coisa. Quando a Petroquímica União se opunha ao Estado entrar nessa área, como é que o senhor avaliava isso? O senhor e as pessoas que eventualmente estavam envolvidas nisso? A petroquímica era efetivamente um tipo de atividade que podia ficar com a iniciativa privada? Em que o Estado precisava entrar para competir? Não era uma atividade de que a iniciativa privada desse conta?

R.A. — Bom, eu, pessoalmente, achava que não haveria obstáculos a que a iniciativa privada tomasse uma posição e dominasse a petroquímica. Agora, realisticamente, considerava que não havia recursos nas empresas nacionais para fazê-lo. Então, que era preciso que a Petrobrás tomasse uma posição. Por outro lado também, acho que seria conveniência da Petrobrás se verticalizar, para reduzir os seus riscos e aumentar os seus rendimentos, em benefício do seu programa global. De maneira que me parecia importante que a Petrobrás estivesse na indústria química, como qualquer indústria de petróleo.

M.Q. — Qual seria então a posição de Petrobrás? Ela participaria, na sua opinião, de que forma?

R.A. — Na minha opinião, não haveria obstáculo para ela participar de uma forma minoritária. Quer dizer, essa foi uma diferença de concepção entre o projeto original da Petrobrás - que só estabelecia as regras da matriz para as subsidiárias que se constituíssem para a exploração e produção de petróleo, refino e transporte básico, deixando que as outras atividades derivadas ou subsidiárias pudessem ser implantadas mesmo com minoria da Petrobrás - e o pessoal que queria a Petrobrás inteiramente fechada. En-

tão, qualquer tipo de subsidiária teria que repetir a matriz. Como prevaleceu na lei. O que foi afastado exatamente para criar a Petroquisa.

M.Q. — Foi importante o decreto do Castelo Branco, que declarou que a área petroquímica estava excluída do monopólio estatal, não é? Essa foi uma decisão importante. Porque até então se discutia se a petroquímica estaria ou não incluída na Lei 2.004.

R.A. — Exatamente. Exatamente.

M.Q. — E o Castelo baixou um decreto em 65, dizendo que estava fora.

R.A. — Não. A Petroquímica não estava incluída na Lei 2.004. Mas a participação da Petrobrás na petroquímica, pela Lei 2.004, só podia ser com o controle da empresa. Quer dizer, a Petrobrás não poderia participar de forma minoritária numa empresa derivada.

M.A. — Ou seja, como antes, não é? O decreto não alterou, então...

R.A. — O decreto alterou. O decreto permitiu que o sistema Petrobrás, através da Petroquisa, pudesse participar sem preocupação de controle.

M.Q. — Minoritariamente.

M.A. — Desculpe a ignorância. Mas se hoje uma pessoa, um empresário, quiser montar uma empresa petroquímica, ele vai ter muita dificuldade para isso? Como é que é a situação hoje?

R.A. — Não, ele pode montar, pode fazer o seu projeto. Mas, realisticamente, ainda hoje, salvo... Bom, agora já estão grupos mais incorporados; os nacionais foram apoiados

pela Petroquisa, já estão mais emplumados, não é. Mas, mesmo assim, é um pouco difícil para os grupos nacionais terem grandes projetos petroquímicos sem o apoio da Petroquisa. Você tem já projetos, como o Deten, que é exclusivamente privado nacional. Quer dizer, exclusivamente, não. É com o apoio da Petroquisa também. Eu digo, não tem capital estrangeiro.

M.Q. — Em 67, então, a Clan vai realizar esse trabalho que nós estávamos comentando mais atrás, que foi o estudo sobre o pólo. E...

M.A. — Antes eu queria fazer uma pergunta. O que era a Clan? Foi criada por quem?

R.A. — A Clan era uma empresa de consultoria, mas com a concepção de uma empresa de consultoria mais dinâmica, que fazia a identificação de projetos, sua promoção, e em vez de trabalhar como uma consultoria tradicional, recebia remuneração com risco. Se o negócio desse certo, recebia então a participação. Essa empresa foi constituída por um grupo na Bahia ligado ao Empreendimentos da Bahia e ligado um pouco à antiga equipe da CPE. Eu estava no exterior, mas mantinha contato com eles. E quando eu voltei do exterior, me agreguei a esse grupo.

M.Q. — O senhor foi prestar assessoria a eles, não é?

R.A. — Fui prestar assessoria primeiro à Empreendimentos, para fazer o projeto do Centro Industrial de Aratu.

M.Q. — Pois é. E quem vinha desse período da CPE?

R.A. — A principal figura era o Luís Almeida. Mas a Clan também incluía outras pessoas, que depois deixaram, que não... E a Clan, praticamente, ficou comigo e com um grupo de técnicos. Tivemos muita relação com a Empreendimen-

tos, mas depois nos afastamos.

M.Q. — De outra vez o senhor falou que era oposição ao governador Luís Viana, que ia assumir. E eu gostaria que o senhor contasse esse episódio, sobre essa manifestação em que o senhor tomou parte, contra a eleição indireta do governador Luís Viana. E que o senhor colocasse quais eram... Quer dizer, o grupo de oposição eu não identifico, porque não sou especialista em política baiana. Mas qual era o grupo do Luís Viana, qual era o seu grupo?

R.A. — Bom, o Luís Viana era uma pessoa ligada ao governo, ligada ao Castelo, ao grupo castelista. Foi indicado para o governo, e eu era do MDB. Então, quando houve a eleição biônica, eu estava na Universidade, dando um curso sobre planejamento econômico. E os estudantes fizeram uma demonstração pública, foram para a rua, não é. Então, eu fui dar apoio à manifestação. E aí houve um episódio policial, e nesse episódio policial houve uma tentativa de violência, inclusive comigo. E inclusive eu recebi ordem de detenção. Eles não falaram em prisão, falaram em detenção. Mas nessa ocasião, passava num bonde - se não me engano era num bonde, ainda, ou num ônibus - uma pessoa que morreu anteontem, o professor Manuel Ribeiro, que tinha sido há tempo secretário de Segurança Pública. E ele saltou e foi me defender. E foi comigo no carro da polícia para a Segurança Pública. O que provavelmente me terá evitado qualquer problema maior.

M.Q. — Mas depois desse episódio há uma aproximação, não é, o senhor se aproxima um pouco...

R.A. — Não, eu tinha boas relações com o Luís Viana, que tinha inclusive participado do grupo que quis a opção do

meu nome para governador na sucessão de Balbino e tudo o mais. De maneira que eu tinha boa relação com ele. Quer dizer, não era nada de oposição pessoal. Eu mesmo declarei aos jornais que não era oposição pessoal, era uma questão de princípio. Agora, ele mesmo foi muito gentil e me convidou para ser uma espécie de um consultor, quer dizer, para conversar sobre os problemas, me convidou para a posse dele e tudo o mais. De maneira que nós fizemos um relacionamento pessoal.

M.Q. — E foi daí que vocês o convenceram da importância da idéia do pólo?

R.A. — Não, aí quem o convenceu... Quer dizer, aí, eu não entrei em contato imediato, constante, com ele, não. Fiquei de fora, não é. Mas o pessoal do BID o convenceu. Inclusive o prestígio de um "relatório da missão BID", não sei o quê e tal, o convenceu. Depois houve aquele episódio, que eu não sei se contei, do negócio da Sudene.

M.Q. — É isso o que eu queria saber. O senhor foi para a Sudene, não é?

R.A. — É. O caso é o seguinte: eu era funcionário do Ministério da Indústria e Comércio. O ministro Macedo Soares me chamou como assessor do gabinete dele. E me designou para representar o ministério na Sudene. Acho que eu já contei isso, não? Não contei, não?

M.Q. — Não, isso não.

R.A. — Bom, então eu fui para Sudene e passei uma semana em Recife, vendo o que a Sudene tinha feito...

[FINAL DA FITA 5-B]

R.A. — Então, eu verifiquei que a Sudene estava sem projetos, sem o projeto da Sudene. E eu tinha a idéia, desde aquele tempo, de que era essencial no Nordeste você cuidar das indústrias de base. E que era preciso retomar essa linha da Sudene primitiva.

M.Q. — Aliás, a esse respeito, o senhor esteve na primeira fase da Sudene, com o dr. Celso Furtado, não é?

R.A. — Estive. Estive na primeira fase da Sudene.

M.Q. — O senhor poderia nos falar um pouco da montagem da Sudene, nesse início?

R.A. — Sim, mas eu tenho que concluir primeiro essa história, não é?

M.Q. — Sim. Desculpe.

R.A. — Pois é. Então, eu conversei com o superintendente, o general Euler.

M.A. — Euler Bentes?

R.A. — Euler Bentes. Sobre a necessidade de fazer um programa de indústrias de base. Bom, ele então disse que a Sudene estava sem meios, não sei quê e tal, e eu conversei com o meu ministro, e o meu ministro deu apoio, desde que de acordo com o Albuquerque Lima, que era ministro do Interior. O Albuquerque Lima tinha sido meu companheiro no primeiro conselho da Sudene, no conselho primitivo da Sudene, e então eu tive a maior facilidade de conversar com ele e convencê-lo, e ele mandou fazer até um decreto, criando um grupo interministerial para fazer esse programa de indústrias de base no Nordeste levando em conta o mercado nacional. Isso foi feito, o grupo seria presidido pelo ministro do Interior, o vice-presidente seria o su-

perintendente da Sudene, havia representantes dos ministérios, e tudo o mais. E o financiamento disso, em grande parte, era das fontes do próprio Ministério de Indústria e Comércio. Porque o ministro tinha aprovado. Mas quando o negócio estava preparado, o pessoal da Sudene convenceu o general Euler de que isso iria tirar a iniciativa da Sudene, e que a Sudene ia estar preparada, ia estar capacitada, com uma missão das Nações Unidas. Eu procurei mostrar ao general Euler que não estaria, que era uma ilusão. Mas como a Sudene insistiu nisso, eu então falei com o general Albuquerque Lima que o assunto estava completamente over, não é. Estava superado. Porque eu não queria fazer nada contra a Sudene.

Bom. Aí, nessa ocasião em que eu falei com o general Euler, de volta de uma reunião do conselho da Sudene, encontrei no avião o governador Luís Viana e o seu secretário de Indústria e Comércio, que era Ângelo Calmon de Sá. Então, eu contei a história. Aí, o Luís Viana disse: "Então, vamos fazer o nosso trabalho." Eu digo: "Olha, governador, isso está limitado porque isso tem que ser de uma escala nacional. E eu acho que não deve ser somente da petroquímica. Tem que ser as outras indústrias de base, porque é um conjunto que tem que se completar." E ele então respondeu com muito bom senso: "Se nós não podemos fazer o ótimo, vamos fazer o possível. Vamos fazer o que esteja ao nosso alcance." Eu digo: "Está bem. Então vamos." E aí ele me pediu um memorando sobre isso. Eu fiz o memorando. A partir do memorando, ele designou o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, Conder - que hoje é Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo - para levar avante esse negócio. O Conder, então, preparou

uma concorrência. E essa concorrência foi ganha pela Clan, para fazer o estudo preliminar das possibilidades da indústria petroquímica na Bahia. Essa foi a história.

M.A. — E a Clan fez esse estudo dentro daquela mesma orientação de risco?

R.A. — Não. Aí não. Aí fez como consultora tradicional. Fez por um preço. Inclusive, para ganhar, botou um preço que deu prejuízo. Porque nós queríamos fazer de toda maneira.

M.A. — É. Porque era uma coisa fascinante, não é?

R.A. — Era uma coisa importante. Então, a gente botou um preço para ninguém ganhar. E aí fizemos com o cinto apertado. [risos]

M.A. — Mas o orgulho de ter feito deve ter sido muito grande, não é?

R.A. — É. Pois é.

M.Q. — Ainda temos algum tempo?

R.A. — Dez minutos.

M.A. — O senhor, então, podia falar da Sudene.

M.Q. — Do início da Sudene.

M.A. — Vamos lembrar: a sede do Banco do Nordeste era onde?

R.A. — Fortaleza.

M.A. — E a da Sudene?

R.A. — Recife.

M.A. — E na Bahia ficou... Era petróleo, não é?

R.A. — É. Mas não tinha sede.

M.A. — Não tinha sede dessas...

R.A. — Não tinha sede de nada federal.

M.A. — Porque há uma certa preocupação em distribuir esses órgãos de fomento pelo Nordeste todo, não é isso?

R.A. — Não. Não houve essa preocupação, não. Só no caso dos dois organismos regionais é que um foi sediado em Fortaleza e o outro foi sediado em Recife.

P.R. — Aí já é mais conveniência política, não é?

R.A. — É. O episódio, inclusive, da sede do Banco do Nordeste é muito pitoresco. Porque o projeto primitivo do governo atribuía ao Poder Executivo examinar qual era a melhor localização para a sede. E geralmente a tendência era considerar Recife como o epicentro do Nordeste. Mas na Câmara, um deputado gaúcho, que tinha sido deputado pelo Ceará, nomeado por Pinheiro Machado...

P.R. — Flores da Cunha?

R.A. — Nada menos do que Flores da Cunha, [risos] fez um discurso retumbante, um pouco de gratidão ao eleitorado do Ceará, apoiando a reivindicação do pessoal do Ceará. Como era uma boa idéia, uma idéia razoável, na verdade era aceitável, o Banco poder se localizar lá, o governo aceitou, e pronto. Foi localizado no Ceará.

M.A. — Na sua avaliação, a Sudene realmente teve um peso importante enquanto órgão de fomento?

R.A. — Teve. Teve um papel muito importante. Realmente teve e continua tendo.

M.A. — Continua tendo?

R.A. — Continua tendo. Embora um pouco menos intensa a ação, sobretudo menos prestigiosa, relativamente menos im-

portante, mas continua tendo.

M.A. — Mas a gente só vê o nome da Sudene nos jornais para tratar de secas, de cheias... [risos] Não é? Quer dizer, então eu me surpreendo...

M.Q. — Concessão de isenções fiscais...

R.A. — E incentivos fiscais. Através dos incentivos fiscais, ela continua promovendo muitos projetos na região. Promovendo não digo, mas possibilitando muitos projetos na região. Agora, não tem maior papel porque ela foi semi-esvaziada. Financeiramente, politicamente e administrativamente, não é?

M.Q. — Quando?

R.A. — Ora, durante todo o tempo da "Redentora".

M.A. — Por que o senhor acha que isso ocorre? Há uma preocupação de esvaziar economicamente o Nordeste - se é possível esvaziar? [riso]

R.A. — Não. Pode não haver preocupação, mas é da própria mecânica do processo concentrador. Do capitalismo. O fato é que você já tem uma área bastante desenvolvida, e supõe-se que nessa área as coisas têm rentabilidade, os esforços têm resposta, e na região periférica não têm. Então, existe uma oposição ao esforço de descentralização. Oposição às vezes surda, mas efetiva.

M.A. — Quer dizer, a lógica do capitalismo é você concentrar recursos onde as condições já estão mais propícias, não é?

R.A. — É. Se não houver uma correção através do Estado, isso é inexorável.

P.R. — Mas não existe uma espécie de doutrina que não sei

se foi formulada, mas foi muito pronunciada pelo Roberto Campos, segundo a qual o que o governo devia colocar em prática era desenvolver aquilo que já era desenvolvido? Quer dizer, era concentrar recursos no eixo São Paulo-Rio, nessa região Sudeste, e deixar o Nordeste sem maiores atenções? Parece que isso foi enunciado por ele, porque os jornais contrários na época falaram muito disso, e de certa forma isso foi praticado pelo regime militar, não?

R.A. — É. Eu não sei se foi formulado formalmente pelo Campos, mas estava dentro da idéia dele. A idéia de crescer o bolo e depois dividir. Uma idéia equivocada, porque o bolo cresce incessantemente sem dividir.

P.R. — Foi dividido por pequenas pessoas. [riso]

R.A. — É. Um pequeno grupo.

M.Q. — Para encerrar, eu gostaria que o senhor falasse... O senhor foi, de 59 a 61, representante do estado da Bahia na Sudene. Então, eu queria que o senhor falasse desse período e do primeiro plano diretor da Sudene, de que o senhor deve ter participado.

R.A. — Bom, eu participei como conselheiro, para discutir o projeto da secretaria executiva. Eu acho que esse começo da Sudene foi muito fecundo, muito fecundo. Vocês têm aquele relatório da GTDN*, que foi resultado do trabalho de alguns anos de um grupo constituído até na base de gente do Banco do Nordeste pelo Lucas Lopes. E depois esse grupo, nos seus últimos momentos, foi liderado pelo Celso Furtado, que deu forma àquele relatório, um relató-

* Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

rio brilhante. E a partir daí, realmente, a implantação da Sudene foi um sucesso político e um sucesso técnico-administrativo. A Sudene tratou de verificar que atividades podiam ser possíveis no Nordeste, abrindo o leque inteiramente para o empresário nacional. E também cogitou de fazer um estudo sobre indústrias básicas na região, de fazer um estudo sobre a recuperação das indústrias tradicionais, têxtil e açúcar sobretudo, tratou também de fazer um trabalho de política agrícola e uma semi-reforma agrária, através da lei de irrigação. Enfim, foi um período muito fértil. Um período de formação de gente, também. Isso foi extremamente importante: formação de gente. E esse período foi interrompido, não é. Foi interrompido, e realmente se perdeu o ímpeto, houve uma diáspora do pessoal da Sudene, que veio para o Sul, foi para atividades privadas, foi para os governos, foi para o exterior. E depois, a recuperação nunca se deu. Quer dizer, o pessoal da Sudene ficou numa situação de miserabilidade financeira, no órgão e na remuneração pessoal, de maneira que só resistiam mesmo os abnegados. Uma situação penosa de esvaziamento.

Agora, houve depois o desenvolvimento do sistema de incentivos, os incentivos se ampliaram, houve um crescimento dos projetos, que chegaram ao pico em 1967, mas depois houve uma dispersão dos recursos de incentivos para outros fins. Então, de 100% inicialmente, a Sudene passou a perceber nos últimos anos cerca de 20, 22% dos incentivos. Com tudo isso... E esses incentivos mesmos eram liberados com muito retardo, eram insuficientes para os projetos aprovados. De maneira que isso criou problemas. Mas mesmo com todos os problemas, o papel da Sudene no

Nordeste foi extremamente decisivo para evitar uma catástrofe.

M.Q. - O senhor falou em novos quadros. O senhor poderia dar alguns nomes? Só para finalizar.

R.A. - Já está na minha hora.

M.Q. - Então tá bom. Deixamos para a próxima.

R.A. - Bom, os nomes, tem muitos nomes. Tem muitos nomes aí. Um deles é o Chico Oliveira, que era um jovem - foi superintendente-adjunto do Celso - que mostrou que era uma promessa bem-fundada. Tem o Jader de Andrade... Enfim, muitos nomes.

P.R. - O Jader atualmente é secretário do Arrais.

R.A. - É secretário do Arrais. Um grande número de pessoas. Salmito mesmo, que foi depois superintendente. Uma turma brilhante. Uma turma boa.

M.Q. - Então, dr. Rômulo, muito obrigada por hoje. Voltamos na próxima.

4ª Entrevista: 14.06.1988

M.Q. - Dr. Rômulo, nós gostaríamos de fazer a nossa primeira pergunta com referência à Clan, de que o senhor foi um dos organizadores. Gostaríamos que o senhor nos dissesse como é que foi organizada a Clan, e quem tomou parte na organização da empresa junto com o senhor.

R.A. - A princípio, a Clan foi constituída com três grupos. Um grupo que era de uma organização chamada Empreendimentos da Bahia, que depois se transformou numa trade; um grupo de jovens empresários locais; e o nosso grupo, o grupo de técnicos. Quer dizer, o pessoal da Empreendimen-

tos também era um pessoal técnico, era um pessoal que já tinha trabalhado comigo em outros tempos, na Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, a CPE. É interessante, aliás, essa iniciativa da Empreendimentos. Porque a Empreendimentos correspondeu à realização pelo setor privado, uma associação de empresários e de técnicos que haviam trabalhado na CPE, da idéia que a CPE teve de criar uma sociedade financeira, a Cofinab, para mobilizar recursos, em associação com o setor público, para promover empreendimentos na Bahia.

M.Q. - O senhor falou no "nosso" grupo. Quem eram esses técnicos que o senhor mencionou?

R.A. - Bom, eram alguns elementos que inicialmente eu havia reunido. Por exemplo, um jurista eminente na Bahia, que se chamava Renato Bahia, o Walter Barreto... E havia alguns outros.

M.Q. - O senhor falou também de jovens empresários. Quais eram esses jovens empresários?

R.A. - Esses jovens empresários eram Sérgio Pedreira A. Cerqueira, Tourinho Dantas - está me escapando o primeiro nome dele -, Newton de Castilho... Esses eram os principais. Esse pessoal também estava reunido em torno de uma empresa de crédito imobiliário, a Casa Forte, que depois foi absorvida pelo Banco Econômico. Então, nós constituímos a Clan e me coube a presidência. Depois, esses dois grupos... Quer dizer, o grupo de empresários se afastou, ficou só no Crédito Imobiliário, mas muito chegado a nós. Depois, o grupo da Empreendimentos, tivemos relações flu tuantes. Mas afinal os dois grupos se afastaram. Mas nós chegamos a trabalhar muito juntos no planejamento do Cen-

tro Industrial de Aratú, CIA.

M.Q. — Que outros trabalhos a Clan desenvolveu, além daquele estudo para o pólo petroquímico e o do Centro Industrial, que já era da Empreendimentos, mas em que parece que a Clan participou, como o senhor falou?

R.A. — Bom, a Clan tem um grande número de projetos. Projetos situados na Bahia, situados em Sergipe, Alagoas, no Piauí, no Maranhão, no Espírito Santo. Projetos para o Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Enfim, um grande número de projetos. Projetos tanto para o setor público como para o setor privado. Mas o que era mais característico da Clan era ser uma consultoria que superava a consultoria econômica comum para ser uma empresa de promoção e participação. Quer dizer, com o cinto apertado dos técnicos, que realmente eram muito mal remunerados, se tentava capitalizar esse esforço, bancando os riscos pioneiros na elaboração de projetos. Se esses projetos dessem certo, era prevista uma remuneração percentual sobre o valor dos investimentos. E geralmente esse valor era recebido em forma de participação acionária. Quer dizer que a Clan tentou, sem capital, sem associação com um banco de investimentos ou qualquer coisa parecida, realizar realmente o papel de um verdadeiro banco de investimentos nesse particular, de promoção de negócios. Então, nesta função, ela realizou vários projetos. Inclusive os projetos do pólo petroquímico foram feitos quase todos nessa linha. Quer dizer, depois da consultoria inicial para definir a concepção, nós fizemos projetos de indústrias específicas. A partir, inclusive, da Central, nós fizemos um primeiro projeto chamado Petronosa.

M.Q. — Eu gostaria que o senhor falasse dessa Petronasa. Porque ela foi criada inicialmente pelo próprio governo da Bahia, não foi?

R.A. — Não, ao contrário. É o seguinte: como o governo hesitava, e nós estávamos convencidos de que havia oportunidade do pólo petroquímico, nós então elaboramos um anteprojeto de uma Central Petroquímica. Examinando as tecnologias possíveis na época, partimos para um projeto com a idéia de mobilizar grupos privados importantes que viessem depois a ter o apoio da Petroquisa e do BNDE.

M.Q. — Um deles era o Camargo Correia, não é?

R.A. — Aí tentamos o Camargo Correia. É preciso dizer que já nessa época a Clan tinha sido enriquecida com técnicos que trabalharam na concepção do pólo. Como sobretudo Sebastião Simões, que era o homem mais informado do ponto de vista da tecnologia petroquímica. Mas ao lado dele também o Bardi, Janine — hoje Janine Ferreira, naquele tempo tinha um outro nome de solteira que agora não me recordo.

M.A. — O senhor falou Bardi?

R.A. — Bardi. Luís Paulo Bardi.

M.Q. — Janine é mulher?

R.A. — É. Janine é mulher. Bom, e além disso também tínhamos elementos antigos da Clan, que trabalharam na Clan, como José de Freitas Mascarenhas, Hélio Macedo e Lícia Maia. Bem, alguns, um certo número. Eu tenho receio é de esquecer. Nessa ocasião também, nós já tínhamos feito a aquisição de novas figuras, como Carlos Lessa e Rui Formosinho de Sá.

M.Q. - O senhor falou primeiro no Simões. Como é o primeiro nome dele?

R.A. - Sebastião.

M.Q. - Sebastião Simões. De onde é que ele vinha? De que área?

R.A. - Sebastião Simões era um técnico que muito jovem teve muito sucesso. Ele é paraibano, mas começou em Recife, foi um dos conceptores da Coperbo, em Pernambuco, e depois foi para São Paulo. Quando nós fizemos o estudo sobre as possibilidades petroquímicas na Bahia, pegamos duas pessoas de São Paulo, Sebastião Simões e Alberto Hahn - que depois se mudou para Paris e mora lá. E Sebastião, depois de trabalhar como consultor para nós, se integrou à organização, até que passou para os quadros e foi ser diretor do Banco Econômico. Depois mudou-se novamente para Recife e foi diretor regional do Banco Econômico em Recife. Mais tarde deixou o banco, onde parece que faz parte de um conselho qualquer, e tem a sua própria empresa, que é a Agrofértil, juntamente com Paulo Figueiredo. Ele tem um recorde de iniciativas, é um homem extremamente genial, figura de primeira ordem.

M.A. - O senhor disse que a Clan funcionava como um banco de investimentos, não é?

R.A. - É. Entre parênteses. Não. Entre aspas, quero dizer.

M.A. - Entre aspas. Mas em que sentido? Ela tinha como agilizar recursos?

R.A. - Não. Mas ela fazia promoção de projetos, compreendeu? Era como se fosse uma sociedade de capital de risco.

Mas o capital de risco era com a poupança do nosso próprio trabalho técnico, que era muito mal remunerado, e a gente capitalizava ou supunha capitalizar. E então, nós absorvíamos os riscos pioneiros dos empresários. Quer dizer, até que as coisas se esclarecessem e que a viabilidade estivesse clara, o empresário não gastava nem um tostão. Nós é que gastávamos, nós é que investíamos.

M.A. - Com o dinheiro proveniente do salário?

R.A. - Com o dinheiro do nosso salário. Quer dizer, nós, em vez de recebermos cem, recebíamos cinqüenta. Entendeu?

M.Q. - Das retiradas.

R.A. - Das retiradas, pois é. Então, com isso, nós estávamos acumulando o quê? Em projetos.

M.A. - E quem pagava as pessoas que trabalhavam na Clan?

R.A. - Bom, pagava-se nos projetos que eram remunerados.

M.A. - Era a única fonte de recursos?

R.A. - Era a única fonte. O mais é o seguinte, uma pequena capitalização que nós fizemos. Eu, por exemplo, vendi uma casa e coloquei esses recursos na Clan.

P.R. - Não havia nenhuma participação de recursos públicos nesse caso?

R.A. - Não. Nenhum, nenhum. Puramente privado. Dos técnicos. Era um mutirão tecnológico. [risos] Se vocês quiserem material, pode ser que nos arquivos na Bahia a gente tenha. Há inclusive uma lista dos projetos feitos pela Clan.

M.Q. - Seria ótimo. Nós fizemos uma entrevista com o dr. Mário Bittencourt Sampaio,* que é uma das pessoas que

* Trata-se do dr. Mário da Silva Pinto.

criou a Consultec, que é uma firma de consultoria também. Mas que tem, pelo que eu vi, caráter muito distinto e orientação muito distinta da de vocês.

R.A. — Era muito diferente. Eu acho que a Clan foi uma das primeiras, umas das empresas pioneiras, em termos de assumir esses riscos de concepção e de promoção. Porque nós fazíamos também todo o trabalho de promoção, quer dizer, todo o trabalho de ligação com as fontes tecnológicas, com as fontes de financiamento e com os empresários. Então, fazíamos os casamentos. Creio que foi uma das entidades pioneiras no Brasil. Não sei de nenhuma outra que tenha feito isso. Agora, hoje já existem várias firmas. Em São Paulo existem várias firmas que fazem isso, mas com um respaldo financeiro enorme. A Brasilinvest, por exemplo, tentou fazer isso, mas como? Com recursos extraordinários e com uma remuneração muito alta, cobrando taxas elevadíssimas, com despesas muito grandes. E nós fazíamos na base da coisa franciscana.

P.R. — A SPE, do Américo Barbosa de Oliveira, não está nesse caso também não?

R.A. — SPL.

P.R. — SPL. Exatamente.

R.A. — Não, a SPL era uma consultora pura. Ela não fazia promoção, não tomava a iniciativa, não descobria projetos para... Quer dizer, ela fazia sugestões aos governos, não é isso? Isso ela fez, porque ela tinha gente imaginativa, experimentada, de maneira que fazia sugestões ao governo: "Estou te dando uma idéia. Eu vou fazer esse projeto para você." Mas o que nós fazíamos era o seguinte:

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

No caso do pólo petroquímico, nós fizemos o projeto da Central. Para viabilizar a coisa, nem momento em que o setor público estava fechado. Depois o setor público se abriu, em consequência, inclusive, desse trabalho que nós fizemos. Trabalho de promoção, de convencimento e tudo mais. E aí a Petroquisa assumiu a liderança do projeto e elaborou o projeto da Central. Mas nós partimos então para fazer o projeto da Politenó, o projeto da Polialden, o projeto da Deten, além de outros menores. Trabalhamos também no projeto da Fisiba, no projeto da... Não me recordo mais os outros. Mas esses três projetos foram projetos que saíram do nosso estaleiro. Inclusive, nós tivemos participação razoável em dois projetos, o projeto da Politenó e o projeto da Deten. Em consequência da...

M.A. - Da Politenó e da...?

R.A. - Deten, Detergentes do Nordeste. Que é uma das firmas mais bem-sucedidas do pólo petroquímico e onde não há nenhum capital estrangeiro. Onde o modelo tripartido não funcionou. Porque tentamos o modelo tripartite, mas o sócio estrangeiro estava querendo mundos e fundos, e nós chegamos à conclusão de que podíamos fazer sem ele. E fizemos sem ele.

M.A. - A Politenó também é tripartite?

R.A. - A Politenó é tripartite. É polietileno de baixa densidade. E a Polialden é polietileno de alta densidade. E aí nós fizemos uma coisa recorde: o casamento do grupo da Mitsubishi e do Banco Econômico no prazo de cinco dias. Nunca houve isso. Nós fazíamos o seguinte: examinávamos as várias fontes de tecnologia e escolhíamos a fonte mais interessante, tendo em vista a qualidade e o

custo da tecnologia. Então, nós consideramos que a Mitsubishi era a melhor fonte para polietileno de alta densidade. E fizemos um acordo preliminar com a Mitsubishi, mas para ela ficar em minoria. E aí procuramos empresários nacionais. Acontece que encontramos o Ângelo Sá - a gente já trabalhava um pouco com ele no setor público, ele já estava no Banco Econômico - que estava querendo entrar em petroquímica, e acreditou no negócio. E em cinco dias nós estávamos fechando aqui no Rio de Janeiro o acordo.

M.A. - É Ângelo de Sá Calmon?

R.A. - Ângelo Calmon de Sá.

M.Q. - Ângelo Calmon de Sá foi secretário de Fazenda do...?

R.A. - Foi secretário da Indústria e Comércio e da Fazenda do governo Luís Viana.

M.Q. - Ah, sim. Foi uma das pessoas também que depois, mais tarde, foi ser ministro, e...

R.A. - É. Foi ser presidente do Banco do Brasil e depois ministro de Indústria e Comércio, com Geisel.

M.Q. - Com Geisel. Isso deve ter sido muito importante para o próprio desenvolvimento, para a consolidação do pólo.

R.A. - É. Isso teve importância também. Ele teve um papel importante na Secretaria de Indústria e Comércio. E depois, nessas outras funções, teve influência.

M.Q. - Dr. Rômulo, por que a Camargo Correia, no caso da Petronosa, desistiu de investir?

R.A. - Bom, eu tive vários encontros com Sebastião Camargo. E Sebastião se entusiasmou pelo projeto. Chegou a nos autorizar a preparar os acordos. Então, eu trabalhei

com o Sebastião Simões e com... preciso me lembrar do nome... Carlos Luís de Andrade, que é um advogado, estava trabalhando em São Paulo, era muito amigo de Sebastião e depois se transformou num dos advogados mais importantes do sistema petroquímico brasileiro. Tem um escritório de advocacia importante aqui no Rio. Então, nós elaboramos, juntamente com gente de Camargo, as minutas. Ele disse que a gente fizesse isso e quando concluísse, se ele não estivesse em São Paulo, avisasse, que ele estaria em Bauru e um avião nos levaria a Bauru para assinar o negócio. Mas aí nada. Ele não estava em São Paulo e não tem deu instruções nem coisa nenhuma. Posteriormente eu procurei saber por que ele tinha roído a corda, e ele simplesmente disse que... Não me recordo bem a expressão dele, mas era mais ou menos querendo dizer o seguinte: "Os meus patrões acharam que não era uma boa."

M.A. - Quem eram os patrões?

R.A. - Os patrões dele eram os governos. O governo federal e o governo de São Paulo, que eram os grandes contratantes de obras com ele. Eles acharam que não entrasse nessa fria.

[FINAL DA FITA 6-A]

M.Q. - Bom, dr. Rômulo, em 67 o senhor também tem uma atividade pública, tem um cargo na Sudene. O senhor vai para a Sudene como representante do ministério...

R.A. - Representante do Ministério da Indústria e Comércio.

M.Q. - Exatamente.

R.A. — É que eu tinha voltado do exterior, e então, eu era funcionário do Ministério da Indústria e Comércio. E o ministro Macedo Soares, através de Zelina, que era seu chefe de gabinete, me convidou para ser assessor dele. Eu estava disposto até a tomar licença para desenvolver as atividades de consultoria. Inclusive porque o serviço público pagava muito mal, eu não podia me sustentar. Mas aí, o Macedo Soares pediu para eu ficar como assessor dele. E eu fiquei. Então, trabalhei com ele, e ele aí me convidou para ser o representante do ministério no conselho da Sudene.

M.Q. — O senhor conhecia o general...

R.A. — Consequências disso é que eu, que era diretor da Fisiba, deixei a diretoria da Fisiba, que estava se construindo.

M.A. — O que é Fisiba?

R.A. — A Fisiba é uma firma de fibras sintéticas. Foi uma das primeiras a se instalar na Bahia, antes mesmo do pólo.

M.Q. — Aliás, isso é interessante. Porque a partir de 65, uma série de empreendimentos isolados vão sendo organizados. Alguns projetos solados são aprovados naquele Grupo Executivo da Indústria Química. Acho que o da Fisiba também deve ter tido que passar por lá.

R.A. — É, alguns projetos sim. Muito poucos.

M.Q. — Mas eram unidades realmente concebidas isoladamente, sem...

R.A. — Isoladamente, na base de importar matéria-prima inicialmente. Que era a concepção de muitos. Começar importando matéria-prima. Quer dizer, começar a jusante e

e não a montante. O que caracterizou a concepção da Clan foi um pouco mudar isso, fazer o projeto integrado, começando a montante.

M.Q. — Mas voltando à sua nomeação para o cargo de representante na Sudene...

R.A. — É uma designação simples.

M.Q. — Pois é. Mas eu queria perguntar de que época o senhor conhecia o general Macedo Soares? Da época do governo Vargas?

R.A. — Ah, conhecia de tempos imemoriais. Porque acompanhava o Macedo Soares desde que ele projetou ou contribuiu para projetar a Companhia Siderúrgica Nacional. E depois, durante o governo Vargas, quando, através de uma negociação na Alemanha, o governo induziu a vinda da Mannesmann, colocou-se o problema da localização da Mannesmann. Então, por ordem do presidente, eu me encarreguei de estudar esse problema.

M.A. — Ah, o senhor?

R.A. — Então, constituí uma comissão composta do Macedo Soares, de Glycon de Paiva e... uma figura eminente, que era diretor do Instituto Nacional de Tecnologia. Depois eu me lembro do nome. Uma figura muito grande, uma figura eminente no campo técnico. E essa comissão...

M.Q. — Sílvio Fróes de Abreu?

R.A. — Não. Sílvio Fróes não. Foi sucessor do Sílvio Fróes, eu acho. Então, essa comissão examinou as três alternativas de localização - Minas Gerais, São Paulo e estado do Rio -, apresentou as razões para um e para outro, e o velho Getúlio foi quem designou Minas Gerais co-

mo localização, com o objetivo de descentralizar.

M.A. — Havia um objetivo econômico, mas político também.

R.A. — Tinha motivo político. A localização em Minas Gerais era uma localização justificável economicamente, desde que se melhorasse o transporte ferroviário. Então, o governo assumiu o compromisso de melhorar o transporte ferroviário, fazer umas adaptações lá, que não me recordo agora o que era, para viabilizar mais economicamente a localização. E assim o governo optou pela localização, e a firma aceitou a localização do governo.

M.A. — E foi muito importante para Minas, e Mannesmann?

R.A. — Foi muito importante. Porque é uma indústria siderúrgica especializada, fazendo tubos sem costura, que era uma coisa nova no Brasil. Uma introdução importante de tecnologia.

M.Q. — Como é que o senhor vê o general Macedo Soares como administrador?

R.A. — Eu acho que ele é um homem muito experimentado. Foi um homem que realmente realizou grandes coisas, cumpriu bem suas tarefas. A grande obra dele foi realmente Volta Redonda. E Volta Redonda foi implantada no figurino, muito bem. No meu julgamento, é uma coisa muito boa. Agora, não tenho detalhes, não é? Não posso avaliar em detalhes. Mas eu acho que ele foi uma grande figura deste país.

M.Q. — Porque tomamos um depoimento longo com ele, e realmente nessa parte de administração ele foi muito importante. Mas ele também tem uma faceta política, porque ele foi governador do estado do Rio, e nesse aspecto parece

que ele não foi muito feliz. Não sei se o senhor acompanhou esse...

R.A. — Acompanhei de longe. Não não posso ter, não tenho julgamento, não.

M.A. — É o Edmundo, não é?

M.Q. — O Edmundo Macedo Soares. Conseguiu se incompatibilizar com todos os partidos... [riso]

M.A. — Até com o seu padrinho.

M.Q. — Exatamente. [riso]

R.A. — Quem era o seu padrinho?

M.A. — O Amaral, não é?

R.A. — Ah, o Amaral Peixoto.

M.Q. — Exatamente. Bom, então, o senhor vai para a Sudene em 67. Como o senhor encontrou a Sudene?

R.A. — Bom, eu, que tinha participado do Conselho da Sudene na sua fundação, resolvi passar uma semana em Recife e conversar com todo o mundo e bispar tudo, compreendeu? E aí cheguei à conclusão de que o negócio estava crítico. E aí eu também cheguei à conclusão de que só se saía desse buraco se a Sudene passasse a uma atitude positiva, ativa, de planejar, sobretudo as indústrias de base que pudessem ser criadas na região. Eu acho que eu já contei a vocês essa história, não?

M.A. — Não. O senhor falou sobre Sudene aqui, mas o senhor falou sobre repercussões gerais para o Nordeste...

R.A. — Não. Como surgiu o problema, como surgiu. Eu acho que falei nisso quando falei como surgiu o pólo petroquímico.

M.A. — Como surgiu a Sudene? Sim, o senhor falou.

R.A. — Então, falei sobre isso. Então, daí, eu conversei com o Macedo Soares, o Macedo Soares me mandou conversar com Afonso de Albuquerque Lima, que era ministro do Interior, e aí, essa trama, eu já contei.

M.A. — Mas a Sudene estava crítica como, em 67?

R.A. — A Sudene estava crítica porque tinha perdido grande parte dos seus melhores elementos, que eram suspeitos de serem subversivos, e realmente tinha sido abandonada, porque as condições políticas que permitiram a Sudene não existiam mais. O que permitiu a Sudene com uma liderança forte de Celso Furtado foi o fato de que as frentes populares no Nordeste estavam ganhando as eleições. E o movimento sindical, o movimento operário estava muito ativo. Então, as forças conservadoras do Sul acharam que era preciso dar alguma solução no Nordeste, uma solução mais séria. Mesmo contra as oligarquias tradicionais do Nordeste. Eu acho também que eu já falei sobre isso.

P.R. — Não.

R.A. — Não falei, não? Pois é. Quer dizer, não houve nada explícito nesse sentido. Isso era a trama implícita no sistema de jogo político. O fato é que o Sul deu apoio, o novo Sul industrial e urbano deu apoio a a uma Sudene que era renovadora, senão revolucionária, no Nordeste. Agora, esses pruridos sociais no Nordeste, essas tentativas de subversão social no Nordeste foram aplacadas pela Redentora, pelo movimento de 64. Então, não havia mais razão do pessoal do Sul temer a subversão do Nordeste. Então, deixou de haver apoio político para a Sudene. A Sudene ficou apenas com as oligarquias tradicionais do Nordeste,

que apoiavam a Revolução de 64 e em que a Revolução de 64 se apoiava.

P.R. — Dr. Rômulo, quando Juscelino criou a Sudene...

R.A. — Agora... Deixa eu completar.

P.R. — Ah, pois não. Desculpe.

R.A. — Agora, entretanto, com Afonso de Albuquerque Lima no Ministério do Interior, a coisa melhorou. Porque Afonso botou na superintendência da Sudene o general Euler Bentes Meneses...

M.Q. — Monteiro.

R.A. — Bentes Monteiro. Que realmente deu um novo alento. Porque antes tinha havido um homem muito bom, que era João Gonçalves de Sousa, mas João Gonçalves não tinha peito político. E ele encontrou aquela situação crítica, não é? De maneira que ele amenizou, evitou massacres na Sudene e tudo o mais, cumpriu o seu papel muito bem, mas não tinha empuxo político. Enquanto o general Euler tinha. O general Euler então tentou reabilitar a Sudene. Mas a verdade é que a base política fundamental falhava. E depois, o general Albuquerque Lima saiu, e ele saiu também. Você ia perguntar?

P.R. — Eu ia perguntar o seguinte. Quando o Juscelino criou a Sudene, em 1960...

R.A. — Em 59. Em 58 foi o Codeno.

P.R. — É. Em 58 foi o Codeno. Mas a Sudene propriamente foi criada...

R.A. — Em 59.

P.R. — Exato. Todos os governadores do Nordeste eram udelistas. Quer dizer, eu presumo que tenha havido uma certa

isenção da parte do Juscelino, porque o senhor verifica: eram o Juracy na Bahia, o Flaviano Ribeiro Coutinho na Paraíba, o Cid Sampaio em Pernambuco, aquele outro... Dinarte Mariz, no Rio Grande do Norte. Agora, depois que veio o governo João Goulart é que nota-se que a Sudene entrou assim numa fase de certo enfraquecimento. O senhor presume que essa reação das forças conservadoras tenha sido resultante da vitória do Miguel Arraes em Pernambuco, em 1962?

R.A. — Olha, o Cid era udenista, mas tinha subido ao governo, numa frente popular.

P.R. — Com o apoio do PTB e dos comunistas, não é?

R.A. — Pois é. Isso aí fez uma mudança significativa. O Juracy também era uma figura que tinha subido num movimento popular importante. Quer dizer, a influência do voto urbano foi muito grande. De maneira que as coisas tinham mudado um pouco. Agora, não creio que no governo João Goulart tenha se enfraquecido, pelo contrário. Eu acho que a Sudene continuou forte.

P.R. — Ah, continuou forte.

R.A. — Continuou forte.

M.A. — Celso Furtado apoiava muito, não é?

R.A. — Celso Furtado, inclusive, passou a ser ministro do Planejamento. Ele acumulava o Ministério do Planejamento e a Sudene.

P.R. — É verdade. Vamos supor, o governo Goulart dava força à Sudene. Mas essa retração das forças conservadoras do Sul, no sentido de investir no Nordeste, independia...

R.A. — Isso foi depois de 64.

P.R. — Ah, depois de 64?

R.A. — É. A retração das forças conservadoras do Sul foi depois de 64, quando a Revolução aplacou os pruridos sociais, e então não havia mais necessidade de... Pelo contrário. Também a Sudene tinha feito um projeto de lei de irrigação que era uma primícia de uma legislação agrária no Brasil, e esse pessoal não acreditava ainda em reforma agrária. Como até hoje não acredita.

M.A. — Eu me lembro que o que se falava na época sobre a Sudene era uma coisa mais ou menos assim: que a Sudene não tinha viabilidade porque uma das suas propostas era industrializar o Nordeste, e o Nordeste não tinha mercado consumidor. Então, era simplesmente onerar o Sul. Na medida em que você ia comprar uma geladeira produzida em Recife, você teria que pagar o transporte, quando você a comprava aqui no Rio. Isso era um dos pontos que se levantava na época. Isso era realmente fundamental, essa coisa de mercado consumidor para os projetos do Nordeste?

R.A. — Olha, o Nordeste estava inserido, como está, numa unidade nacional. Não se podia pensar em mercado consumidor nordestino. Um dos erros da Sudene foi exatamente pensar em substituição de importações em nível regional. Não podia. Agora, é verdade que naquela época os transportes ainda eram muito limitados. Porque a própria Rio-Bahia não tinha sido completada. De maneira que você tinha uma certa segregação regional pela falta de transportes. Mas mesmo assim, você não podia fugir à pressão, à presença das mercadorias desenvolvidas no Sul. Então o Nordeste tinha que se desenvolver pela industrialização, porque não havia outra base. Quer dizer, a base agrícola era fraca.

A não ser com a irrigação, que exigia muitos investimentos e uma tecnologia que não estava dominada. Então, esse argumento do Sul era um argumento falacioso. Porque qualquer indústria no Nordeste só podia resistir se fosse competitiva, seja vendendo para o mercado local, seja vendendo para o mercado do Sul. O erro da Sudene, como eu disse, foi exatamente pensar nos projetos na escala do mercado regional. Porque o Nordeste estava aberto para receber, mas não se preparava para vender fora.

M.A. — E os preços eram competitivos em nível nacional?

R.A. — Tinham que ser, ou então a indústria fechava.

M.A. — Mas muitas indústrias não fecharam?

R.A. — Muitas indústrias fecharam, umas por isso, mas outras por outras razões. Porque as condições regionais eram condições muito incipientes ainda, em termos de economias externas. E, por outro lado, os projetos foram sacrificados pela falta de oportunidade, de desembolso dos recursos e incentivos nas épocas certas para os projetos. Então, os projetos até hoje são sacrificados por isso. Porque eles prevêem, por exemplo, uma implantação em três anos, mas os recursos só saem em seis, sete, e aí os projetos são sacrificados por custos administrativos e custos financeiros muito grandes. O maior fator de crise nos projetos do Nordeste é exatamente este. Agora, apesar disso, o número de projetos fracassados não é tão grande, comparado com o que ocorre em São Paulo, não.

M.A. — Não é muito maior?

R.A. — Não. Não é muito maior, não. É uma coisa correspondente. Quer dizer, fracasso em projetos existe em toda parte. Inclusive, uma das maiores indústrias químicas do

mundo fez um projeto que fracassou.

M.Q. - Qual? A Philip Petroleum?

R.A. - Não. A Union Carbide, em São Paulo. Fez um grande projeto, gastou quase cem milhões de dólares, e o projeto fracassou. Quer dizer que isso ocorre. E outros projetos. O grande projeto de celulose aí, que foi feito por uma empresa americana, fracassou. Não me recordo agora o nome dela.

M.Q. - Onde, no Nordeste?

R.A. - Não. Aqui no Sul.

M.A. - O seguinte, dr. Rômulo. O senhor é um homem de atuação nacional, mas é um homem do Nordeste, não é? Aquilo tem...

R.A. - Não, eu me transformei. Eu fui federal, depois passei a ser regional pela consciência de que era preciso enfrentar esse problema.

M.A. - E aquilo tem solução? Qual?

R.A. - Tem solução.

M.A. - Porque a gente fica aflita de falar no Nordeste!

R.A. - Tem solução. A solução é combinar uma estratégia de transformação com uma estratégia de sobrevivência. Quer dizer, na medida em que a estratégia de transformação ainda não atingir toda a área, você atuar com a estratégia de sobrevivência. O que é a estratégia de transformação? Isso é um pensamento meu, não é? Estratégia de transformação é basicamente a descentralização do processo de acumulação capitalista. Mas que existe pioneiramente a ação do Estado. Daí, a meu ver, o furo da política industrial e da estratégia de integração competitiva, na medida em

que induzem a um desarmamento do Estado brasileiro. Então, isso significa você desenvolver atividades no setor secundário, do tipo pólo petroquímico, pólo cloroquímico de Alagoas, a indústria de aço e de alumínio no Maranhão, quer dizer, indústrias de base. E, ao lado disso, todas as outras indústrias de transformação que sejam possíveis - por exemplo, dar preferência à indústria têxtil de confecção, que tem condições excelentes de localização no Nordeste. Ao lado disso, também, os investimentos na agricultura moderna, sobretudo irrigação, e nos serviços. Por que é que você bota tudo no Rio e em São Paulo, em termos de pesquisa, quando você podia descentralizar? Como outros países fizeram, como os Estados Unidos mesmo fizeram? Quer dizer, pode-se descentralizar. Se você tiver um mínimo de escala, você pode botar a Fundação Getúlio Vargas no Recife ou na Paraíba. Não tem que botar tudo no Rio e em São Paulo, entendeu?

M.A. - O senhor não acha que a reforma agrária é imprescindível para uma transformação do Nordeste? Ou só uma modernização da agricultura é suficiente?

R.A. - Não, eu acho que as duas coisas são concomitantes, são complementares. Eu acho que você tem que fazer reforma agrária, embora hoje ela não seja tão urgente como naquele tempo.

M.A. - Por que hoje não é tão urgente?

R.A. - Hoje não é tão urgente porque hoje o coeficiente de população rural é muito menor. Mas mesmo assim ainda tem o problema de pressão rural que requer a reforma agrária. Mas, ao lado disso, a agricultura capitalista.

P.R. - Dr. Rômulo, antes de 1930, o único organismo regio-

nal que existia no Brasil, pelo menos que se conheça, era a antiga Inspetoria...

R.A. - Federal de Obras contra as Secas.

P.R. - Federal de Obras contra as Secas no Nordeste. Os presidentes da República só conheciam Rio de Janeiro e São Paulo, dificilmente os presidentes se deslocavam para qualquer estado - eu não conheço nenhum presidente do Sul que tivesse conhecido o Nordeste. Quando veio a Revolução de 30 e o Getúlio assumiu o poder, realmente a gente sentia que houve uma preocupação, tanto nos atos dele como na atividade política que ele exercia, no sentido de integrar essas áreas ao território nacional. Foi o primeiro presidente realmente que não só conheceu todo o Brasil, como também começou a plantar organismos regionais em todas essas áreas, no sentido de facilitar o contato delas com o governo federal. E no segundo governo muito mais, o senhor mesmo é testemunha disso. Mas o senhor acha que esse processo de industrialização que foi tentado na Bahia, por exemplo, pelos governos de depois de 64, também caminhou no sentido da filosofia getuliana, vamos dizer assim?

R.A. - Eu acho que sim, acho que sim. Acho que a filosofia getuliana é a filosofia de desconcentração. E então, tudo o que se fez com a Sudene é uma coisa que estava na filosofia. Inclusive, a própria Sudene foi criada como? Foi criada por injunção de um grupo de trabalho promovido pelo Banco do Nordeste e apoiado pelo ministro Lucas Lopes. Mas foi uma coisa que surgiu do Banco do Nordeste. Então, tudo tem um encadeamento, não é?

P.R. - Mas há um outro problema. Muitas coisas mudaram no Nordeste, realmente. O Nordeste hoje, por exemplo, é

uma região onde as estradas são todas asfaltadas e os sistemas de telecomunicações aqui para o Sul são perfeitos.

R.A. — Todas não. Mas as estradas básicas, sim.

P.R. — Mas em grande parte, não é? Quer dizer, a fisionomia...

R.A. — Mas ainda há muita falta. Por exemplo, a Bahia e o Maranhão são estados subestruturados, sub-infra-estruturados. A deficiência é muito grande. Por exemplo, você não chega a Paulo Afonso de Salvador por estrada pavimentada. Tem um trecho lá que tem anos... A própria estrada Bahia-Feira passou vinte anos para ser feita. E as estradas do sertão não existem. Ainda não existem. A não ser em Paulo Afonso, você só tem uma ponte sobre o rio São Francisco.

P.R. — É aquela de Propriá-Colégio?

R.A. — Não. A de Propriá-Colégio é a jusante.

P.R. — É. É Alagoas-Sergipe.

R.A. — Mas eu digo, no estado da Bahia só tem uma ponte no rio São Francisco, que é a ponte de Botirama.

P.R. — Então, o senhor admite que essas falhas, vamos dizer assim, é que são as responsáveis básicas pela continuidade desse clima de tensão social que existe no Nordeste?

R.A. — Exatamente. A insuficiência de investimento, a descontinuidade de políticas, o fato de que o Finor* não recebe os recursos suficientes em tempo e não os despende também na oportunidade mais apropriada à eficiência da

* Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR.

implantação dos projetos... A falta de infra-estrutura. Por exemplo, as estradas-de-ferro são miseráveis, não é? Quer dizer, a Rede Ferroviária não investe no Nordeste nem 5% que investe no Brasil todo, entendeu?

P.R. - Então, ainda hoje há uma certa marginalização do Nordeste dentro da vida nacional.

[FINAL DA FITA 6-B]

R.A. - Sim, eu acho que há. Eu acho que há uma marginalização do Nordeste na vida nacional. Quer dizer, o Brasil desenvolvido, o Brasil província européia - São Paulo, sul de Minas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, e agora já está começando o Espírito Santo - esse Brasil não acredita no Nordeste. Em primeiro lugar, não acredita. E considera que o problema do Nordeste é um problema residual a ser resolvido com assistência social. Essa é que é a atitude. É assistência social quando o Brasil for rico. Então, é uma situação terrível. Eu mesmo sofro essa condição de marginalização no Nordeste. Uma vez eu estive numa reunião, acho que foi na conferência de Araxá. Então, um rapaz de Minas falava sobre o êxodo, de todo o mundo querer vir para o Rio, não sei o quê. E aí, um gaiato lá na platéia disse: "O meu amigo está falando isso, mas foi o primeiro a sair de Minas e ir para o Rio." Ele aí respondeu assim: "Bem, eu me formei e morava em Minas. E aí vi que todo o mundo que ficava lá, ficava esquecido. E o pessoal que ia para a corte, mesmo sendo às vezes gente de menor categoria intelectual, estava aparecendo, e estava dando soluções, estava arranjando suas mamatas, e tal. Eu então tomei a cautela," diz ele, "de também me trans-

ferir para lá." Foi uma gargalhada geral. E eu fiz o contrário. Eu me transferi para o Rio à procura de emprego muito cedo, e depois de conseguir um certo sucesso no âmbito federal, cometi a imprudência de me mudar para o Nordeste. Então, eu sofro. Eu sofro isso no sistema de comunicações. Quer dizer, o pessoal não dá atenção a quem fala do Nordeste. Simplesmente não dá atenção. Se a gente levanta uma argumentação muito forte a respeito de determinadas teses que interessam à economia da região européia do Brasil, o sistema de comunicações simplesmente não dá vazão a isso. Ainda agora, na Folha de São Paulo, eu verifiquei isso, porque dei uma entrevista semana passada, e eles puseram apenas o seguinte: "Embora apoiando a estratégia de integração competitiva, o diretor fulano de tal levantou umas dúvidas." Mas somente isso. Quer dizer, não botou as dúvidas, não explicitou as dúvidas nem nada. E isso é geral. O Globo, por exemplo, eles pediram uma entrevista, e depois O Globo não publicou. Fez uma referência assim vaga. Porque era uma tese que não interessava. Não sensibiliza, entendeu?

M.A. — É. O Ibope do Nordeste é muro de lamentações.

R.A. — Exatamente.

M.A. — É para mostrar miséria, é um horror, não é?

R.A. — O que, aliás, é ajudado pela política dos grupos oligárquicos tradicionais.

M.A. — Exato. Eles vivem disso, não é? Vivem da seca, da miséria.

R.A. — Vivem disso, é claro. E vivem disso por quê? Porque o Estado, quer dizer, os pequenos favores do Estado são importantes para resolver situações pessoais imediatas

dos eleitores e deles próprios, dos seus apaniguados. Enquanto que as soluções estruturais são soluções que não atendem a objetivos imediatos deles, e pelo contrário, tendem a retirar o poder tradicional deles. Daí o fato de que o apoio político para você ter um desenvolvimento realmente eficiente no Nordeste depende muito das massas urbanas e da nova burguesia industrial do Sul do país. O que houve durante o projeto do Banco do Nordeste, que a oligarquia queria dividir em 18 bancos, praticamente, com complicações de cotas por estados, e não sei o quê e tal: foi o apoio de alguns governadores nordestinos e do pessoal do sul que permitiu que se derrubasse, que o presidente da República fizesse um veto a essas emendas.

P.R. — Isso que o senhor acabou de falar, o Gilberto Amado acentua muito bem no livro dele, A presença na política, onde ele cita exemplos assim: o eleitor de Sergipe não é igual ao eleitor de São Paulo. O eleitor do Rio Grande do Norte não é igual ao eleitor de Minas. Então, o político do Nordeste, para ter projeção federal, tinha que se agregar ou à política mineira ou à política paulista. Era o caso dele, por exemplo, que tinha como padrinho o Raul Soares, que era presidente de Minas. Ele coloca isso muito bem. Agora, existe um outro detalhe também que me parece fundamental. As oligarquias nordestinas muitas vezes não esquecem a sua própria região para se aliarem a interesses do Sul?

R.A. — Bom, isso aí é uma questão de ponto de vista, não é? Porque realmente eles procuram defender reivindicações regionais. Mas o que são as reivindicações regionais para eles? São aqueles projetos que possam dar contratos aos amigos, que possam dar benefícios aos seus

apaniguados, que possam atender os seus pequenos distritos, e não soluções estruturais. Agora, por outro lado, com a fraqueza que eles têm, fraqueza econômica e política, eles procuram se aliar ao Sul. Isso aí é uma coisa normal, que se procurem aliar no jogo da cena política.

M.A. — A saída para o Nordeste não podia ser uma nova Confederação do Equador? [risos] Eu li esses dias na Veja um artigo propondo isso. É! Eu li um artigo na Veja propondo isso. Achei interessante.

R.A. — Artigo de quem?

M.A. — É aquela "Carta ao leitor". Já tem uns dois, três meses que saiu.

R.A. — É o Herbert Ramos, não?

M.A. — Não, foi no "Ponto de Vista", na última página.

R.A. — Herbert Ramos?

M.A. — Não sei.

R.A. — É um industrial de Pernambuco que defende essa tese. Essa tese tem alguns adeptos. Mas isso é você tentar contrariar a história, não é? A história é outra...

M.A. — Mas às vezes tem que contrariar, não tem?

R.A. — Tem que contrariar, mas com a pena de você perder, não é? De você sacrificar as oportunidades do futuro. Muitas loucuras se fazem contra a história. Mas a história mostra o seguinte: que hoje você tem que conciliar o autogoverno local com as grandes áreas de poder, as grandes áreas econômicas. Isso é que é hoje o sentido da história, o sentido do processo democrático moderno, do processo tecnológico moderno. Você aumenta o autogoverno local, a autogestão, até, dos governos locais e tudo o mais, mas você

tem um grande governo, uma grande área de espaço econômico aberta. Inclusive um homem com a lucidez de Celso Furtado chegou, num momento de desespero, eu suponho, a propor isso, que o Nordeste fizesse um programa de pequeno e média empresa para o mercado regional, defendendo esse mercado regional - que corresponde economicamente a essa Confederação do Equador. Ora, isso é contra a história, isso não dá certo. Em primeiro lugar, não é praticável. Em segundo lugar, condenaria definitivamente o Nordeste a ser uma área defasada em relação ao resto do país.

M.A. - Mas já é, não é?

R.A. - Já é, mas a gente tem que superar isso, tem que superar isso. Você tem é que descobrir qual é o potencial que o Nordeste tem. Inclusive o potencial de localização. Numa economia que se volta para o exterior, a localização do Nordeste é excepcionalmente favorável. Agora, além disso, você tem oportunidades. O problema é você dar prioridade a desenvolver essas oportunidades no Nordeste, entendeu?

P.R. - A gente supõe que ocorreu no Brasil um fenômeno mais ou menos parecido com os Estados Unidos - a diferença é que lá o Norte ganhou a guerra e aqui quem ganhou foi o Sul. Porque no tempo do Império, o senhor verifica, por exemplo, que todos os ministros da Fazenda, os primeiros-ministros, os postos importantes eram ocupados por políticos da Bahia ou de Pernambuco. Quando veio a República, houve apenas um presidente do Nordeste, que foi o Epitácio Pessoa, e assim mesmo por uma questão puramente...

R.A. - Porque era vice-presidente.

M.A. - Não...

P.R. — Porque morreu o Rodrigues Alves, e precisavam de um presidente para fazer aquele tampão. E ele tinha brilhado na Europa, na Conferência de Haia, então ele veio. Foi um caso puramente eventual. Mas o resto era São Paulo, Minas, aquele revezamento constante. Quer dizer, o Nordeste não ocupava quase nenhum ministério. Raramente havia um político nordestino ocupando uma pasta importante.

R.A. — É. Houve esse esvaziamento histórico no Nordeste. Ainda no século passado, apesar da economia cafeeira ter desenvolvido mais o Sul, você ainda tinha a tradição demográfica e cultural do Nordeste. A Bahia ainda era o estado mais importante do ponto de vista eleitoral, ao lado de Minas, Pernambuco também. Então, você tinha um grande prestígio político do Nordeste, residual.

M.Q. — Dr. Rômulo, o senhor falou em empresários modernos. Voltando lá ao nosso assunto do pólo petroquímico, é exatamente isso que vocês vão procurar no Sul, não é: os empresários modernos para se associarem, junto com o capital estrangeiro, para formar as empresas que vão montar o pólo petroquímico.

R.A. — É. Nós estávamos procurando empresários que fossem capazes de tomar decisões e que tivessem um mínimo de recurso para aplicar.

M.Q. — E como é que era essa... Quem vocês contactaram, em que área, principalmente, vocês encontraram apoio para essas idéias? O senhor já citou a Camargo Correia, a empreiteira. Que outras áreas do empresariado nacional se interessaram em investir nessa área do pólo? Mesmo aqueles que inicialmente se interessaram e depois recuaram.

R.A. — No primeiro momento, somente um grupo do Sul se interessou realmente pelo pólo: foi o de Celso da Rocha Miranda. Fora daí, nós fizemos alguns contactos, mas não tivemos resposta. Então, procuramos os grupos baianos. Quer dizer, havia um grupo que já estava no assunto, independente da Clan e antes até da Clan, talvez, que era o do Clemente Mariani. Mas que tinha uma concepção diferente, quer dizer, de começar a jusante. Começar com projetos a jusante e se limitar ao ramo do benzeno.

M.Q. — Mas aí, então, nós temos nesse processo a criação da Petroquisa. Mais um pouco adiante vai ser criada a Petroquisa, que vai ser muito importante na implantação do pólo petroquímico, vai entrar bastante nessa área. Quer dizer, o Estado, progressivamente, vai assumir um papel decisivo na associação, na formação do tripé. Eu gostaria que o senhor reconstituísse para nós toda essa luta para a concretização do pólo. As disputas políticas, principalmente a oposição à idéia dentro do próprio governo federal. Os ministros, por exemplo, como Dias Leite, Delfim Neto, Pratini de Moraes e Costa Cavalcanti, eu acho que eram contra a idéia do pólo.

M.A. — Só complementando a pergunta dela, aí o senhor já podia dar um toque na seguinte questão: os governos militares, com todo aquele ideário de país grande, progresso, não sei o quê, eles facilitaram ou inibiram essa coisa que a Maria Ana falou?

R.A. — Isso foi variável, não é, conforme o titular. O fato é que havia uma grande indisposição contra o projeto do pólo petroquímico da Bahia porque parecia um projeto perturbador do intento de se implantar a Petroquímica

União. Naturalmente, o grupo ligado à Petroquímica União procurava explorar essa resistência.

M.Q. — Roberto Campos também era ligado ao grupo Capuava, não?

R.A. — Roberto Campos... Eu não me lembro, sabe. Não me lembro nessa época Roberto Campos como estava. Mas não foi relevante a presença dele não, nesse episódio. Talvez ele já estivesse na Inglaterra, sei lá.

M.Q. — É. Eu acho que sim. Ele saiu do Ministério Extraordinário de Planejamento e...

R.A. — Saiu, mas foi para um banco, não é...

P.R. — Foi o Fininvest? Não. É...

R.A. — Não foi o Unibanco?

P.R. — Ele não saiu junto com o José Bonifácio Coutinho Nogueira? Não fundaram um banco? O Brasilinvest, uma coisa assim?

R.A. — Não. Brasilinvest é de Garnero. Ele é Banco União, que é hoje o Unibanco.

P.R. — Unibanco. Moreira Sales.

R.A. — Moreira Sales e... Ele aí foi liderar esse grupo. Ele não foi importante no caso. Mas o fato é o seguinte: é que havia uma resistência muito grande no governo. Com exceção de Geisel, na Petrobrás, e de Marcos Viana, no BNDE.

M.Q. — É, mas isso depois, não é? Porque nos primórdios nem Geisel nem Marcos Viana estavam no governo federal. No período de 67 até 69, quando o Geisel vai para a Petrobrás e o Marcos Viana assume o BNDE. Até então...

P.R. — Era o Costa Cavalcanti o ministro nesse período.

M.Q. — Do quê?

P.R. — Das Minas e Energia

M.Q. — Exatamente. Que era opositor.

R.A. — Era opositor, porque eles estavam muito de acordo com o projeto do pólo petroquímico União. Então, havia uma grande resistência.

M.Q. — Como é que foram essas manobras do grupo de Capuava para impedir o andamento do projeto do pólo petroquímico da Bahia?

R.A. — Bom, o grupo Capuava tinha uma penetração enorme em todos os círculos federais. E tinha um grande poder. Inclusive levava o pessoal da bancada baiana, quase toda semana havia excursões de Brasília a São Paulo para ver os projetos da União e para convencer de que era uma loucura o negócio da Bahia, uma fantasia. Nesse negócio até Antônio Carlos Magalhães foi envolvido. Tanto assim que no começo, quando ele foi escolhido, não acreditava no negócio, e eu tive que convencê-lo, juntamente com Mascarenhas.

M.A. — Quando ele assumiu?

R.A. — Não. Quando ele foi escolhido governador da Bahia. O governador Luís Viana Filho me chamou e disse: "Você topa conversar com Antônio Carlos?" Eu disse: "Apesar do desprazer, eu topo." [risos]

M.A. — Antônio Carlos era secretário, então?

R.A. — Antônio Carlos era prefeito ou tinha sido prefeito. E foi escolhido governador. E Antônio Carlos não acreditava. Porque ele me disse que Antônio Carlos disse que não acreditava naquilo. De fato, Antônio Carlos tinha

dados uma entrevista citando os objetivos do governo dele e não citou em nada o pólo petroquímico.

M.A. — Mas o Antônio Carlos, era uma questão ideológica dele, privatista, ou ele tinha interesses objetivos aí?

R.A. — Não. Não. É porque ele foi convencido pelo pessoal da União de que aquilo era uma fantasia, não dava certo. Tanto assim que ele se convenceu — ele é um sujeito inteligente — de que o pólo ia mudar qualitativamente a Bahia, e ele ia ficar responsável de não dar apoio, passou a dar apoio e convidou o Mascarenhas para ser secretário. José de Freitas Mascarenhas, que era colaborador nosso, era diretor também da Clan.

M.A. — E efetivamente o pólo teve esse papel transformador de que o senhor o convenceu?

R.A. — Teve. Está tendo. Não teve mais porque ele já se implantou durante o período de recessão, quer dizer, logo que ele se implantou, chegou a recessão no país. E, por outro lado, os governos do estado não trataram de criar condições para internalizar na região os benefícios do pólo mais do que eles ocorreram espontaneamente.

M.A. — O pólo está voltado para os outros estados? Quer dizer, a produção do pólo?

R.A. — Bom, o pólo vende mais para fora do que para dentro.

M.A. — Para fora do país? Ou para fora do estado?

R.A. — Não. Ele vende para fora do estado. Agora, também, quando há crise, ele vende para fora do país. As exportações aumentam quando há crise no mercado interno. Como agora, como durante o período de crise de 81 a 85.

M.A. — Agora, não é um tipo de indústria que envolva muita mão-de-obra, não é?

R.A. — É um tipo de indústria que envolve gente mais qualificada. Mas que tem um grande impacto, no sentido empregador, indiretamente. Inclusive através do fisco, quer dizer, do ICM. Porque o pólo, por exemplo, da Bahia, elevou de cerca de 1/3 a receita do ICM. Assim de pancada, em dois, três anos. Então, foi um impacto incrível.

P.R. — E ele pode também funcionar como indústria de germinação, provocar o aparecimento de outras indústrias dependentes dele, não é?

R.A. — Exatamente. Isso não ocorreu em maior... Isso está ocorrendo. Mas não ocorreu em maior escala e com maior rapidez porque houve a recessão no país e, por outro lado, os governos estaduais não tomaram medidas para viabilizar isso.

M.A. — Mas o senhor atribui isso à crise econômica ou...

R.A. — A crise econômica foi um fator. O outro fator foi a inópia política.

M.Q. — Eu queria que o senhor falasse da importância do apoio do ministro Reis Veloso ao plano do pólo petroquímico.

R.A. — Não, o ministro Reis Veloso já foi numa fase posterior. Foi no governo Geisel. Antes do governo Geisel, ele não tinha um papel importante, porque ele era do IPEA.

P.R. — Não, ele foi ministro do Médici também.

R.A. — Foi ministro do Médici? De quê?

P.R. — Foi. A mesma pasta do Geisel. Só que mudou de nome: passou a ser Seplan, no governo Geisel, e no governo

Médici era Ministério do Planejamento. Mas ele era ministro. Ele foi do IPEA no Costa e Silva. Ele sobreviveu no...

R.A. - Está bom. Não, o certo é que ele... Mas eu só fixei a importância do apoio dele durante o governo Geisel. Onde o próprio Geisel era o homem que já vinha do governo Médici dando apoio a essa idéia. Enquanto na Petrobrás, não é? Eu acho que durante o governo Médici, o Veloso era uma figura...

P.R. - Secundária.

R.A. - Secundária, discreta, tímida, não enfrentava os Delfins, os Dias Leite e...

P.R. - É. [riso]

M.Q. - Aliás, é interessante que quando o Geisel foi assumir a Petrobrás - não sei qual foi o entrevistado que disse isso - uma das exigências que ele fez foi de que o ministro Dias Leite não palpitasse na gestão dele na Petrobrás. E a Petrobrás, nesse período, ganhou uma autonomia muito grande. Até porque houve a reforma administrativa, e a Petrobrás ganhou uma administração mais gerencial nesse período, menos controlada.

M.A. - Era ministro das Minas e Energia Dias Leite.

M.Q. - Era ministro das Minas e Energia. Então, eu queria que o senhor falasse desse apoio do Geisel, no período em que ele é presidente da Petrobrás, ao projeto da Bahia.

R.A. - Bom, ele realmente deu apoio. A princípio era o general Levy. O general Levy atendeu...

M.Q. - General Levy Cardoso.

R.A. - Levy Cardoso. O general Levy atendeu a um apelo

do governo da Bahia e concedeu uma pequena colaboração financeira para a elaboração dos estudos iniciais. Mas isso não teve maior impacto. Mas depois, o general Geisel deu apoio com mais firmeza. Porque inclusive o diretor industrial da Petrobrás era Leopoldo Miguez de Melo, que foi um dos nossos consultores na concepção do pólo. E sob Leopoldo estava Otto Perrone, que foi talvez o mais ativo consultor na concepção do pólo. E o Geisel realmente mostrou muita sensibilidade e foi muito efetivo nisso. De maneira que já durante o governo de Luís Viana, na Bahia, ele aceitou a idéia de fazer uma comissão mista do estado da Bahia com a Petrobrás. Eram o Leopoldo Miguez e o Otto Perrone pela Petrobrás, e o secretário Ângelo Calmon de Sá e eu pelo estado da Bahia. E então, nós atuamos no sentido de viabilizar. Quer dizer, esse apoio foi importantíssimo.

M.Q. - Agora, eu li numa entrevista que o senhor deu que o senhor mesmo foi quem negociou o apoio na área militar, no SNI. Eu queria que o senhor contasse esse episódio.

R.A. - Bom. Com essas resistências que havia durante o governo Médici, a gente procurou apoio na área militar. Porque a área militar também apoiava o projeto da Petroquímica União.

M.A. - Da Petroquímica União?

R.A. - Sim, apoiava.

M.A. - Mas eles são tão estatizantes...

R.A. - Não. Inclusive, a Petroquímica União não promoveu a criação da Petroquisa para lhe dar apoio a reboque? Aquilo era um projeto nacional importante, e tal. Bom, então, nós procuramos ver como era possível isso. Como era pos-

sível contornar, penetrar nos gabinetes militares, particularmente na área militar mais diretamente vinculada ao Médico.

M.Q. - Linha dura.

R.A. - Que eram o assessor especial, Manso Neto - é Manso Neto?

M.Q. - Exatamente. Coronel Manso Neto.

R.A. - Coronel Manso Neto, que era um homem de muita importância, assessor especial do presidente, e o Conselho de Segurança Nacional. Bom. A minha secretária, chamada Estela Garrido, tinha sido companheira de colégio da mulher [riso] de um comandante de mar-e-guerra, que era subchefe lá da Casa Civil do... O hoje almirante Murilo Sousa Lima. Então, ela me apresentou a essa senhora, e, através dela, eu fui ao marido, Murilo. O Murilo ouviu, se sensibilizou, e tal, e me apresentou ao Manso, e também ao coronel Otávio Costa.

[FINAL DA FITA 7-A]

M.A. - O senhor foi apresentado ao Otávio Costa.

R.A. - Otávio Costa. Então, Otávio Costa ouviu, e tal, achou interessante a tese e disse: "Olha, mas esse negócio não é comigo, sabe. Você tem que conversar com o Manso. E com o Conselho de Segurança." Fui conversar com o Manso. O coronel Manso Neto me concedeu longas entrevistas, conversamos bastante, e acredito que ele se convenceu da nossa posição. Aí, no final da conversa, ele disse: "Eu vou promover uma reunião dos ministros interessados com o senhor." Essa reunião não houve. Não houve, e a

explicação é que eu era uma pessoa muito ligada aos governos passados. [riso] Mas ele atuou. Ele conversou com o general Médici. Depois, eu falei com o secretário executivo do Conselho de Segurança Nacional, coronel Seroa da Mota.

M.Q. — Qual é o nome?

R.A. — Seroa da Mota. Essa gente, nunca mais eu soube deles. Não sei onde é que anda. Mas eles atuaram muito bem. Então, o coronel Seroa ouviu e depois me organizou um grupo de quatro oficiais, dois do Exército, um da Aeronáutica e um da Marinha, cujos nomes agora não me ocorrem, e esse grupo ficou... Quer dizer, eu trabalhei com esse grupo durante dois dias. Foi um interrogatório exaustivo.

M.A. — Eles interrogando o senhor.

R.A. — Eu expondo e eles me interrogando. Então, eles chegaram à convicção de que, em primeiro lugar, havia possibilidade técnica de localização na Bahia; havia potencial de mercado, posto que a coisa não ia sair logo imediatamente após o [inaudível], tinha uma certa defasagem; e havia um interesse estratégico muito grande de descentralizar. Porque eu mostrei que tudo ficando em Cubatão, era um alvo ótimo para os inimigos.

M.Q. — Mas esse foi um ótimo argumento militar. [risos]

R.A. — Pois é. O argumento militar foi decisivo. O certo é que isso funcionou muito bem, e o general Médici chegou na praça pública em Salvador e falou no pólo petroquímico. Ainda no governo Luís Viana.

M.Q. — Exatamente. Em maio de 70, não foi?

R.A. — Aí você me aperta, porque negócio de data precisa

eu não tenho, não me lembro.

M.Q. — Mas eu tenho aqui. Foi sim. Mas mesmo assim, nesse período, esse discurso favorável do Médici ainda não foi uma coisa que garantisse, não é?

R.A. — Não, não foi, não. Daí vem o apoio, dentro do governo, do...

M.Q. — Do Geiquim? Do CDI?

R.A. — Não. Apoio era basicamente do Geisel e do Marcos Viana. Dentro do governo...

M.A. — Marcos Viana era o quê?

R.A. — Era presidente do BNDE. Sendo que o mais importante, obviamente, era do Geisel, que era o presidente da Petrobrás.

M.Q. — Essa discussão toda, me parece, ela vai...

R.A. — E aí vem uma mudança de posição também, lenta, do ministro da Indústria e Comércio, o Pratini. Porque Pratini e Candal surgiram com uma idéia de fazer uma revisão do estudo, através do Instituto Francês de Petróleo.

M.A. — Revisão do estudo do senhor?

R.A. — Quer dizer, revisão do estudo da concepção, através do Instituto Francês de Petróleo. Agora, acontece que estava no Instituto Francês de Petróleo o Alberto Hahn, que tinha trabalhado conosco. De maneira que foi uma coisa que teve um papel de protelar por um ano ou um pouco mais a implantação das medidas executivas, mas teve um papel também de prestigiar a idéia. Através de uma visão externa, se mostrava a consistência da idéia, não é?

M.Q. — Agora, se disse que essa medida de contratar o Ins-

tituto Brasileiro de Petróleo seria uma coisa que daria tempo ao tempo, que a Petroquímica União consolidaria a sua posição, o projeto dela sairia primeiro, e que isso era uma manobra para que não saísse o projeto da Bahia.

R.A. — Isso era certo. Era uma manobra protelatória para frustrar ou para retardar, não é?

M.Q. — Então o Pratini de Moraes não estava assim tão... [riso] Estava mudando, não é, mas não estava tão convicto, talvez. Bom, então, essa luta toda, pelo que eu pude ver - e já existem alguns estudos a respeito - ela vai se internalizar no Conselho de Desenvolvimento Industrial, onde existem vários órgãos representados, como o BNDE, como a Petrobrás, e vários outros órgãos do governo. E lá estavam Belotti, se não me engano estava o Candal também. Vários outros que já...

R.A. — Candal era o chefe da assessoria do Pratini. Candal depois se convenceu e se tornou um dos arautos. Mas depois do negócio muito evoluído.

M.A. — Arauto de quem?

R.A. — Do pólo. Ele hoje é um dos consultores mais importantes do pólo.

P.R. — É o Candal da Fonseca?

R.A. — Artur Candal da Fonseca. Quer dizer, não é o general. É um primo do general que é economista, um rapaz brilhante.

M.Q. — Bom. E o senhor acompanhou essa discussão dentro do CDI?

R.A. — Nós acompanhamos sim, acompanhamos isso. Depois, isso já aconteceu durante o governo Geisel, quando as coi-

sas estavam com sinal verde.

M.A. — O senhor sentia que o general Geisel efetivamente era uma pessoa interessada nessa questão energética, nessa questão de petróleo?

R.A. — Sem dúvida. O general Geisel tinha tradição nisso, porque ele tinha trabalhado no Conselho Nacional do Petróleo, tinha representado o Estado-Maior do Exército no Conselho Nacional do Petróleo, e...

M.Q. — Foi superintendente de Cubatão, durante um período.

R.A. — ...e durante o período do Conselho do Petróleo, ele foi companheiro de Jesus Soares Pereira, fizeram um grande relacionamento, não é? O bloqueio da ampliação da refinaria de Capuava foi parecer dele com Jesus. E depois ele foi superintendente de Cubatão.

M.Q. — Aliás foi antes. Foi em 55. Foi um pouquinho antes, foi numa crise lá.

R.A. — Foi em 55, é? Está bom.

M.A. — E o Figueiredo? Quando passa para o Figueiredo, o senhor sente alguma diferença?

R.A. — Não, quando entrou o Figueiredo já o negócio estava consolidado.

M.Q. — Em 76 o pólo já estava...

M.A. — O general Figueiredo teve uma atenção especial por esse...?

R.A. — Não. Que eu saiba não teve nenhuma participação.

M.Q. — Agora, eu li também uma entrevista em que o senhor diz que o momento em que o projeto do pólo petroquímico se consolidou foi exatamente o momento em que saiu a Resolu-

ção 203 do CDI, de 71, que marcou mais ou menos uma conciliação de interesses entre o pólo de São Paulo e o pólo do Rio de Janeiro.* Porque se decidiu o seguinte: o pólo de São Paulo sairia, inclusive seria ampliado, e também sairia o da Bahia. E se estabelecia também uma concepção - que aliás eu gostaria que o senhor me explicasse como era - que era a seguinte: estabelecia-se que as unidades consumidoras de olefinas localizar-se-iam inicialmente em São Paulo. E no Nordeste ficariam localizadas nesse período as consumidoras de aromáticos. E que isso aí resolveria o problema entre São Paulo e Bahia. O senhor podia explicar um pouquinho como era essa acomodação? Se isso realmente era uma realidade?

R.A. - Não, é que os produtos derivados de uma refinaria petroquímica, de uma unidade petroquímica, são sobretudo, basicamente, as olefinas - quer dizer eteno e tolueno, butadieno - e as aromáticas - benzeno, xileno e tolueno. Aliás, eu confundi. Porque no primeiro grupo é... Está me escapando agora.

M.A. - Nós não podemos ajudá-lo. [riso]

R.A. - Eu falei em tolueno no primeiro grupo. Tolueno é no segundo grupo.

M.Q. - Na verdade são os petroquímicos de primeira e segunda geração, não é isso?

R.A. - Não, esses aí são da primeira geração. Esses são da primeira geração porque são da central petroquímica. Agora, acontece...

* Entre o pólo de São Paulo e o pólo da Bahia.

M.Q. - Que estava na Bahia.

R.A. - Estava nos dois. Mas acontece que na Bahia havia maior vocação para os produtos de origem aromática.

M.Q. - Mas por quê?

R.A. - Por uma questão técnica, que aí eu não posso lhe explicar. Tanto assim que o grupo Mariani se inclinava por desenvolver projetos na área dos aromáticos, deixando para depois qualquer idéia de um projeto integrado petroquímico.

M.Q. - Não era por uma razão de mercado, nada disso, era uma questão técnica mesmo, das matérias-primas?

R.A. - Era uma questão técnica, mas naturalmente se tinha sempre que considerar o mercado. Então, a idéia foi essa. Os projetos de olefinas eram projetos que estavam se desenvolvendo em São Paulo, e se fez essa divisão. Não era uma divisão absoluta. Era uma questão de maior tendência.

M.Q. - Mas isso era possível tecnicamente, então?

R.A. - Era. Tanto assim que funcionou.

M.Q. - Bom. Em 72, é constituída a Copene. O senhor participou desse movimento de organização da Copene?

R.A. - Não. Eu acompanhei, mas não participei. A Copene foi criada pela Petroquisa dentro de uma concepção muito inteligente. A Petroquisa ficava com a maioria, e uma minoria de quase 50% era distribuída entre as empresas usuárias dos seus produtos.

M.A. - O que é Copene?

R.A. - É Companhia Petroquímica do Nordeste.

M.A. — Uma empresa.

R.A. — Uma empresa. Empresa mista.

M.Q. — E a Norquisa, que foi criada depois?

R.A. — Olha, aqui é o seguinte. Copene está aqui. Então, participavam da Copene: Petroquisa, quase 50%. E aqui, as empresas que utilizavam as matérias-primas da Copene. Uma tinha 4%, outra tinha 3%, outra tinha 6%, e tal. Então, a Norquisa foi uma idéia genial. Foi a idéia de reunir as participações de todas essas empresas numa única empresa. Então, você pegou e fez assim... Todas as participações, e aqui criou a Norquisa. E a Norquisa ficou com uma brutalidade de participação. Em vez de 3,4%, passou a ter 47, 48% da Copene. E hoje é dominante. Porque a Petroquisa também tem cerca de 48%, 47, 48, e tem uns 4 a 5% de diversos, público. Agora, essas empresas também têm participação da Petroquisa, quase todas. Aliás, praticamente todas. Mas essas empresas, geralmente, são no modelo tripartite. Quer dizer, tem Petroquisa, tem o empresário nacional e tem o empresário estrangeiro da tecnologia. Com exceção de uma ou duas, como a Dete, de que eu falei, que não tem acionista estrangeiro. Então, a Petroquisa está aqui e a Petroquisa também está aqui. E a Norquisa é fortíssima, porque a Norquisa sobretudo tem controle privado, tem maioria privada dos brasileiros e dos estrangeiros, e a Norquisa tem uma posição importante. Daí a Norquisa ter muita força.

M.Q. — É presidida pelo Geisel, não é?

R.A. — É presidida pelo Geisel. O Geisel é presidente do Conselho de administração da Copene e é presidente efetivo da Norquisa. Então, a Norquisa ficou com uma grande

massa de dividendos da Copene e ficou mais com essa função de elaborar projetos para a aplicação de recursos dessas empresas. Eu reputo a Norquisa o maior produto do pólo petroquímico. Como concepção empresarial, como... coisa do pessoal da Petrobrás, Petroquisa.

M.Q. — Lá está o Otton Perrone, não é? Quem mais?

R.A. — É. Perrone foi a grande cabeça disso. Lá estão Perrone, Fernando Sandroni, Da Poian... Quem mais? São quatro diretores, além do Geisel. Estou esquecido agora do outro.

M.Q. — No seu livro, Rômulo voltado para o futuro - para encerrar a nossa questão aqui - o senhor diz que nessa idéia do pólo ficou faltando uma parte, que era a questão do desenvolvimento social da Bahia. Que o senhor achou que essa concepção do pólo foi uma coisa que realmente... Houve um desenvolvimento no sentido da economia baiana etc., mas todos os benefícios sociais que o senhor queria trazer junto com esse pólo, essas coisas não vieram - infra-estrutura etc. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito disso.

R.A. — Isso aí é porque eu aludi à inação do governo para internalizar todos os efeitos do pólo. Porque, por exemplo, o emprego no pólo petroquímico em grande parte é de gente de fora. O que é muito bom, a incorporação de gente de fora numa estrutura anquilosada como é a estrutura econômico-social baiana. Mas poderia haver uma maior participação local se a Universidade, se as escolas médias tivessem produzido mais gente capacitada. Ao contrário, por exemplo, no primeiro governo de Antônio Carlos, ele até anulou um convênio com o Ministério da Educação de escolas

profissionalizantes. Quer dizer, em vez do governo contri-
buir para aumentar a oferta de pessoal qualificado na Ba-
hia, até diminuiu.

M.A. — E aí leva gente de São Paulo e do Rio para lá.

R.A. — De São Paulo e de todo o país. Inclusive do resto
do Nordeste. Mas em grande parte o pessoal mais técnico
era pessoal do Sul. Coisa boa. Coisa boa. Mas poderia
haver uma maior participação. Por outro lado também, era
suposto que os efeitos do pólo seriam efeitos indiretos,
muito importantes, em toda a indústria, em toda a agricul-
tura. Mas para isso era preciso que você tivesse uma pre-
paração, além de condições positivas na conjuntura econômi-
ca nacional - e eu já mostrei que a conjuntura virou re-
cessiva logo depois da implantação do pólo. Mas então,
não houve suficiente promoção do desenvolvimento de in-
dústrias transformadoras e de uma agricultura moderna para
absorver a tecnologia que se incorporou à região do pólo.
Porque o pólo é produtor de defensivos, de fertilizantes,
de... enfim, de embalagens, de coberturas de solo, de co-
berturas de plantações. Então, o pólo inclusive tinha -
e aliás tem sido, mas modestamente - um efeito importante
na introdução de tecnologia, inclusive no campo.

M.Q. — O senhor não acha que isso é bem diferente... Com-
parando a concepção de desenvolvimento econômico do segun-
do governo Vargas e essa concepção de desenvolvimento eco-
nômico dos governos militares, ela não gera esse tipo
de... Tem uma preocupação muito mais voltada para o desen-
volvimento da indústria e está muito pouco preocupada com
essa parte social, vamos dizer assim.

R.A. — É. Houve um abandono, realmente, da preocupação

social, eu diria que desde o governo Juscelino. No governo Juscelino não houve preocupação - eu acho até que o negócio da Sudene foi um pouco uma pressão das circunstâncias políticas e um pretexto que o governo tinha para criar uma coisa, a princípio favorável ao Nordeste, das de efeito de longo prazo ou de médio prazo, que não afetava imediatamente a alocação dos recursos. Porque a alocação dos recursos foi muito centralizadora, em termos espaciais, durante o governo JK. Mas eu acho que se abandonou um pouco essa combinação entre o nacionalismo, o apoio à burguesia nacional e a preocupação social, que era característica do governo Vargas.

M.A. - De certa forma, a idéia que ficou, principalmente dos governos militares, é a idéia de que o país tem que crescer, para depois dividir. Só que eles não sabem a hora em que o bolo está pronto, não é?

R.A. - Não. E depois você não divide, porque você divide entre aqueles que estão mais perto do bolo. Não entre os que estão longe.

M.A. - Igual a festinha de criança: come o brigadeiro quem está em volta da mesa. [risos]

R.A. - É.

M.Q. - Dr. Rômulo, só mais uma perguntinha para encerrar essa questão do pólo. Houve também, logo depois, a iniciativa da implantação do pólo no Rio Grande do Sul. Já num momento difícil, porque a economia brasileira estava entrando num período recessivo, não é? Como é que foi isso? O senhor teve alguma participação, acompanhou essa questão do pólo do Rio Grande? O que o senhor acha dessa decisão de implantar um novo pólo quando o pólo da Ba-

hia estava ainda sendo... Quer dizer, estava começando a funcionar, estava sendo construído ainda em parte?

R.A. — Eu achei que a idéia estava na lógica de um programa expansivo, que foi o programa do segundo PND, em que se acreditava muito no crescimento continuado da economia brasileira. Quer dizer, dentro dessa previsão de continuidade no crescimento, tinha lugar o pólo do Rio Grande do Sul. O peso é que o pólo do Rio Grande do Sul entrou já com a recessão. Aí é que está. E o pólo do Rio Grande do Sul, no meu entender, houve um erro nele, que foi não localizá-lo na cidade do Rio Grande, quer dizer, no porto. Mas também ele se localizou em função da localização equivocada da refinaria Alberto Pasqualini. Isso modifica um pouco, em termos reais, as condições competitivas... Quer dizer, essa localização interiorana prejudica a meu ver as condições competitivas do pólo do Sul, embora a matéria-prima seja indiretamente subveencionada através do fundo de frete.

M.A. — Está localizado onde, o pólo do...

R.A. — Está localizado perto de Porto Alegre, em Canoas.

M.A. — Dr. Rômulo, a gente não pode se furtar de perguntar ao senhor sobre o pólo do Rio de Janeiro. Fale quanto tempo o senhor achar necessário, porque nós gostaríamos de saber tudo.

R.A. — Só que o tempo aí já está...

P.R. — Esgotado. [ri]

M.A. — Não, mas é meio-dia e dois minutos.

R.A. — Eu acho que o pólo do Rio de Janeiro está bem, está na mesma consideração do pólo do Rio Grande. Quer di-

zer, se a gente pensa que o país vai crescer, o pólo do Rio de Janeiro tem que ser implantado. É o lugar apropriado, tem todas as matérias-primas, está perto do mercado, tem todas as condições favoráveis para um grande pólo petroquímico. Além disso também, mesmo que haja uma certa recessão no mercado interno, está provado que o Brasil tem condições de exportação. Então, não se deve retardar, a meu ver, o pólo do Rio de Janeiro. Um outro argumento eu ainda poderia aduzir. É que uma condição de retomada do crescimento é que haja investimentos. E entre esses investimentos, os investimentos básicos, como é o investimento na indústria química moderna. Porque, do contrário, se houver uma retomada do crescimento no país, se poderá enfrentar situação de se ter que reduzir as exportações petroquímicas e até chegar a importá-las. Como em 86 houve uma certa importação.

M.A. — Quais as dificuldades que o senhor está vendo para implementar esse pólo? Se fala muito, mas... O que é que atrasa?

R.A. — As dificuldades são as dificuldades normais, não é? É que o pessoal estava muito otimista a respeito da facilidade, da rapidez com que se pudesse tomar essas decisões. A gente que teve a experiência do pólo petroquímico de Camaçari não tinha ilusões de que isso pudesse ser tão rápido. Em primeiro lugar, o problema da localização. A localização exigiu muitos estudos, exigiu muitas discussões, muitas... Um processo elaborado de decisão política e técnica.

M.Q. — O norte fluminense queria colocar lá, não é?

R.A. — O norte fluminense queria com muita razão, porque

seria um instrumento da descentralização. Agora, evidentemente, com uma certa desvantagem com relação à infraestrutura, porque a infra-estrutura em Itaguaí já é muito mais evoluída, e tem o porto diretamente ali. Mas se a gente quisesse descentralizar no estado do Rio e criar uma condição nova para o norte fluminense, era localizar no norte fluminense. Agora, em Itaguaí também tem uma implantação mais rápida porque já tem um bocado de infra-estrutura. Agora, depois, você tem o problema de negociar o terreno. Você tem o problema de criar uma empresa piloto. E agora o pólo do Rio de Janeiro também está sendo perturbado por toda essa política de desestatização, que inibe a ação da Petroquisa. Então, estão pensando ainda em privatizar a Petroquímica União, que hoje é maioria da Petroquisa, quer dizer, desde muito tempo é maioria da Petroquisa, para então haver um instrumento, uma agência, vamos dizer, flexível para implantar o pólo do Rio. Enquanto isso, se retarda muito a tomada de decisões. No final, também, a limitação de recursos, não é? Porque na situação em que estamos, os recursos são muito limitados. Os recursos do sistema Petrobrás estão sacrificados por uma política de subsídio do álcool e de preço dos produtos, e inclusive os recursos do próprio BNDES também estão sacrificados por toda uma conjuntura. Mas não faltarão recursos para o pólo do Rio. O problema...

M.A. — O senhor acha que sai?

R.A. — Acho que sai.

M.A. — Mas o senhor acha que sai ainda nesse governo Sarney?

R.A. — Sai a decisão. E pode sair o começo de investimen-

to. Mas isso demora um tempo grande para você implantar, não é? Porque você tem que fazer projetos básicos, você tem que fazer projetos de detalhe. Mas isso você não pode fazer também sem ter uma empresa promotora, implantadora...

[FINAL DA FITA 7-B]

M.A. — Pode começar.

R.A. — Não, eu dizia o seguinte. Estava dizendo que é preciso criar a empresa promotora, e ter a concepção da unidade central no pólo petroquímico, saber também quais são as indústrias a jusante da central, indústrias de segunda geração, quais são os grupos empresariais que se formariam para essas indústrias, os esquemas financeiros para cada uma dessas indústrias. Isso tudo é um processo extremamente complicado, demorado, elaborado, que é natural que demore. Isso vai demorar um bocado de tempo. Depois você tem que ter os projetos de engenharia básica, depois de engenharia básica tem que fazer engenharia de detalhe, tem que fazer a encomenda dos equipamentos, porque demora um ano e meio, dois anos, dois anos e meio para os equipamentos... Mas você não pode fazer isso antes de ter as definições de engenharia. Quer dizer, é um processo demorado. Você tem que trabalhar nos projetos de infra-estrutura complementar, não é? Porque um complexo também exige uma série de apoios, quer dizer, você tem que reforçar eletricidade, tem que reforçar água, tem que estabelecer um sistema de defesa do ambiente. É uma coisa complexa, tem uma série de coisas. Você tem que pensar onde é que as pessoas vão se localizar, desde a montagem, depois da

implantação das indústrias. É um processo lento.

M.A. — O governo Moreira Franco entrou em contato com o senhor, para o senhor opinar, dar parecer, alguma coisa?

M.A. — Tem?

R.A. — Tem.

M.A. — Lembrei do que eu queria lhe perguntar. O senhor estava falando de privatização. O senhor acha possível desenvolver um pólo petroquímico aqui no Rio de Janeiro na base da iniciativa privada?

R.A. — Eu acho que sem o apoio da Petroquisa é difícil. Nós não temos ainda iniciativa privada suficientemente forte, a não ser que entreguemos às multinacionais o comando, para fazer a implantação de um pólo petroquímico somente privado. Eu acho que uma das falhas da atual onda de desmontagem do Estado é não perceber isso: que o setor privado brasileiro ainda não está maduro para grandes empreendimentos.

M.A. — E o senhor acha que o Estado tem que atuar mais, então.

R.A. — O Estado tem que atuar em apoio ao empresário nacional para que, em conjunto com o empresariado nacional, saiba escolher os parceiros estrangeiros.

M.A. — Mas o Estado faz isso? Ele incentiva o empresário nacional ou incentiva mais o capital...?

R.A. — Não, no caso do pólo petroquímico da Bahia, ele demonstrou que dá apoio ao empresariado nacional.

M.A. — Quer dizer, bem ou mal tem sido significativo esse papel do Estado nesse sentido?

R.A. — Tem sido importantíssimo, decisivo. Decisivo e

ainda não dispensável. No meu entender.

M.A. - Por isso o senhor tem essa opinião de que se deve privatizar, mas certas coisas, em certos limites, não é isso?

R.A. - Exatamente.

M.A. - Quer dizer, na questão básica, tem que ser muito devagar.

R.A. - Exatamente. Eu acho que ainda não está no momento de desativar completamente o Estado. Fazer o Estado simplesmente o regulador e o investidor em atividades sociais.

M.A. - Podemos terminar. Muito obrigada. Até uma próxima vez. Vamos nos ver aqui novamente.

[FINAL DO DEPOIMENTO]